



IEO | Independent
Evaluation
Office
United Nations Development Programme



unicef 
for every child

**AVALIAÇÃO CONJUNTA INDEPENDENTE DO
PROGRAMA COMUM DE PAÍS**

REPÚBLICA DE CABO VERDE



AVALIAÇÃO CONJUNTA INDEPENDENTE DO PROGRAMA COMUM DE PAÍIS

REPÚBLICA DE CABO VERDE

DESENVOLVIMENTO HUMANO eficácia COORDENAÇÃO eficiência PARCERIA sustentabilidade
capacidade de resposta GESTÃO POR RESULTADOS eficácia COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
HUMAN COORDENAÇÃO eficiência PARCERIA sustentabilidade PROPRIEDADE NACIONAL eficiência
relevância COORDENAÇÃO E PARCERIA sustentabilidade DESENVOLVIMENTO HUMANO relevância
DESENVOLVIMENTO HUMANO eficácia COORDENAÇÃO eficiência PARCERIA sustentabilidade
sustentabilidade GESTÃO POR RESULTADOS relevância COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO eficiência PARCERIA capacidade de resposta PROPRIEDADE NACIONAL eficácia
relevância COORDENAÇÃO E PARCERIA sustentabilidade DESENVOLVIMENTO HUMANO relevância
DESENVOLVIMENTO HUMANO eficácia COORDENAÇÃO eficiência PARCERIA sustentabilidade
eficácia GESTÃO POR RESULTADOS sustentabilidade COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO eficiência PARCERIA capacidade de resposta PROPRIEDADE NACIONAL eficácia



RELATÓRIOS PUBLICADOS NO ÂMBITO DA SÉRIE ICPE

Afeganistão (República Islâmica do)	Congo (Democrática República do)	Kuwait	Filipinas
Albânia	Congo (República do)	Quirguistão	Ruanda
Argélia	Costa Rica	Povo do Laos	São Tomé e Príncipe
Angola	Costa do Marfim	Republica Democratica	Senegal
Argentina	Croácia	Libéria	Sérvia
Armênia	Cuba	Líbia	Seicheles
Azerbaijão	Djibuti	Malawi	Serra Leoa
Bahrein	República Dominicana	Malásia	Somália
Bangladesh	Equador	Maldivas	Sri Lanka
Barbados e OECS	Guiné Equatorial	Mali	Sudão
Bielorrússia	Egito	Mauritânia	Síria
Benim	El Salvador	México	Tajiquistão
Butão	Eswatini	Moldávia (República da)	Tanzânia
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Etiópia	Mongólia	Tailândia
Bósnia e Herzegovina	Gabão	Montenegro	Timor-Leste
Botsuana	Geórgia	Marrocos	Togo
Brasil	Gana	Moçambique	Tunísia
Bulgária	Guatemala	Namíbia	Peru
Burkina Faso	Guiné-Bissau	Nepal	Uganda
Cabo Verde (República da)	Guiana	Nicarágua	Ucrânia
Camboja	Honduras	Níger	Emirados Árabes Unidos
Camarões	Índia	Nigéria	Uruguai
Chade	Indonésia	Macedônia do Norte	Uzbequistão
Chile	Iraque	Ilhas do Pacífico	Vietnã
China	Jamaica	Paquistão	Iémen
Colômbia	Jordânia	Panamá	Zâmbia
	Quênia	Papua Nova Guiné	Zimbábue
	Kosovo	Paraguai	
		Peru	

AVALIAÇÃO CONJUNTA INDEPENDENTE DO PROGRAMA COMUM DE PAÍIS:

República de Cabo Verde

Copyright © PNUD Julho 2022

Produzido nos Estados Unidos da América.

A análise e recomendações deste relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do Fundo das Nações Unidas para a População, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, do seu Quadro Executivo, ou dos Membros das Nações Unidas. Esta é uma publicação independente realizada pelos Gabinetes de Avaliação Independente do PNUD, UNFPA e UNICEF.

AGRADECIMENTOS

O Escritório Independente de Avaliação (IEO) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório de Avaliação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Escritório de Avaliação do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) agradecem a todos os que contribuíram para esta avaliação.

Grupo de Gestão de Avaliação:

Ana Rosa Monteiro Soares, Chefe de Seção – Avaliações Corporativas, PNUD IEO

Mikal Khan, Especialista em Avaliação, PNUD IEO

Claudia Villanueva, Pesquisadora Associada, PNUD IEO

Messay Tassew, Especialista em Avaliação, Escritório de Avaliação do UNFPA, Nova Iorque

Rita Magawa, Analista de Avaliação, UNFPA, Escritório de Avaliação

Denis Jobin, Especialista em Avaliação Sênior, Escritório de Avaliação do UNICEF

Michele Tarsilla, Assessora de Avaliação Regional, Escritório Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central

Consultores de avaliação:

Alberto Nuñez, Líder de Equipa

Melissa Andrade Costa, Membro da Equipa

Antonio Cabo, Membro da Equipa

A equipa de avaliação não poderia ter concluído a avaliação sem o apoio dos seguintes:

PARTES INTERESSADAS E PARCEIROS

Funcionários do escritório comum de Cabo Verde: Steven Ursino (Chefe do escritório comum), Carlos Brito (Analista de Monitoramento e Avaliação) e todos os funcionários do escritório comum de Cabo Verde que contribuíram com o seu tempo para a realização desta avaliação.

Outras partes interessadas e parceiros: Governo de Cabo Verde, representantes das agências das Nações Unidas, sociedade civil, organizações não governamentais e parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento.

PREFÁCIO

Temos o prazer de apresentar a avaliação do Programa Comum de País das Nações Unidas 2018-2022 (PCP) para Cabo Verde, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

Cabo Verde é um país de rendimento médio baixo com uma democracia estável, mas desafios económicos estruturais, principalmente devido à sua localização e topografia como um pequeno Estado insular em desenvolvimento. A agenda de desenvolvimento de Cabo Verde durante o período de avaliação foi impulsionada pelo Plano Estratégico Nacional 2017-2021. A pandemia da COVID-19 teve um grande impacto sobre a sua população e economia, uma vez que o sector do turismo representa cerca de 26 por cento do PIB e 40 por cento do emprego no país.

Em 2006 Cabo Verde tornou-se o primeiro projeto-piloto do modelo de escritório comum, com o objetivo de melhor harmonizar e simplificar as atividades das Nações Unidas. Este modelo implica um programa conjunto que engloba os mandatos das três agências, utilizando processos empresariais do PNUD ao abrigo de um acordo de «agência de apoio». A avaliação concluiu que o modelo de escritório comum era relevante, uma vez que visava proporcionar uma presença unificada e a execução integrada do programa. No entanto, a implementação deste modelo ainda enfrenta grandes desafios devido à falta de instrumentos integrados de prestação de contas, como sistemas conjuntos de monitoramento, avaliação e relatórios ou mecanismos financeiros.

A avaliação considerou o PCP relevante para as prioridades nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com base nos mandatos e vantagens comparativas das três agências. A implementação do PCP contribuiu de várias maneiras para os resultados de desenvolvimento do país. Por exemplo, o PCP apoiou novas políticas de educação, saúde e eficiência energética, organizou transferências de dinheiro e aquisição de vacinas para responder à pandemia da COVID-19 e promoveu a igualdade de género, embora sem necessariamente abordar as causas profundas da desigualdade.

À medida que as três agências mantêm o seu apoio a Cabo Verde, o novo PCP deve finalizar a configuração institucional do modelo de governação do escritório comum, incluindo a estrutura do escritório, o recrutamento de pessoal-chave e a instalação dos mecanismos de gestão e coordenação necessários. O novo PCP deverá também articular mais fortemente a sua teoria da mudança, tornando explícitos os riscos e os pressupostos, alargando o envolvimento das partes interessadas e promovendo uma abordagem mais coerente da execução do programa. As áreas de trabalho do novo PCP também beneficiariam de ajustes e melhorias programáticas, para aumentar a sua eficácia e garantir que atendam às necessidades das pessoas mais vulneráveis e marginalizadas. Além disso, o escritório comum deve intensificar os seus esforços para ajudar o Governo a identificar novas fontes de financiamento, especialmente tendo em vista o estatuto de rendimento médio do país e a deterioração das receitas públicas como resultado da pandemia da COVID-19.

Gostaríamos de agradecer ao Governo de Cabo Verde, às partes interessadas nacionais e aos colegas do escritório comum e dos escritórios regionais das três agências pelo seu apoio ao longo da avaliação. Esperamos que os resultados, conclusões e recomendações reforcem a formulação do próximo Documento do Programa Comum de País, para alcançar um caminho de desenvolvimento e recuperação mais inclusivo e sustentável para o povo de Cabo Verde.



Oscar A. Garcia
Diretor
Escritório Independente de
Avaliação, PNUD



Marco Segone
Diretor
Escritório de Avaliação,
UNFPA



Robert McCouch
Diretor de Avaliação
UNICEF

ÍNDICE

ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	V
SUMÁRIO EXECUTIVO	1
CAPÍTULO 1. CONTEXTO E INTRODUÇÃO	7
1.1 Finalidade, objetivos e âmbito da avaliação	8
1.2 Metodologia de avaliação	9
1.3 Limitações da avaliação	12
1.4 Contexto do país	13
1.5 Documento do Programa Comum de País	16
1.6 Escritório comum do PNUD, UNFPA e UNICEF	19
CAPÍTULO 2. CONSTATAÇÕES	21
2.1 Resultado 1 - Desenvolvimento sustentável do capital humano	22
2.2 Resultado 2 - Gestão sustentável dos recursos naturais	30
2.3 Resultado 3 - Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo	35
2.4 Resultado 4 - governação, políticas públicas, parcerias e justiça	43
2.5 Modelo de governação de escritório comum	52
2.6 Questões programáticas transversais	64
CAPÍTULO 3. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E RESPOSTA DA GESTÃO	79
3.1 Conclusões	80
3.2 Recomendações e resposta da gestão	86
ANEXOS	103

QUADROS

Quadro 1. Principais perguntas da APCP	8
---	---

FIGURAS

Figura 1. Metodologia de avaliação	9
Figura 2. Participantes da pesquisa de avaliação	21
Figura 3. Resumo da ToC reconstruída para o Resultado 1	24
Figura 4. Evolução do orçamento e despesas do Resultado 2 por agência (2018-2022)	30
Figura 5. Resumo da ToC para a prioridade PCP de gestão sustentável de recursos naturais	31
Figura 6. Evolução do orçamento e despesas do Resultado 3 por agência (2018-2022)	36
Figura 7. Resumo da ToC reconstruída para o Resultado 3	38
Figura 8. Evolução do Resultado 4.1 orçamento e despesas por agência (2018-2021)	44
Figura 9. Evolução do Resultado 4.2 orçamento e despesas por agência (2018-2022)	44
Figura 10. Resumo da ToC reconstruída para o Resultado 4	46
Figura 11. Estrutura do escritório comum de Cabo Verde	57
Figura 12. Tipos de contrato de equipa de escritório comum	58
Figura 13. Estrutura de custos do escritório comum de Cabo Verde 2018-2021	59
Figura 14. Despesas do programa PCP por resultado (2018-2021)	62
Figura 15. Orçamento, despesas e taxa de execução do programa do escritório comum (2018-2021)	62
Figura 16. Despesas do escritório comum por categoria de fundo e percentagem da despesa total (2018-2021)	63
Figura 17. Despesas do programa de escritório comum por marcador de género (2018-2022)	66
Figura 18. Distribuição por género do pessoal do escritório comum de Cabo Verde	68
Figura 19. Conexões entre PEDS, UNDAF e PCP	75

TABELAS

Tabela 1. Categorias de partes interessadas consultadas	12
Tabela 2. Resultados da PCPD e necessidades orçamentárias	17
Tabela 3. Procedimentos usados pelo escritório comum para partilhar dados financeiros	55
Tabela 4. Estrutura de custos do escritório comum de 4 Cabo Verde 2018-2021	59
Tabela 5. Fundos do escritório comum de Cabo Verde 2018-2021	60
Tabela 6. Orçamento, despesas e taxa de execução do Programa por ano (2018-2021)	61
Tabela 7. Orçamento, despesas e taxa de execução do Programa por agência (2018-2021)	61
Tabela 8. Despesas do programa por agência e resultado (2018-2022)	61
Tabela 9. Fundos bilaterais e multilaterais do escritório comum (2018-2021)	63
Tabela 10. PCP Análise de marcador de género	64
Tabela 11. Atividades de monitoramento de género do escritório comum	67
Tabela 12. Principais intervenções do PCP para integrar a abordagem LNOB	69
Tabela 13. Apoio ao escritório comum durante a pandemia da COVID-19	72

ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

BioTUR	Projeto de Integração da Conservação da Biodiversidade no Turismo
CABEEP	Projeto de Eficiência Energética de Edifícios e Eletrodomésticos
CCA	Análise Comum de País
PCP	Programa Comum de País
PCPD	Documento do Programa Comum de País
COVID-19	Pandemia do coronavírus 2019
OSC	Organização da Sociedade Civil
DaO	Delivering as One
DIM	Modalidade de implementação Direta
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNICE	Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia
RRD	Redução do risco de desastres
ERP	Planeamento de recursos empresariais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FGD	Discussão de grupo focal
VBG	Violência Baseada no Género
GEF	Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente)
GEWE	Igualdade de género e empoderamento das mulheres
GHRWG	Grupo de Trabalho sobre Género e Direitos Humanos
HLPF	Fórum Político de Alto Nível
IPCPE	Avaliação Conjunta e Independente de Programa Comum de País
IEO	Escritório Independente de Avaliação
IGE	Instituto para a Igualdade de Género
OIT	Organização Internacional do Trabalho
TMI	Taxa de mortalidade infantil
INFF	Quadro Integrado de Financiamento Nacional
IPCA	Instituto de Proteção da Criança e do Adolescente
JDR	Representante Adjunto Conjunto
JRR	Representante Residente Conjunto
LNOB	Não Deixar Ninguém para Trás
M&A	Monitoramento e Avaliação
PRM	País de rendimento médio

MdF	Ministério das Finanças
MdS	Ministério da Saúde
MoU	Memorando de Entendimento
MPME	Micro, pequenas e médias empresas
NAMA	Ações de Mitigação Adequadas a nível Nacional
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinada
ONG	Organização não governamental
MIN	Modalidade de implementação nacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PCNA+	Avaliação Conjunta das Necessidades Pós-Crise
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PEDM	Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal
PEAS	Prevenção da exploração e abuso sexual
ROAR	Relatório anual orientado para os resultados
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SGP	Programa de Pequenas Subvenções
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
SSR	Saúde sexual e reprodutiva
ToC	Teoria da mudança
ToR	Termos de Referência
UNDAF	Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNEG	Grupo de Avaliação das Nações Unidas
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNSDCF	Quadro de Cooperação das NU para o Desenvolvimento Sustentável
WACS-CV	Apoio à Competitividade na África Ocidental – Projeto Cabo Verde
WCARO	Escritório Regional para a África Central e Ocidental
PMA	Programa Mundial de Alimentação

Sumário Executivo: República de Cabo Verde

Num grande avanço na reforma das Nações Unidas (ONU), quatro agências da ONU em Cabo Verde — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e Programa Mundial de Alimentos (PMA) — reuniram-se em 2006 tornando-se Um só, compartilhando um Único Representante, um Único Programa Comum de País (PCP), um único orçamento, um Único conjunto de práticas comerciais, um Único escritório e um Único plano de comunicação. Esta iniciativa em Cabo Verde, conhecida como Modelo de Escritório Comum, ainda não foi replicada em nenhum outro lugar. Com o fim das operações do PMA em Cabo Verde em 2010, as três agências restantes continuam a operar sob um escritório comum, com um documento de Programa Comum de País (PCPD) que engloba as atividades e mandatos das três. Este foi um passo importante para harmonizar, simplificar e reduzir os custos da presença das Nações Unidas num contexto de país pequeno, no âmbito da reforma das Nações Unidas.

O escritório comum implementa atualmente o seu PCPD para o período 2018–2022, aprovado durante a primeira sessão regular dos Conselhos do PNUD e do UNFPA em janeiro de 2018, e do Conselho do UNICEF em fevereiro de 2018. O PCPD foi desenvolvido em colaboração com parceiros de desenvolvimento, em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e alinhado com o Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) 2018-2022. Está estruturado em torno de cinco resultados: 1) desenvolvimento sustentável do capital humano; 2) gestão sustentável dos recursos naturais; 3) transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo; 4.1) governação democrática e parcerias; e 4.2) políticas públicas, parcerias e justiça. O orçamento total para o período 2018–2021 foi de US\$ 35.803.494.¹

Finalidade e público-alvo

Esta avaliação foi encomendada conjuntamente pelo Escritório Independente de Avaliação (IEO) do PNUD, pelo Escritório de Avaliação do UNFPA e pelo Escritório de Avaliação do UNICEF. Centra-se no PCPD e nas modalidades de implementação operacionalizadas pelo escritório comum, com vista a contribuir para a preparação do próximo PCP que deverá ter início em 2023. A delimitação geográfica e temporal está alinhada com o PCPD 2018–22, incluindo programas de escritório comum, projetos e intervenções com contrapartes governamentais, privadas e da sociedade civil na República de Cabo Verde entre 2018 e 2021.

O objetivo da Avaliação do Programa por País Comum é duplo: (i) determinar em que medida o PCP alcançou os resultados pretendidos de uma forma eficiente, bem coordenada, coerente e económica, mantendo simultaneamente a relevância; e (ii) saber se o modelo de escritório comum tem sido um facilitador para a entrega eficaz e em tempo do PCPD, aumentando a eficácia, a eficiência e a capacidade de alavancar recursos. Da mesma forma, a avaliação tem uma importante função de prestação de contas, fornecendo ao país e aos escritórios regionais, sedes, partes interessadas nacionais e parceiros uma avaliação imparcial dos resultados alcançados.

¹ Dados de 15 de novembro de 2021.

Metodologia

A avaliação seguiu as diretrizes de avaliação das três agências, bem como as normas e diretrizes do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG).² Em consonância com a Estratégia das Nações Unidas para a Integração da Igualdade de Género, a avaliação analisou o nível de integração da perspectiva de género em todo o PCP e nas suas operações. A avaliação aplicou duas abordagens: Análise de Contribuição baseada em Teoria para avaliar os resultados do PCPD e concepção de estudo de caso para avaliar a modalidade de governação de escritório comum. A avaliação utilizou uma abordagem de métodos mistos com instrumentos comuns para recolher dados para as seis questões de avaliação.

Contexto do país

A República de Cabo Verde é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) localizado ao largo da Costa Ocidental Africana, com uma população de 544 081 habitantes. É um país de rendimento médio baixo com uma democracia estável, mas com desafios económicos estruturais devido à sua localização e topografia. A sua economia é altamente dependente do turismo e apresenta desigualdades significativas no acesso ao emprego e aos serviços governamentais nas nove ilhas habitadas. Em 2015, 35,2 por cento da população foi afetada pela pobreza e 10,6 por cento pela pobreza extrema.

A população de Cabo Verde é jovem, com uma média de idade de 29 anos, sendo o desemprego o que mais impacta os jovens. Embora a alfabetização e a taxa de escolarização continuem a progredir em Cabo Verde, persistem assimetrias no acesso à educação entre as comunidades rurais e urbanas. Cabo Verde tem feito melhorias substanciais na mortalidade materna e infantil, assim como em termos de nutrição desde a sua graduação do status de País Menos Desenvolvido em 2008, embora os desequilíbrios permaneçam no acesso aos serviços de saúde nos 22 municípios. O investimento no planeamento familiar melhorou a saúde reprodutiva, mas a gravidez na juventude continua a ser elevada. O percurso de Cabo Verde até a democracia tornou-se um marco e elemento central na credibilidade do país.

Cabo Verde é um país semi-árido com terras aráveis limitadas e recursos de água doce renováveis. Os episódios de seca são recorrentes e intensificar-se-ão com as alterações climáticas. Cabo Verde esforça-se para aumentar a sua quota de energias renováveis e alargar o seu sistema nacional de áreas protegidas. No entanto, a degradação dos habitats e a sobreexploração dos ecossistemas marinhos e costeiros ameaçam a consecução das metas nacionais da economia azul.

Constatações e conclusões

Em geral, o escritório comum tem sido visto como um modelo positivo e uma marca da identidade do país na comunidade internacional. Três principais vantagens comparativas emergiram do JO em Cabo Verde: 1) um programa integrado das três agências parceiras que beneficia de economias de escala, 2) a racionalização das operações e 3) representação unificada. No entanto, o funcionamento efetivo do escritório comum carece de componentes essenciais no que diz respeito à sua base jurídica, assimetrias de informação e mecanismos de responsabilização, e a falta de um sistema conjunto de monitoramento, avaliação e comunicação de informações limitou os ganhos de eficiência e a capacidade de monitorar e avaliar eficazmente as contribuições coletivas das três agências para os resultados e do PCP.

² UNEG (2020) Diretrizes Éticas para Avaliação <http://www.unevaluation.org/document/detail/2866>; e UNEG (2011) Integrando Direitos Humanos e Igualdade de Género na Avaliação - Rumo à Orientação do UNEG. <http://www.uneval.org/document/detail/980>.

O PCP é relevante para o desenvolvimento de Cabo Verde, proporcionando uma abordagem integrada para a implementação da Agenda 2030 e o compromisso de “não deixar ninguém para trás”. As intervenções do PCPD foram consistentes com as prioridades nacionais definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, na ambição 2030 e em outros documentos-chave de política setorial.

O PCP demonstrou um progresso geral moderadamente satisfatório em relação às metas de produtos para o programa, e produziu resultados positivos variados em termos de âmbito, escala e importância estratégica. Proporcionou contributos relevantes e eficazes para os resultados do programa, alcançando simultaneamente um grau moderado de sustentabilidade.

O PCP contribuiu para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres no país, abordando as necessidades diferenciadas de mulheres e homens e promovendo a igualdade de direitos e benefícios das mulheres. No entanto, foi prestada pouca atenção à abordagem das causas profundas das desigualdades e da discriminação. As pessoas com deficiência foram consideradas entre as ações de combate ao Coronavírus 2019 (COVID-19) por meio de campanhas de conscientização sobre direitos humanos, mas as questões de deficiência não foram abordadas de forma abrangente no âmbito deste PCPD.

O PCP foi eficaz na adaptação ao contexto de pandemia e no fornecimento ao país de apoio oportuno e crucial durante a COVID-19. Ajudou a sustentar os meios de subsistência, garantindo a continuidade da saúde básica (vacinação, assistência à saúde sexual e reprodutiva (SSR)), serviços educacionais (ensino à distância) e prestando assistência financeira aos mais vulneráveis. É menos claro, no entanto, em que medida o PCP tem estratégias claras para se adaptar ao contexto do país pós COVID-19, considerando a natureza prolongada da crise.

Ao longo do ciclo do programa 2018–2022, o escritório comum conseguiu mobilizar 90 por cento dos recursos financeiros totais planeados do PCPD. As novas intervenções enfrentam uma baixa margem de investimento público nacional e são altamente dependentes de fundos estrangeiros, pelo que o apoio do PCP ao desenvolvimento institucional de Cabo Verde tem sido essencial. No entanto, a sustentabilidade das intervenções do PCP muitas vezes depende da continuidade do escritório comum e do envolvimento de parceiros internacionais no país.

Recomendações

Recomendação 1. As três agências devem acelerar as medidas necessárias para a definição e implementação do novo PCPD já em curso. Isso inclui a finalização do estabelecimento do modelo de governação do escritório comum, estrutura do escritório, mecanismos de gestão e coordenação e recrutamento de pessoal-chave.

Recomendação 2. O novo PCP deverá reforçar a coerência e a eficácia potencial do programa. Desenvolver uma nova teoria da mudança (ToC) para o PCPD, considerando a nova estrutura de desenvolvimento nacional, bem como as mudanças no contexto e conhecimentos acumulados durante o atual PCPD 2018–2022. Recrutar um representante adjunto ou gestor de programa para o escritório comum para aumentar a coerência programática. Apoiar o posicionamento do país a nível internacional em quatro

áreas principais: a iniciativa 'Financiamento para o Desenvolvimento na Era do COVID-19 e Além'; PEID; dívida externa; e direitos humanos. Apoiar Cabo Verde como um país PEID ativo, especialmente entre os PEID africanos.

Recomendação 3. No contexto pós COVID-19, o PCP deve ajudar Cabo Verde a traçar estratégias para a sua recuperação, procurando novas oportunidades para a sustentabilidade e capacitação do pessoal sénior do governo e do sector privado. É necessário um maior alinhamento para conectar políticas de alto nível no contexto pós-pandemia, tendo em conta o novo quadro de desenvolvimento nacional, em áreas como a diversificação económica, o combate à pobreza, a transição para uma economia azul ou a digitalização.

Recomendações temáticas para os diferentes portfólios:

Recomendação 4.1. Saúde - O PCP deve aumentar o apoio ao sistema de saúde. Isso inclui a integração de dados de saúde em diferentes centros de saúde do país e maior apoio à extensão dos benefícios de saúde para ilhas remotas e para pessoas com deficiência. O PCP deve ajudar o país no planeamento de longo prazo para desenvolver a capacidade nacional para fornecer tipos mais complexos de assistência à saúde. Também devem ser intensificados os esforços para diminuir as taxas de gravidez na adolescência, que continuam altas no país, e ajudar a planear campanhas de educação para a melhoria dos hábitos de saúde considerando o novo perfil epidemiológico do país. Os esforços de capacitação dos profissionais de saúde devem ser mantidos e intensificados e considerar as novas tendências da infeção pelo HIV, que afeta especialmente as meninas.

Recomendação 4.2. Protecção social - O PCP deve aumentar o apoio para dar coerência aos benefícios de protecção social disponíveis para os mais vulneráveis, torná-los mais integrados e melhorar a cobertura, especialmente nas zonas rurais. O apoio a uma fundamentação reforçada para os benefícios de protecção social deve ajudar a aumentar os benefícios para as mulheres, que muitas vezes são negligenciadas devido à sua menor participação no mercado de trabalho. Além disso, o PCP deve intensificar os esforços para construir um sistema integrado funcional para monitorizar e avaliar o programa de protecção social, com disposições especiais para as necessidades das crianças.

Recomendação 4.3. Educação - O PCP deve aumentar o apoio ao sistema educativo. O escritório comum deverá apoiar a implementação de novas políticas de educação pré-escolar, educação para crianças com necessidades especiais e protecção da criança, intensificar esforços para ajudar a aumentar as matrículas escolares na educação pré-escolar e básica, tendo em conta a necessidade de manter os rapazes na escola, apoiar capacitação de professores da educação básica e promover o acesso a novas tecnologias de aprendizagem.

Recomendação 5. Ambiente - O PCP deve integrar as metas ambientais nacionais e municipais em todos os portfólios/ resultados, explorando as vantagens comparativas das três agências. Além disso, deve alinhar o portfólio de meio ambiente com as metas de economia azul descritas no PEDS e na NDC. Isso deve estar alinhado com o novo portfólio financiado pelo GEF, por meio da inclusão do governo local, sociedade civil, comunidades e setor privado na gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, para atender às metas tangíveis de conservação (protecção efetiva), bem como às metas sociais e económicas (uso sustentável de recursos).

Recomendação 6. Crescimento inclusivo - O PCP deve aumentar o apoio para promover a transformação económica e o crescimento sustentável e inclusivo. O escritório comum deverá consolidar progressivamente a tendência actual de reforço do seu trabalho e presença a nível local, à medida que vai adquirindo mais experiência. A PCP deve investir ainda mais em apoio técnico para a produção e uso de dados pelos ministérios setoriais. Deve acompanhar a implementação dos Planos de Desenvolvimento Local, ajudando os municípios a identificar fontes alternativas de financiamento. O PCP deverá assegurar a clareza e a adesão de diferentes parceiros em termos de repartição de responsabilidades entre as instituições a nível nacional e local e reforçar o diálogo com as organizações da sociedade civil.

Recomendação 7. Governação democrática - O PCP deve continuar a apoiar a governação democrática, o Estado de direito e os direitos humanos, de modo a aumentar a contribuição do programa e a sustentabilidade dos resultados. O PCP deve apoiar o desenvolvimento da estrutura institucional dos direitos humanos para garantir a sua independência conforme os Princípios de Paris. Deve ser dado apoio ao sector da justiça do lado da procura através de uma abordagem preventiva com o aumento das campanhas de comunicação e o reforço dos mecanismos de comunicação entre o sistema judicial e a população (por exemplo, através do Website e do sistema interativo existentes).

Recomendação 8. Promover o trabalho e o pensamento de longo prazo para além do Governo, para envolver as comunidades, as OSC, o setor privado e as organizações académicas, melhorar a demanda e a capacidade, assim como garantir a participação e a apropriação ativa e significativa das partes interessadas. O PCP deve promover o desenvolvimento de líderes comunitários e membros da sociedade civil como um elemento para proporcionar sustentabilidade às intervenções. Desenvolver uma forte estratégia comum para mobilizar as comunidades para aumentar a sua capacidade de demandar serviços e direitos que possam levar a uma melhor implementação dos programas. Isto foi abordado através da concepção dos Planos de Desenvolvimento Local em certa medida, mas mais precisa ser feito para fortalecer a capacidade das OSC e o envolvimento de atores privados para mobilizar e contribuir para o desenvolvimento a longo prazo do país. Existe o contexto certo para aprofundar a parceria com essas organizações que muitas vezes estão muito familiarizadas com o contexto local, incluindo os jovens beneficiados por outras iniciativas do escritório comum. Essa abordagem de intervenção e envolvimento ajudará a abordar as causas profundas das desigualdades para alcançar resultados transformadores em matéria de género.

Recomendação 9. Tendo em vista o estatuto de rendimento médio do país, com o apoio dos escritórios regionais das agências, o escritório comum deve explorar novas oportunidades de mobilização de recursos, para diversificar as fontes de financiamento. Explorar novas parcerias com doadores e no contexto da cooperação Sul-Sul, parcerias triangulares e iniciativas de países PEID.

Recomendação 10. O escritório comum precisa fortalecer a integração programática das principais questões transversais e aceleradores de desenvolvimento. O escritório comum deve fortalecer o seu trabalho sobre género e torná-lo mais transformador através da concepção e implementação de novas iniciativas que integrem questões temáticas e de género.

CAPÍTULO 1. CONTEXTO E INTRODUÇÃO



Este capítulo apresenta a finalidade, os objetivos e o âmbito da avaliação, bem como a sua metodologia. Estabelece o contexto de desenvolvimento para Cabo Verde e introduz o Programa Comum de Países (PCP) 2018–2022.

1.1 Finalidade, objetivos e âmbito da avaliação

Esta Avaliação Conjunta Independente do Programa Comum de Países (AIPCP) foi encomendada pelo Escritório Independente de Avaliação (IEO) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Escritório de Avaliação do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O objetivo da avaliação foi duplo:

1. Determinar até que ponto o PCP alcançou os resultados pretendidos, de forma eficiente, bem coordenada, coerente e económica, mantendo a relevância;
2. Saber se o Modelo de Escritório Comum tem sido um facilitador para apoiar a entrega do PCP com maior eficácia e eficiência, bem como sua capacidade de alavancar recursos.

O AIPCP também avaliou o grau em que o escritório comum foi capaz de se adaptar e apoiar a preparação e resposta do país à pandemia e recuperação do Coronavírus (COVID-19), ao mesmo tempo em que enfrentou novos desafios de desenvolvimento. O Quadro 1 destaca as principais perguntas para as quais a AIPCP procurou fornecer evidências.

A avaliação teve como objetivo compilar evidências das contribuições do escritório comum para os resultados do desenvolvimento, facilitando e alavancando os esforços nacionais. Descreve recomendações baseadas em evidências para contribuir para o crescente conjunto de conhecimentos para o subsequente ciclo de planeamento do PCP e do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF). Além disso, desempenha uma importante função de responsabilização, fornecendo ao escritório comum, aos escritórios regionais e à sede das três agências, às partes interessadas nacionais e aos parceiros uma avaliação imparcial dos resultados. Como tal, as funções pretendidas da AIPCP são: (i) apoiar o desenvolvimento do próximo PCP para Cabo Verde a partir de 2023; (ii) fortalecer a responsabilidade do escritório comum perante as partes interessadas nacionais; e (iii) fortalecer a responsabilidade do escritório comum perante os Conselhos Executivos das três agências.

QUADRO 1. Principais perguntas da APCP

1. Os resultados do PCP foram entregues/ provavelmente serão entregues como planeado (quantitativa e qualitativamente) e quais os fatores explicativos?
 2. O PCP contribuiu para os resultados nacionais previstos e planeados, incluindo os resultados centrados nos ODS, no contexto dos resultados do UNSDCF?
 3. Até que ponto o Modelo de Escritório Comum alcançou coerência programática e operacional? Como melhorar o apoio aos parceiros governamentais?
 4. Até que ponto o escritório comum foi capaz de se adaptar à pandemia da COVID-19, responder às necessidades da emergência e adaptar e implementar efetivamente o PCP para minimizar qualquer declínio nos resultados?
 5. Até que ponto a modalidade de coordenação JO tem sido eficiente para o PNUD, o UNFPA e o UNICEF? (Questão de Avaliação 4)
 6. Até que ponto a modalidade de escritório comum no contexto da reforma das Nações Unidas garante o avanço dos mandatos das três agências? (Questão de Avaliação 5).
-

O âmbito da avaliação foi alinhado com o PCP 2018-22, abrangendo todos os programas, projetos e intervenções de escritório comum na República de Cabo Verde entre 2018 e 2021, com contrapartes governamentais, do setor privado e da sociedade civil. A AIPCP também explorou as respostas comuns das três agências à pandemia da COVID-19 no país, para avaliar a sua contribuição, como a pandemia afetou a implementação do programa planeado e como ele foi gerido através da modalidade de escritório comum. Em termos de dimensão geográfica, o processo de recolha de dados atingiu oito das nove ilhas habitadas de Cabo Verde: Boavista, Brava, Fogo, Maio, Sal, Santiago, São Vicente e Santo Antão.

A AIPCP cobriu questões transversais, como direitos humanos, “Não deixar ninguém para trás” (LNOB), igualdade de género e empoderamento das mulheres (GEWE), deficiência e questões transversais, como coordenação, coerência, monitoramento e avaliação (M&A), inovação, mobilização de recursos e parcerias estratégicas.

1.2 Metodologia de avaliação

A avaliação seguiu as diretrizes de avaliação das três agências, bem como normas, padrões e orientações adicionais do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG).³ Em consonância com a Estratégia das Nações Unidas para a Integração da Igualdade de Género, a avaliação analisou o nível de integração da perspectiva de género em todo o PCP e nas suas operações. O Anexo 2 apresenta a matriz de avaliação com os indicadores, fontes de informação e métodos para recolha de dados.

FIGURA 1. Metodologia de avaliação



A avaliação aplicou duas abordagens (ver Figura 1): análise de contribuição baseada em teoria para avaliar os resultados do PCP; e uma concepção de estudo de caso⁴ a partir de um quadro teórico do neoinstitucionalismo⁵ e do principal-agente⁶ para avaliar a modalidade de governação do escritório comum (ver nota técnica ao quadro teórico no Anexo 12). A avaliação utilizou uma abordagem de métodos mistos com instrumentos comuns para recolher dados para as seis questões de avaliação.

³ UNEG (2020) Diretrizes Éticas para Avaliação <http://www.unevaluation.org/document/detail/2866>; e UNEG (2011) Integrando Direitos Humanos e Igualdade de Género na Avaliação - Rumo à Orientação do UNEG. <http://www.uneval.org/document/detail/980>.

⁴ O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa em que um ou vários casos do objeto de estudo são examinados profundamente e no seu ambiente real.

⁵ Neo-institucionalismo é uma abordagem para o estudo das instituições que se concentra nos efeitos restritivos e facilitadores de regras formais e informais sobre o comportamento de indivíduos e grupos.

⁶ A teoria do principal-agente aplica-se à relação entre cada uma das três agências e o escritório comum. Considerando a abordagem principal (as três agências parceiras) — agência (escritório comum), o funcionamento real do escritório comum foi analisado para avaliar o nível de alguns componentes-chave, principalmente no domínio da base legal, assimetrias de informação e mecanismos de responsabilização.

Para avaliar os resultados do PCP, foi utilizada uma abordagem de **análise de contribuição baseada em teoria**. A análise de contribuição usa uma Teoria da Mudança (ToC) explícita para cada resultado do PCP, testando a teoria contra a lógica e as evidências para estabelecer a contribuição do PCP para os resultados esperados. A ToC para cada resultado do programa foi revisto para verificar a relevância, eficácia e sustentabilidade das intervenções em cada quadro.

Para estabelecer a ToC, as intervenções foram organizadas por resultado do PCP (ver Anexo 7 para uma nota metodológica sobre a abordagem ToC), e seis etapas foram aplicadas:

1. Compreender e avaliar a trajetória de impacto ou o modelo lógico do PCP para cada resultado (quadro analítico disponível no Anexo 12). Nesta etapa, além de compreender o modelo lógico, a análise de relevância do PCP foi realizada de acordo com as perguntas de avaliação (encontrar matriz de avaliação no Anexo 2).
2. Aplicar a avaliação ToC *ex-post* por resultado.⁷ Para esta avaliação, uma sub-ToC foi desenvolvida para cada resultado como uma **ToC aninhada** ou teoria de alcance, adicionando pressupostos aos vínculos causais no modelo lógico. Para cada nível-chave das intervenções do PCPD, a equipa de avaliação analisou os nexos causais com os pressupostos. Em termos probabilísticos, a equipa utilizou a rubrica de contribuição *totalmente-parcialmente-nenhuma* para descrever o nível de adequação do pacote causal da intervenção, significando que, neste caso, o pacote causal provavelmente contribuiu para o resultado observado.⁸
3. Reunir evidências e montar todo o material prontamente disponível, deixando uma investigação mais exaustiva para depois que as entrevistas, as discussões do grupo focal (FGD) e as pesquisas estivessem completas (consulte a descrição da recolha de dados neste documento).
4. Avaliar o histórico de contribuição por resultado, analisando a força da cadeia de resultados e quaisquer elos fracos. Um diagrama de ToC causal foi desenvolvido por resultado para mostrar caminhos de impacto e pressupostos de ligação causal da ToC.
5. Procurar provas adicionais. A equipa de avaliação utilizou técnicas de triangulação para garantir a qualidade técnica.
6. Revisar e fortalecer o histórico de contribuição, antes de incluí-lo neste relatório de avaliação.

Para avaliar o modelo de governação do escritório comum, a equipa de avaliação utilizou a **concepção de um estudo de caso** a partir de um referencial teórico do neoinstitucionalismo e do principal-agente. O Quadro 2 apresenta as perguntas de avaliação relevantes para esta área de investigação. Considerando a abordagem do principal para a agência (JO — as três agências parceiras), o funcionamento real do escritório foi analisado para avaliar o nível de alguns componentes-chave, principalmente no domínio da base jurídica, assimetrias de informação e mecanismos de prestação de contas.

⁷ As ToC são modelos de como a mudança deve acontecer (caso *ex-ante*) ou como a mudança aconteceu (caso *ex-post*). As ToC aninhadas oferecem uma maneira de dividir uma ToC confusa em algo mais compreensível e prático.

⁸ Adaptado de Andrews, M. (2018) Public Policy Failure: “How Frequent?” e “What is Failure, Anyway?” Um Estudo do Desempenho do Projeto do Banco Mundial. Contribuição total: Entradas mobilizadas, produtos e resultados intermediários alcançados e alguns impactos alcançados. Contribuição parcial: entradas mobilizadas, a maioria dos produtos entregues e alguns resultados intermediários alcançados. Nenhuma contribuição: mobilização limitada de entradas, realização limitada de produtos e nenhuma alteração nos resultados.

A principal hipótese ou pressuposto testado foi que o escritório comum (agente) deveria garantir o avanço dos mandatos das três agências (principais) no contexto da reforma das Nações Unidas, explorando até que ponto: (i) era um modelo de negócio económico; (ii) efetivamente introduziu um único conjunto de orientações de programa e política; (iii) aumentou a coerência na programação e operações das Nações Unidas; e (iv) diminuiu a concorrência por financiamento entre agências e custos de transação.⁹

As mesmas técnicas de avaliação utilizadas para a ToC foram aplicadas ao estudo de caso do escritório comum, e que foi personalizado para incluir: (i) análise de conteúdo de documentos das tendências históricas do escritório comum e caminho e atas de reuniões sobre o desenvolvimento do modelo de escritório comum, para avaliar aspetos como isomorfismo institucional ou dependência do caminho; (ii) entrevistas semiestruturadas com as principais partes interessadas no processo de desenvolvimento do escritório comum a nível nacional e regional, e com doadores internacionais e organizações não governamentais (ONGs); (iii) Grupo Focal com o pessoal do escritório comum para delinear o cronograma do escritório comum e discutir os principais pontos fortes e limitações, e entrevistas individuais e em grupo com o pessoal regional das agências; e (iv) uma pesquisa para avaliar o nível de influência do escritório comum e determinar as perceções das partes interessadas nacionais envolvidas nas atividades do escritório comum (ver Anexo 9).

O género foi incluído como um tema transversal que permeia os critérios de avaliação. A Escala de Efetividade dos Resultados de Género foi considerada a principal referência para avaliar os resultados relacionados ao género do PCP. Em termos práticos, uma questão específica de género foi adicionada a cada critério de avaliação para análise em combinação com dimensões de direitos humanos e deficiência. As perguntas buscavam posicionar os produtos e resultados em uma escala de 1 a 5, de género negativo (1), passando por cego em género, direcionado e sensível a género, a transformador de género (5).

A avaliação baseou-se em informações recolhidas de diferentes fontes e depois trianguladas, nomeadamente:

- Uma revisão dos documentos estratégicos e de programas do escritório comum do PNUD, UNFPA e UNICEF, documentos do projeto e relatórios de monitoramento, avaliações, documentos de pesquisa e outras publicações disponíveis relacionadas ao país. Os principais documentos consultados pela equipa de avaliação constam do anexo 4.
- Uma análise do portfólio do programa e do desenvolvimento de ToC, por área do programa, para mapear os projetos implementados em relação aos objetivos estabelecidos no PCP. A reconstrução da ToC está disponível no Anexo 7.
- Entrevistas e FGD com um total de 81 partes interessadas, incluindo escritório comum e funcionários regionais, representantes do governo, representantes da equipa de países das Nações Unidas, parceiros de desenvolvimento, organizações da sociedade civil (OSC), academia e beneficiários. Estes foram realizados virtualmente devido a restrições de viagem que impediram visitas de campo.
 - As entrevistas foram usadas para recolher dados e avaliar as perceções das partes interessadas sobre o âmbito e a eficácia das intervenções do programa, determinar os fatores que afetam o desempenho e identificar os pontos fortes e fracos do programa do JO. Uma lista completa dos entrevistados está disponível no Anexo 3.

⁹ Escritório de Coordenação da UNDO (2016) Resumo do modelo de escritório comum de Cabo Verde.

- Foram realizadas cinco FGD: uma com onze funcionários do escritório comum, uma com cinco partes interessadas nacionais a nível local, uma com cinco representantes de OSC e duas com 13 beneficiários (jovens). A Tabela 1 apresenta a discriminação dos entrevistados e participantes da FGD.
- Foi realizado um inquérito às partes interessadas nacionais, de acordo com uma lista fornecida pelo escritório comum e aprovado durante a fase inicial. Ao final da fase de recolha de dados, 66 partes interessadas receberam o inquérito e 16 respostas foram devolvidas (24 por cento de taxa de resposta). A Tabela 1 apresenta o número de respondentes por organização e tipo de envolvimento.

TABLE 1. Categorias de partes interessadas consultadas

Categoria de Parte Interessada	Número	Método de recolha dos dados
Instituições públicas nacionais (nacionais e locais)	28	Entrevistas semiestruturadas e FGD
OSC	5	Entrevistas semiestruturadas e FGD
Parceiros de desenvolvimento/ doadores	3	FGD
Agências das Nações Unidas/Escritórios regionais das Nações Unidas	16	Entrevistas semiestruturadas e FGD
Oficiais/funcionários do programa conjunto	16	Entrevistas semiestruturadas e FGD
Juventude	13	FGD
Total	81	

O projeto de relatório do IPCP foi assegurado em termos de qualidade pelo Grupo de Gestão de Avaliação, depois submetido ao escritório comum e aos escritórios regionais das três agências para identificação de erros factuais e comentários e, finalmente, compartilhado com o Governo e outros parceiros nacionais.

1.3 Limitações da avaliação

Esta avaliação foi realizada durante a pandemia de COVID-19. Isso foi mitigado com base na experiência anterior dos membros da equipa no país, expandindo o grupo de entrevistados para incluir mais agências das Nações Unidas e ONGs, garantindo a interação frequente com o escritório comum e estendendo a revisão do documento. Atenção especial foi dada à triangulação e ao alcance de novos entrevistados identificados no processo de recolha de dados.

A de avaliação originalmente pretendia realizar uma pesquisa online com os parceiros destinatários de formação, mas as discussões iniciais revelaram ser improvável que isso produzisse resultados devido à “cansaço de pesquisa” entre os parceiros e ao fato de que as pesquisas online geralmente produzem baixas taxas de resposta. Como tal, as entrevistas e FGD foram usadas como fonte de dados de substituição.

Finalmente, os dados financeiros do escritório comum não estão diretamente acessíveis nos sistemas corporativos das agências parceiras (PNUD, UNFPA e UNICEF) nos níveis regional e global/ sede. Essas dificuldades, juntamente com outras, foram identificadas e enquadradas como possíveis riscos e medidas de mitigação foram aplicadas. Os dados financeiros utilizados na avaliação foram fornecidos diretamente pelo escritório comum e triangulados com os dados fornecidos pelos escritórios regionais e pelos sistemas de informação financeira das três agências.

1.4 Contexto do país

A República de Cabo Verde é um pequeno Estado insular em desenvolvimento (PEID) com uma população de 544.081, localizado a 620 km da costa ocidental da África. Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica, composto por 10 ilhas, das quais nove são habitadas, com uma área total de terreno de 4.033 km², embora Cabo Verde desfrute de uma vasta Zona Económica Exclusiva de 734.000 km², 183 vezes a sua área total de terreno.

1.4.1 Economia e pobreza

É um país de rendimento médio baixo com uma democracia estável, mas com desafios económicos estruturais devido à sua localização e topografia. A sua economia apresenta desigualdades significativas no acesso ao emprego e aos serviços governamentais nas diferentes ilhas e municípios. A pobreza afetou 35,2 por cento da população em 2015 e a pobreza extrema 10,6 por cento.¹⁰

O turismo é o principal motor económico em Cabo Verde, contribuindo com 26 por cento para o produto interno bruto (PIB) em 2019 e proporcionando 40 por cento do emprego formal.¹¹ Após um período de crescimento lento após a crise financeira de 2008, a economia mostrou uma taxa de crescimento robusta desde 2016. O crescimento económico levou a uma taxa de desemprego decrescente: de 15 por cento da força de trabalho em 2016 para 12 por cento em 2018 (13 por cento do sexo masculino, 12 por cento do sexo feminino) e 11,2 por cento em 2019. No entanto, isso subiu novamente para 15 por cento em 2020 após a crise da COVID-19.

1.4.2 Demografia e emprego

A população de Cabo Verde é jovem, com uma idade média de 29 anos, e 45 por cento da população total com menos de 25 anos.¹² No entanto, a queda das taxas de fertilidade e mortalidade está causando uma mudança demográfica para um menor índice de dependência etária, criando uma janela de oportunidade nas próximas décadas para aumentar a renda do governo e das famílias através do desenvolvimento de negócios, emprego formal e receita fiscal correspondente.¹³ Atualmente, a criação de emprego formal é condicionada por diferenças geográficas no desenvolvimento, limitações no transporte inter-ilhas, assimetrias entre a procura de emprego, a educação e formação, e um ambiente pouco desenvolvido para promover o empreendedorismo local e a inovação empresarial.¹⁴ O desemprego afeta mais os jovens e, embora o desemprego juvenil (grupo etário dos 15–24 anos) tenha diminuído de 41 por cento em 2016 para 32,5 por cento em 2020, ainda é muito superior à média nacional. Em 2020, a taxa geral de desemprego foi de 14,5 por cento, expondo uma incompatibilidade entre as competências profissionais exigidas e os resultados de educação e formação.¹⁵

¹⁰ Os últimos números do rácio de pobreza em 1,90 dólares por dia (paridade do poder de compra de 2011) (percentagem da população) são retirados do INE (2015) Pesquisa Nacional de Despesas das Famílias. O índice de pobreza varia de 7,4 por cento em Boavista a 58,9 por cento em Santa Cruz (Santiago).

¹¹ Dados do Banco Mundial de 2019. De acordo com o INE, em 2018, os empregos informais representavam 52 por cento da totalidade de empregos.

¹² Dados do INE de 2021.

¹³ O rácio de dependência por idade é a proporção de pessoas com menos de 15 anos ou mais de 64 anos em relação à população em idade ativa. Dados do Governo de Cabo Verde (2016) e do Banco Mundial (2019).

¹⁴ O Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Cabo Verde (UNDAF) 2018–22.

¹⁵ Dados do Governo de Cabo Verde INE.

1.4.3 Educação

A alfabetização e as matrículas escolares continuam a aumentar em Cabo Verde, mas persistem assimetrias no acesso à educação entre as comunidades rurais e urbanas. Nas áreas rurais, 12,1 por cento das pessoas nunca frequentaram a escola, muito acima dos 5,5 por cento em ambientes urbanos.¹⁶ Em 2018, 21 por cento das escolas primárias do país não tinham acesso à eletricidade e apenas 42 por cento tinham equipamento informático.¹⁷ A disparidade de género na educação é complexa, com mais rapazes a beneficiar do ensino primário, mas, de acordo com a Revisão Nacional Voluntária de 2021, as meninas têm uma vantagem no ensino secundário e superior e as mulheres beneficiam mais da formação profissional e dos estágios profissionais.¹⁸

1.4.4 Governação

Cabo Verde é um país unitário com uma estrutura de administração local de nível único (municípios). As responsabilidades dos municípios incluem planeamento municipal, gestão de resíduos e saneamento, habitação, cultura e desporto. O estabelecimento de um sistema constitucional parlamentar mitigado em 1991 criou as bases para o Estado de Direito e permitiu reformas estruturais, transição política suave e a implementação de uma economia de mercado e descentralização. Os governos nacionais e municipais (executivo e legislativo) são eleitos através do sufrágio universal direto. O atual governo é apoiado por uma forte maioria parlamentar obtida nas eleições de 2016 e 2021. No entanto, persistem limitações no envolvimento dos cidadãos, principalmente mulheres e jovens. Nas eleições parlamentares de 2016 e 2021, a abstenção atingiu 63,8 por cento e 58 por cento dos cadernos eleitorais, respetivamente, com as mulheres representando a maioria das abstenções. No entanto, a representação das mulheres no parlamento está a aumentar, de 24 por cento dos assentos em 2016 para 39 por cento em 2021.¹⁹

1.4.5 Igualdade de género e direitos das mulheres

Apesar das tendências positivas em termos de diminuição da violência e melhoria do acesso à justiça, subsistem questões relacionadas com a proteção e o acesso à justiça para indivíduos vulneráveis, especialmente mulheres, jovens e crianças. Em 2020, Cabo Verde classificou-se em 72º de 149 países no Global Gender Gap Index, acima dos 89 de 2018. As relações de género em Cabo Verde são mais iguais em ambientes urbanos, onde as mulheres têm mais acesso a empregos e serviços governamentais, têm mais voz sobre as suas necessidades e melhor posicionamento na sociedade. No entanto, as mulheres rurais envolvidas na agricultura enfrentam discriminação no acesso a recursos críticos, incluindo água potável, e são frequentemente expostas e vítimas de violência baseada em género (VBG). No entanto, essas circunstâncias não parecem ser prevalentes nas comunidades pesqueiras, onde as mulheres comumente lideram os aspectos comerciais da pesca artesanal.²⁰ Considerando os desequilíbrios nas relações de género no contexto agrícola, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que não é uma agência do escritório comum, assumiu a liderança da força-tarefa de género do Quadro de género do Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF).

¹⁶ Dados do INE, 2018.

¹⁷ Embora muitas escolas ainda tenham uma infraestrutura precária, esses números foram piores em 2016: 26,6 por cento das escolas não tinham eletricidade e, em 2017, 40,8 por cento das escolas tinham equipamentos de informática.

¹⁸ Em 2017/2018, as meninas tinham uma taxa de escolarização de 61,2 por cento para o ensino secundário, enquanto os rapazes tinham uma taxa de escolarização de 45,9 por cento para este nível de ensino. A taxa global para o ensino superior é de 7,7 por cento para os homens e 11,3 por cento para as mulheres (Dados do INE, 2018).

¹⁹ Dados da União Interparlamentar (2021).

²⁰ Dados do UNDAF 2018–22, Banco Africano de Desenvolvimento e Governo de Cabo Verde.

1.4.6 Saúde e nutrição

Cabo Verde realizou melhorias substanciais em termos de mortalidade materna e infantil, assim como em nutrição desde a sua graduação à categoria de País Menos Desenvolvido em 2008, embora algum grau de desnutrição persista nos bolsões de pobreza.²¹ No entanto, há desequilíbrios no acesso aos serviços de saúde entre os 22 municípios. A carga de doenças mudou de doenças transmissíveis para não transmissíveis (doenças cardiovasculares, cancro, doenças respiratórias crónicas, diabetes), ligadas ao aumento da riqueza, estilos de vida sedentários e maus hábitos nutricionais, representando 69 por cento da mortalidade total.²² O investimento em planeamento familiar melhorou a saúde reprodutiva, mas a gravidez na juventude continua alta.²³ Apesar da redução dos valores de desnutrição crónica e aguda, persiste algum grau de desnutrição, ligada à pobreza.²⁴ O país é vulnerável à disseminação de doenças transmitidas por vetores, levantando preocupações, pois o aumento da temperatura causado pelas mudanças climáticas pode expandir a gama de vetores, como *Aedes sp.* e *Anopheles sp.*²⁵

1.4.7 Impacto da COVID-19

Cabo Verde foi gravemente afectado pela pandemia de COVID-19 em curso, nos sectores da saúde, social e económico. Até dezembro de 2021, Cabo Verde havia relatado 38.619 casos de COVID-19 e 352 mortes (64 por 100.000 pessoas).²⁶ 69,6 por cento da população foi totalmente vacinada contra a COVID-19 até dezembro de 2021.²⁷

Devido ao impacto da COVID-19, o PIB real caiu 15 por cento em 2020, impulsionado por quedas nas receitas do turismo, pescas, manufatura e logística.²⁸ No entanto, as remessas cresceram 3 por cento, de 12 por cento para 14 por cento da Renda Nacional Bruta em 2020.

1.4.8 Clima e meio ambiente

O clima de Cabo Verde é semi-árido com episódios recorrentes de seca que afectam a produção agrícola e o abastecimento de água. Apesar da sua contribuição em declínio na renda nacional e capacidade limitada de expansão (apenas 10 por cento do terreno é arável), a transformação agrícola aparece com destaque no documento de visão do governo (Ambição 2030), pois tem sido fundamental para a redução da pobreza rural.²⁹ As mudanças climáticas ameaçam os avanços na redução da pobreza, exacerbando a incidência de secas, eventos extremos de chuva e afetando os recursos marinhos e costeiros do país por meio da elevação do nível do mar, aquecimento dos oceanos e acidificação. Assim, a ambiciosa estratégia nacional de mudanças climáticas descrita na sua Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) propõe uma redução de 20 por cento nas emissões de GEE através de energia renovável e gestão sustentável do ecossistema.

²¹ A taxa de mortalidade infantil caiu 51 por cento entre 2008 e 2017, de 24,9 em 2008 (dados do INE 2012), para 15,8 em 2017 (dados do UNICEF Cabo Verde, 2020), e foi estimada em 12,21 em 2020 (Dados do Grupo Inter-agências das Nações Unidas para Estimativa de Mortalidade Infantil, 2021), 76 por cento menos do que a média para a África Subsaariana, mas o dobro da média para os países da OCDE. A mortalidade materna diminuiu de 75 por 100.000 nascidos vivos em 2008 para 58 em 2017 (<https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.MMRT?locations=CV>), em parte relacionada ao livre acesso a serviços de pré-natal e vacinação (UNICEF Cabo Verde, 2020). A desnutrição aguda caiu de 5,2 por cento em 2009 para 4,4 por cento em 2018, e a desnutrição crónica de 13,3 por cento em 2009 para 11 por cento em 2018, segundo dados do UNICEF 2020.

²² Dados do Banco Mundial: <https://ourworldindata.org/country/cape-verde>.

²³ 18,3 por cento das mulheres grávidas em Cabo Verde têm entre 10 e 19 anos e 4,4 por cento de todas as mulheres grávidas têm menos de 17 anos. Dados do Governo de Cabo Verde, Banco Mundial e UNICEF.

²⁴ A desnutrição crónica afeta 12 por cento das crianças menores de cinco anos (INE, dados de 2018).

²⁵ Cabo Verde sofreu surtos de dengue (2009–2010) e Zika (2015–2017).

²⁶ Dados da Universidade Johns Hopkins, 2021.

²⁷ Dados de vacinação do Instituto Nacional de Saúde.

²⁸ Cálculos próprios com dados do Banco Mundial de 2021.

²⁹ A produção agrícola contribui atualmente com cerca de 5 por cento da renda nacional, segundo dados do Banco Mundial.

A água subterrânea é a principal fonte de água para consumo humano e uso agrícola em Cabo Verde. A proporção da população com acesso a fontes de água melhoradas e saneamento gerido com segurança não melhorou significativamente desde 2014, e as diferenças entre o rural (73 por cento de acesso a fontes de água melhoradas, 71 por cento de saneamento gerido de forma segura) e urbano (92 por cento de fonte de água melhorada, 89 por cento de saneamento gerido com segurança) continuam.³⁰

A crescente população urbana (costeira) e as indústrias de agricultura e turismo estão a pressionar cada vez mais os recursos hídricos subterrâneos da ilha, levando à salinização dos aquíferos e, conseqüentemente, ao objetivo crítico do país de aumentar o abastecimento de água por meio de usinas de dessalinização de energia renovável. A participação das energias renováveis no cabaz energético do país atingiu 17 por cento em 2017, e espera-se que atinja 54 por cento até 2030.³¹

As áreas terrestres protegidas cobriram 16 por cento da área terrestre do país em 2020, principalmente terras florestais. Embora isto signifique que Cabo Verde quase atingiu a sua meta de pelo menos 20 por cento das áreas terrestres protegidas, os níveis de aplicação são muito baixos e a eficácia da gestão precisa de ser reforçada em todas as áreas protegidas. Um desafio tem sido manter o ritmo e ter planos de desenvolvimento local inclusivos efetivamente implementados³²

1.5 Documento do Programa Comum de Países

O atual PCPD de Cabo Verde abrange o período de 2018 a 2022, e foi desenvolvida em colaboração com parceiros de desenvolvimento em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e alinhado com o UNDAF 2018–2022, as prioridades nacionais e as estratégias globais das três agências. Foi aprovado durante a primeira sessão ordinária dos Conselhos do PNUD e UNFPA em janeiro de 2018, e do Conselho do UNICEF em fevereiro de 2018.

Os componentes do PCP respondem diretamente às prioridades estratégicas destacadas nos pilares social, económico e de soberania do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021* (Strategic Sustainable Development Plan) e aos resultados do UNDAF. O PCP 2018–2022 segue quatro prioridades para apoiar os parceiros governamentais na consecução dos ODS: 1) o desenvolvimento sustentável do capital humano; 2) a gestão sustentável dos recursos naturais; 3) transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo; e 4) governação, políticas públicas, parcerias e justiça.

As prioridades do PCP resultam da visão do Governo de acelerar o crescimento económico inclusivo, o desenvolvimento social e a soberania, aproveitando o dividendo demográfico. A conversão da transição demográfica em crescimento económico sustentável e inclusivo exige esforços para concretizar os direitos das crianças, capacitar as mulheres e os jovens para participarem com mais sucesso no mercado de trabalho e implementar estratégias inteligentes em termos de clima e riscos, que melhorem a gestão do ambiente, dos recursos naturais e dos riscos.

O programa, conforme definido no PCP 2018–2022, aborda cinco resultados, estruturados em torno das seguintes áreas temáticas:

³⁰ Dados da OMS e UNICEF 2021.

³¹ Governo de Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente (2021).

³² PNUD Cabo Verde (2015), Governo de Cabo Verde (2016).

- **Desenvolvimento sustentável do capital humano (ODS 1, 3, 4, 5, 8 e 10):** abordar a pobreza multidimensional e a desigualdade seguindo o princípio LNOB, promovendo o uso e o acesso a serviços de educação, saúde e proteção social e infantil de alta qualidade, sensíveis ao género, integrados e complementares. O programa também se concentra em melhorar a capacidade nacional e local para fornecer acesso e promover o uso eficaz de serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) integrados e de alta qualidade, sensíveis ao género, incluindo educação sexual abrangente para adolescentes e jovens. Além disso, o programa visa fortalecer o sistema nacional de informação de saúde para a saúde materna, infantil e adolescente, incluindo a SSR.
- **Gestão sustentável dos recursos naturais (ODS 1, 2, 3, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14 e 15):** centrando-se na implementação da estratégia nacional de redução do risco de desastres, melhorando os mecanismos institucionais e a capacidade da comunidade para implementar as melhores práticas de adaptação e mitigação das alterações climáticas, reforçando a integração da conservação da biodiversidade e apoiando o crescimento económico verde e azul.
- **Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo (ODS 1, 2, 5, 8, 9, 10):** apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas sensíveis ao género e centrados na criança que promovam a inclusão, o crescimento económico e a criação de empregos dignos. O programa visa gerar evidências desagregadas por meio da análise aprofundada da dinâmica populacional para informar a formulação de políticas públicas, incluindo as implicações de aproveitar o potencial da sua população jovem na condução dos esforços de desenvolvimento do país.
- **Governança, políticas públicas, parcerias e justiça (ODS 1, 5, 10, 16 e 17):** com foco em aumentar a capacidade da sociedade civil e das administrações públicas de usar recursos, promover a participação cidadã nos processos de governação, incluindo jovens e adolescentes, combater as desigualdades de género e VBG, assim como melhorar a resposta do sistema de justiça. Além disso, o programa apoia a integração de dinâmicas populacionais e estratégias para aproveitar o dividendo demográfico no desenvolvimento setorial nacional.

O Governo de Cabo Verde declarou Estado de Emergência a 28 de março de 2020 para combater a propagação da pandemia de COVID-19, e apelou à comunidade internacional para mobilizar os estimados 150 milhões de dólares necessários para ultrapassar os impactos da pandemia. Em resposta, as Nações Unidas, lideradas pelo PNUD, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia, realizaram uma avaliação conjunta das necessidades pós-crise (PCNA+) que estruturou a resposta em quatro pilares: económico, social, ambiental e governação. O PCP teve de se adaptar ao contexto da COVID-19 para apoiar o Governo a implementar iniciativas relevantes para combater a pandemia da COVID-19.

Os componentes do programa respondem diretamente às prioridades estratégicas destacadas nos pilares social, económico e de soberania do PEDS, e aos resultados do UNDAF. O principal instrumento de planeamento estratégico nacional em Cabo Verde, PEDS 2017–2021, está alinhado com os ODS, o Caminho de Samoa para o desenvolvimento dos PEID e a Agenda 2063 da União Africana “A África que Queremos”. O UNDAF de Cabo Verde, desenvolvido pela equipa nacional das Nações Unidas em 2018, baseia-se no PEDS, mas também inspirado na visão integrada da Agenda 2030 e na sua premissa fundamental de “não deixar ninguém para trás”. Está articulado em torno de cinco resultados vinculados aos quatro pilares do PEDS, que abordam questões de: melhoria do acesso aos serviços governamentais (saúde, educação), especialmente para grupos vulneráveis; gestão sustentável e participativa dos recursos naturais; crescimento inclusivo e emprego; segurança humana; maior coesão social e justiça responsiva e inclusiva; e financiamento para o

desenvolvimento, contribuindo para o alcance dos ODS. A exigência orçamentária do UNDAF era de US\$ 96 milhões (2,7 por cento do financiamento necessário do PEDS), dos quais US\$ 36 milhões (38 por cento) foram garantidos em 2018, e outros US\$ 60 milhões ainda precisam ser mobilizados.

Uma parte significativa do UNDAF é implementada através do escritório comum PNUD-UNICEF-UNPFA. O planeamento do escritório comum baseia-se numa Análise Comum de País (CCA) e é expresso no PCP 2018–2022. O orçamento do PCP ascendia a \$35,8 milhões em novembro de 2021 (ver Tabela 2).

TABLE 2. Resultados do PCPD e necessidades orçamentárias do UNDAF (US\$)

Resultado do PCP	Resumo	Orçamento do PCP (Real) ³³	Orçamento do UNDAF (projetado)
1 Desenvolvimento sustentável do capital humano	Aborda a pobreza e a desigualdade multidimensionais melhorando o acesso a serviços integrados de educação, saúde, sociais e de proteção infantil de alta qualidade, sensíveis ao género.	5.152.814	5.802.000
2 Gestão sustentável dos recursos naturais	Crescimento económico verde e azul. Apoio à estratégia nacional de redução do risco de desastres e aos objetivos de mitigação e adaptação contidos na NDC.	6.902.718,20	15.554.114
3 Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo	Programas de educação e formação profissional que reforçam as competências das mulheres e dos jovens para melhorar a empregabilidade e o empreendedorismo. Mecanismos de diálogo multissetorial e identificação e promoção de cadeias de valor locais, especialmente para mulheres e jovens.	16.152.533,86	8.235.345
4.1 Governação Democrática e parcerias	Capacidade da sociedade civil e da administração pública para aumentar a participação pública na governação e combater as desigualdades de género. Mobilização de parcerias e financiamento para o desenvolvimento, contribuindo para os ODS.	7.198.740	3.839.000
4.2 Políticas públicas, parcerias e justiça	Resposta do sistema de justiça aos direitos humanos e à VBG. Melhor planeamento estratégico, gestão baseada em resultados, sistemas estatísticos, mecanismos de monitoramento e avaliação, e coordenação.	396.688	2.042.000
Total		35.803.494	36.312.459

Fonte: Escritório comum e documento do UNDAF

³³ Dados fornecidos pelo escritório comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

1.6 Escritório comum do PNUD, UNFPA e UNICEF

A 1 de janeiro de 2006, Cabo Verde tornou-se o primeiro escritório comum piloto de agências do Comité Executivo dos Fundos e Programas das Nações Unidas (Ex-Com), incorporando o PNUD, UNICEF, UNFPA e PMA. Em 2010, o PMA encerrou as suas operações em Cabo Verde, e o escritório comum é agora composto por três agências – PNUD, UNICEF e UNFPA – que implementam conjuntamente o PCP 2018–2022.

O conceito de escritório comum foi estabelecido pela Ex-Com em fevereiro de 2004 em resposta à Revisão Trienal de Políticas Abrangentes e uma resolução do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) que convocou os fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas para simplificar ainda mais as suas regras e procedimentos por meio da implementação de um modelo de escritório comum.³⁴ Este foi um passo no processo de reforma das Nações Unidas para a harmonização e simplificação das atividades das Nações Unidas em países pequenos. Uma premissa comum para as Nações Unidas existia desde o início da década de 1990, mas um apelo por programas nacionais das Nações Unidas mais económicos e coesos levou à iniciativa de operar sob uma plataforma comum.

Em novembro de 2006, o governo se ofereceu para fazer parte do exercício piloto “Delivering as One” das Nações Unidas, conforme recomendado pelo Painel de Alto Nível sobre Coerência em Todo o Sistema das Nações Unidas. O programa “One UN” foi lançado em 2008. De acordo com o Resumo de 2016 do Modelo de Escritório Comum de Cabo Verde, o escritório comum consiste no único escritório das Nações Unidas, com uma estrutura organizacional e um programa único (PCP) que engloba as atividades e mandatos de todas as agências participantes, e destina-se a usar um conjunto de processos de negócios, regras e regulamentos sob um acordo de “agência de suporte”. O escritório comum de Cabo Verde aplica processos, sistemas e acordos de contratação do PNUD, visto que o PNUD era a agência de apoio administrativo do escritório antes do processo de desvinculação do Coordenador Residente.

O escritório comum operou sem um memorando de entendimento (MoU) assinado para fornecer às agências participantes uma plataforma operacional comum. Em maio de 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um conjunto de mudanças para “reposicionar” o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, incluindo reformas no sistema de Coordenador Residente. As mudanças, e um novo esquema de financiamento que as acompanha, visam garantir que o sistema de Coordenador Residente seja independente de qualquer agência, mais transparente e responsável perante os Estados Membros e totalmente dedicado à Agenda 2030. Isso significou uma mudança na estrutura de governação do escritório comum, uma vez que, até a desvinculação, o Representante Residente do PNUD e o Coordenador Residente também atuavam como chefes do escritório comum.

³⁴ Resolução 59/250 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 17 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO 2. CONSTATAÇÕES



Este capítulo apresenta os frutos da análise de resultados e revisão conjunta da governação do escritório e uma avaliação de questões transversais de acordo com as premissas e indicadores listados na matriz de avaliação (ver anexo 2). A avaliação foi baseada numa análise da correlação entre os resultados do projeto, a sua contribuição para os produtos esperados em cada resultado e, conseqüentemente, para os objetivos gerais. As constatações são organizadas por resultado e área transversal. O Anexo 8 fornece uma análise detalhada da eficácia por resultado do PCP e níveis de produção.

2.1 Resultado 1 - Desenvolvimento sustentável do capital humano

RESULTADO 1. Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente os mais vulneráveis, terão melhor acesso e utilização de serviços de saúde e educação de qualidade e beneficiarão mais de proteção social e infantil e inclusão social sensíveis ao género, ao longo do seu ciclo de vida.

PRODUTO 1.1. Capacidade nacional e local reforçada para fornecer acesso e promover o uso eficaz de serviços de saúde integrados e de alta qualidade, sensíveis ao género, incluindo SSR, especialmente para adolescentes e jovens

PRODUTO 1.2. Capacidade nacional e local para serviços de saúde materna, perinatal e infantil fortalecida

PRODUTO 1.3. Resultados de aprendizagem educacional para meninas e rapazes aprimorados e relevantes para o potencial de desenvolvimento do país

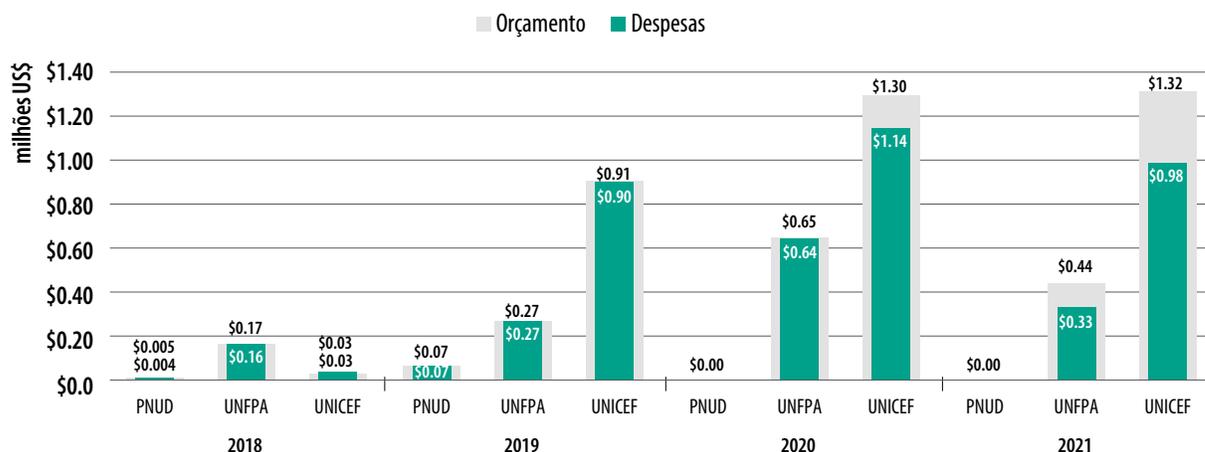
PRODUTO 1.4. Acesso a serviços de proteção infantil inclusivos e equitativos aprimorados

O resultado 1 agrupa todos os produtos relacionados à saúde, educação e inclusão social. Embora os produtos 1.1 e 1.2 estejam intimamente relacionados e os produtos 1.3 e 1.4 sejam amplamente relacionados aos outros, não foram encontradas ligações estratégicas claras ou coerência entre eles do ponto de vista da lógica política, ou da entrega operacional. Em vez disso, os produtos foram implementados como entregas separadas.

O escritório comum facilitou contribuições relevantes nas áreas de saúde, educação e proteção infantil, embora não necessariamente vinculadas aos resultados inicialmente planejados. Em muitos casos (por exemplo, proteção infantil), o escritório comum foi além do planejado. Em outros, teve que reprogramar atividades por conta da pandemia (saúde e educação), solicitações do Governo, ou falta de gestão programática geral do escritório comum, devido às frequentes mudanças de liderança e à falta de um responsável adjunto dedicado à coerência do programa.

No período 2018–2022, o Resultado 1 do PCPD teve um orçamento total de US\$ 5,15 milhões e despesas de US\$ 4,53 milhões, resultando numa taxa de execução de 88 por cento. Excluindo os dados de 2020, a taxa de execução foi de 95 por cento. Os projetos “Fortalecimento do Setor da Saúde” e “Fortalecimento da Qualidade Educacional”, ambos apoiados pelas três agências, representaram 45 por cento e 38 por cento dos gastos com os resultados, respectivamente, a 15 de novembro de 2021.

FIGURA 2. Evolução do orçamento e despesas do Resultado 1 por agência (2018-2022)



Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Análise da contribuição do escritório comum do Resultado 1

Este componente do PCP visava melhorar o acesso a serviços sociais universais, como saúde e educação, juntamente com intervenções direcionadas para as crianças mais vulneráveis que precisam de proteção. Desenvolveu três eixos principais de intervenção: (i) aumentar a capacidade nacional e local para prestar serviços de saúde com foco na saúde materna, perinatal e infantil, estendendo-se a adolescentes e jovens, incluindo SSR; (ii) fortalecimento da capacidade nacional para oferecer educação básica de qualidade; e (iii) aumentar o acesso a serviços de proteção infantil.

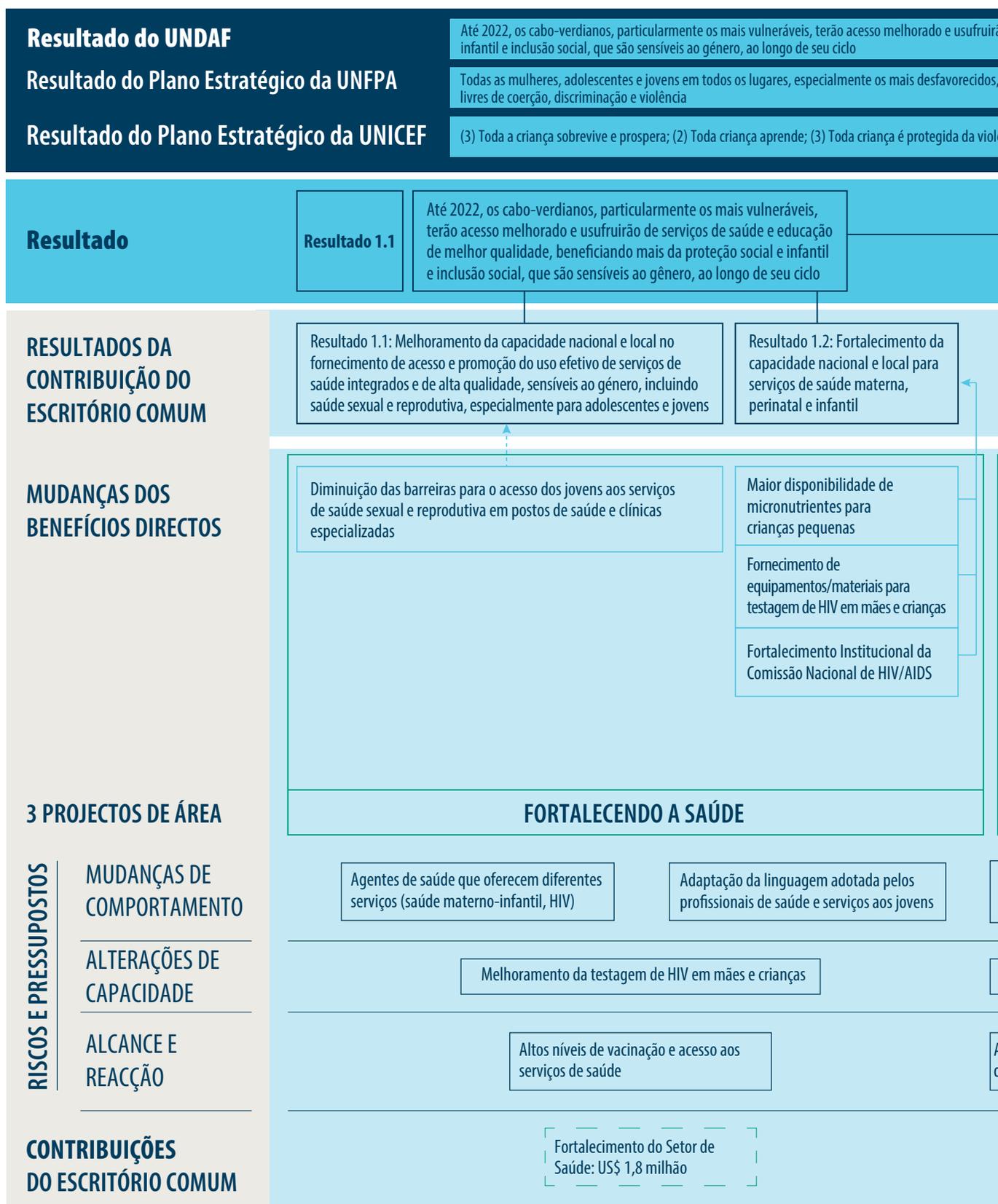
Ao nível do resultado, três das seis metas não foram cumpridas e não existem dados disponíveis para as restantes. Os efeitos foram mais fortes no nível do produto, onde sete das 11 metas foram cumpridas, embora não haja dados disponíveis para um produto (consulte o Anexo 6 para obter mais detalhes).³⁵

A Figura 3 apresenta a ToC reconstruída para o Resultado 1, refletindo o raciocínio da análise de contribuição. Na parte inferior estão as barreiras identificadas para a consecução de produtos, os facilitadores críticos e as ligações encontradas na cadeia de produtos e resultados. A linha azul contínua mostra onde a cadeia causal original mostrou-se verdadeira e as linhas pontilhadas mostram onde não foi identificado um caminho claro entre produtos e resultados (encontre o ToC completo no Anexo 7).

³⁵ Os produtos em que as metas foram atingidas são:

- Número de delegações de saúde distritais que integraram intervenções de saúde de adolescentes nos planos de saúde locais;
- Número de delegações de saúde distritais que prestam cuidados a crianças com micronutrientes múltiplos em pó;
- Existência de um sistema nacional de informação de saúde funcional para saúde materna, infantil e adolescente, incluindo saúde reprodutiva;
- Existência de um programa integrado de educação infantil funcional;
- Existência de um programa abrangente de educação especial;
- Existência de uma política nacional de proteção à criança alinhada à convenção dos direitos da criança;
- Uma comunicação nacional com várias partes interessadas para a estratégia de desenvolvimento para prevenir e combater o abuso e a exploração sexual infantil é projetada e implementada.

FIGURA 3. Resumo da ToC reconstruída para o Resultado 1



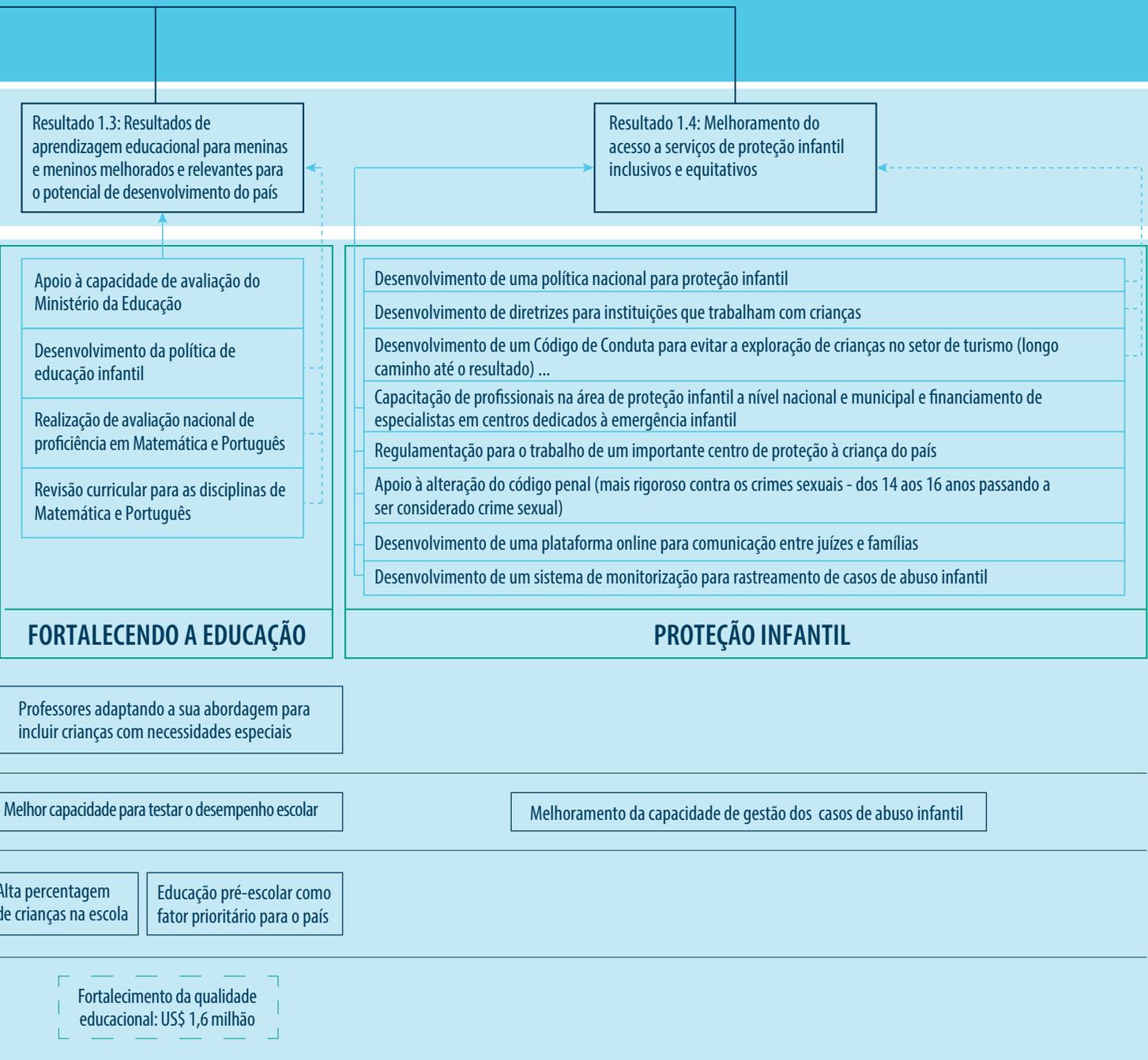
Fonte: Elaboração própria (diagrama completo no Anexo 7)

ção de serviços de saúde e educação de melhor qualidade, beneficiando mais da proteção social e

exerceram plenamente os seus direitos reprodutivos e usaram serviços integrados de saúde sexual e reprodutiva

ência e da exploração; (5) Toda criança tem uma oportunidade igualitária na vida

Prioridade 1 da CCPD: Estado da assistência social, capital humano, qualidade de vida e combate às desigualdades (pilar social do PEDS) (ODS 1, 3, 4, 5, 8, 19)



2.1.1 Saúde

CONSTATAÇÃO 1. Importantes contribuições foram feitas para a nutrição, com o fornecimento de micronutrientes para as crianças e a capacitação dos agentes de saúde. Serviços voltados para os jovens foram promovidos com sucesso nos centros de saúde por meio de apoio de políticas e experiências-piloto. O apoio técnico e financeiro do escritório comum para a revisão da estratégia nacional de HIV também foi altamente relevante. Persistem desafios na integração de dados de saúde em todos os municípios, na integração da prestação de serviços amigáveis aos jovens em todo o país, ajudando o país a se adaptar ao seu novo perfil epidemiológico e abordando ainda mais a infecção pelo HIV entre as meninas. O Governo reconhece o escritório comum como um parceiro fundamental para a saúde.

Na área da saúde, Cabo Verde enfrenta uma transição epidemiológica de doenças transmissíveis para doenças não transmissíveis. Enfrenta desafios na disponibilidade de profissionais de saúde especializados e uma oferta limitada de cuidados de saúde terciários, e parte do orçamento nacional de saúde é usado para transportar pacientes para o exterior para receber apoio adequado. A atenção básica à saúde está disponível, notada pela alta cobertura vacinal e pelas altas taxas de partos assistidos (97 por cento em 2018 segundo o Ministério da Saúde [MS]), apesar das desigualdades deste arquipélago com áreas de difícil acesso. A pandemia de COVID-19 afetou a capacidade do escritório comum de fornecer os Produtos planeadas em termos de saúde, e o programa de saúde teve que redirecionar os seus esforços para a vacinação e a manutenção de suprimentos básicos de saúde.

Na área de SSR, sob a orientação do programa nacional 'Saúde do Adolescente e do Jovem' (2018–2020) e visando melhorar o acesso aos serviços de SSR para adolescentes e jovens, o escritório comum financiou o MS e a OSC *Verdefam*. Num projeto-piloto de 2018, a *Verdefam* apoiou a criação e disponibilização de serviços e espaços de saúde dedicados aos adolescentes. No entanto, com a reprogramação de fundos para a pandemia de COVID-19 em 2020, a meta de número de unidades de saúde que prestam serviços integrados de saúde amigos dos adolescentes não foi alcançado. Por outro lado, nove das 11 delegações distritais de saúde relataram ter integrado intervenções de saúde para adolescentes nos seus planos de saúde locais. O Governo nacional reconheceu que este apoio do escritório comum para promover serviços de saúde amigáveis aos jovens era relevante e eficaz.

O apoio técnico e financeiro do escritório comum ao MS tem sido muito mais amplo do que o descrito no PCP. Por exemplo, o escritório comum apoiou o Governo na comunicação em assuntos de saúde para as campanhas nacionais de vacinação e apoiou o reforço institucional (formações e consultorias). Além disso, o escritório comum apoiou a revisão da Política Nacional de HIV, e o país pretende eliminar a transmissão vertical do HIV com o apoio do escritório comum. Nesse contexto, o escritório comum disponibilizou testes de carga viral e CD4, bem como equipamentos para diagnóstico precoce em crianças, eo teste de HIV foi integrado aos serviços de saúde reprodutiva para prevenir a transmissão vertical, uma grande conquista para Cabo Verde. Embora esse apoio tenha sido importante, a CCA entende o aumento das infecções por HIV entre as meninas como um desafio futuro.

Em relação ao desenvolvimento da primeira infância (produto 1.2), a desnutrição infantil ainda é um problema de saúde no país, e foram identificados avanços significativos em relação à anemia em crianças de 0 a 5 anos. O escritório comum forneceu *Vitaferro*, (micronutrientes em pó, incluindo ferro) para crianças de 6 a 59 meses, ferro para crianças de 6 a 12 anos e ferro, vitamina A e folato para gestantes e mulheres no período pós-parto. De acordo com uma avaliação encomendada pelo UNICEF em 2019, este projeto conseguiu chegar a mais de 20.000 mulheres grávidas e no período pós-parto (acima da meta de 11.000), 72.722 crianças do ensino básico e 16.979 crianças em idade pré-escolar através do acesso a serviços e campanhas de comunicação, com uma importante componente de comunicação e impacto. Este apoio também é bem reconhecido pelo Governo.

Outra contribuição nessa área foi a integração da saúde e nutrição materna e neonatal nos planos anuais dos municípios. O Governo informou que a saúde e a educação estão sendo integradas na área de desenvolvimento da primeira infância por meio de agentes comunitários de saúde (por exemplo, durante a promoção do aleitamento materno), mostrando que as orientações estão a ser traduzidas na prática. O escritório comum promoveu a formação dos agentes de saúde sobre este e outros temas transversais. No entanto, o sistema de informação sobre nutrição, crianças e jovens enfrenta um desafio significativo, pois os dados não estão integrados entre os municípios, o que os torna imprecisos, uma vez que as famílias se deslocam pelas ilhas. Este foi identificado como um desafio fundamental no país na revisão do Plano Nacional de Saúde (2017-2021).

A avaliação identificou que as campanhas de vacinação, nutrição suplementar e protocolos para evitar a transmissão vertical do HIV já foram incorporados aos centros de saúde de todo o país, conforme observado no alto desempenho do país em vacinação e redução na transmissão vertical do HIV. Além disso, Cabo Verde incorporou a aquisição de suprimentos de saúde (contraceptivos e micronutrientes) no orçamento nacional, e estes foram adquiridos com o apoio administrativo, e não financeiro, do escritório comum.

Por outro lado, embora as parcerias com a sociedade civil tenham sido úteis para por em prática os espaços juvenis de SSR, isso ainda não foi totalmente implementado como prática no país, num contexto onde a gravidez juvenil continua alta. No entanto, o escritório comum tem ações em andamento com o MS para ajudar a levar essa agenda adiante.

2.1.2 Educação

Constatação 2. O PCP contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma política de educação infantil e a estrutura de um programa de educação especial, além de fornecer assistência técnica para avaliar o desempenho dos alunos em matemática e português. Houve menos progresso na área de educação em SSR, incorporada ao currículo de habilidades para a vida, mas ainda não foi totalmente implementada, dado o contexto da COVID-19 e a sensibilidade do assunto.

O acesso à educação pré-escolar é uma alta prioridade para Cabo Verde, e o PCP apoiou fortemente o Governo neste sentido. A assistência à política estrutural foi prestada para ajudar a desenvolver uma política de educação infantil e um programa de educação especial, que não existia no país. O escritório comum apoiou ainda a formação de professores do ensino pré-escolar e especial e a aquisição de material didático. No entanto, há um longo caminho a percorrer entre o desenvolvimento de uma política e programa e a sua implementação e, embora bem-sucedido na primeira fase, a entrega total e o sucesso do esforço do PCP só serão medidos à medida que for implementado nos próximos anos. O Governo e outros parceiros do país reconheceram especialmente o valor da parceria do UNICEF na área da educação, especialmente na educação inclusiva.

Melhorar a qualidade da educação também é uma alta prioridade para Cabo Verde. O escritório comum forneceu apoio técnico para fortalecer as competências dos professores para o currículo revisto em matemática e português e implementar avaliações educacionais no país. Ao nível dos resultados, esta meta foi considerada “em curso”. O PCP afirma que o desempenho basal das crianças foi de 34,8 por cento para matemática e 30,2 por cento para português. Um relatório do Ministério da Educação de 2019 mostra uma taxa de desempenho para alunos do 6º ano de 70,8% por cento para leitura, 34,3 por cento para gramática e 80,5 por cento para escrita (média de 61 por cento). No caso da matemática, as crianças tiveram um desempenho muito fraco: 1,4 por cento das crianças demonstraram capacidade de lidar com aritmética, 5,6 por cento com proporcionalidade direta, 2 por cento com estatística e 2,4 por cento com geometria (média de 2,85 por cento). Esses números mostram a urgência e a relevância dos esforços para melhorar a educação no país.

Houve menos progresso na educação sexual abrangente, com conquistas limitadas no indicador relacionado: número de adolescentes alcançados (ver mais informações no Anexo 6). Um guia inicial de Orientação Sexual nas Escolas foi preparado com a assistência do UNFPA e incorporado como parte do currículo sobre habilidades especiais. Embora o tema seja reconhecido como importante pelo Governo, um número limitado de jovens foi beneficiado devido a mudanças nas prioridades governamentais, vontade política limitada e contexto de pandemia. No entanto, esta agenda foi retomada pelas OSC em parceria com o escritório comum e o Ministério da Saúde, como a *Verdefam*, que trabalha com o escritório comum para fornecer serviços de SSR.

Em relação à sustentabilidade, o apoio para desenvolver a capacidade e implementar a avaliação educacional foi significativo, mas o progresso corre o risco de ser revertido pela pandemia de COVID-19. Isso seria prejudicial para o país, considerando o baixíssimo desempenho dos alunos em português e matemática. Em termos das políticas de educação infantil e educação especial, essas são uma prioridade para o país. Considerando essa prioridade é muito provável que o Governo invista na sua promoção. Por outro lado, as diretrizes de SSR que foram desenhadas não foram totalmente implementadas e ainda devem ser operacionalizadas pelo Governo.

2.1.3 Proteção da criança

CONSTATAÇÃO 3. O PCP contribuiu para a formulação de políticas, capacitação, campanhas de comunicação para prevenir o abuso infantil e o estabelecimento de sistemas de gestão de casos, que estão além do inicialmente proposto. Os principais facilitadores desses resultados foram a estreita parceria com o Instituto de Proteção à Criança e ao Adolescente (IPCA) e outros parceiros e iniciativas efetivas de capacitação nos níveis nacional e local. Com políticas e orientações renovadas em vigor, o desafio agora é garantir e acompanhar a implementação.

O problema do abuso e exploração sexual afecta crianças e adolescentes em Cabo Verde e tem sido reconhecido como um problema grave no país pelas autoridades cabo-verdianas. Entre 2019 e 2020, o ministério relevante registou 587 crimes sexuais, dos quais 32 por cento envolveram crianças e outros 16 por cento adolescentes, resultando em 48 por cento dos casos envolvendo menores, o que é alto. Neste domínio, o PCP estabeleceu um apoio crucial para a concepção de políticas e uma revisão do quadro jurídico através da assistência técnica, da execução do programa, do reforço da capacidade técnica e de capacitação do IPCA e de outras partes interessadas e da comunicação com os parceiros técnicos. O Governo considera que o Escritório Comum é o seu principal parceiro no domínio da protecção das crianças.

As contribuições políticas a montante foram em termos de: a) concepção da Política de Protecção à Criança e Plano de Ação (2021–2023); b) a elaboração do II Plano Nacional de Ação de Combate à Violência Sexual Contra Crianças 2022–2024; c) a concepção de uma comunicação multissetorial nacional para estratégia de desenvolvimento para prevenir e combater a exploração e o abuso sexual infantil (resolução 101/2021); d) um plano de comunicação *Cabo Verde pela Infância e Adolescência* (resolução 100/2021); e) a concepção de diretrizes para controlar, fiscalizar e monitorar as ações das instituições públicas e privadas que desenvolvem atividades para crianças e adolescentes; e f) apoio à quarta revisão do Código Penal (Lei n.º 117/IV/2021) e terceira revisão do Código de Processo Penal (122/IX/2021).

Um dos maiores ganhos foi a extensão da criminalização de casos de abuso sexual para incluir crianças entre 16 e 18 anos, o que significa que um número maior de agressores pode ser investigado. Outros ganhos jurídicos notáveis são a criminalização da exploração sexual de crianças entre 10 e 18 anos, a introdução do

crime de 'sexting' e nova legislação sobre pornografia, pedofilia, assédio sexual e solicitação de crianças para exploração sexual fora do país. O PCP também apoiou a Associação de Jornalistas para fortalecer a capacidade técnica dos profissionais da mídia e elaborar um guia para a cobertura jornalística.

Outra contribuição foi a aprovação do Centro Orlando Pantera por decreto orgânico, aprovado pelo Governo. O Centro destina-se a crianças (12–15) que estão em contacto com a justiça e a reforçar o sistema de registo digital de nascimento. Estas mudanças na política e no quadro legal fazem parte de um longo processo de evolução da legislação em torno da proteção da criança em Cabo Verde e mostram o posicionamento estratégico do escritório comum para fornecer contribuições para a política de alto nível nesta área. A contribuição mais marcante no período foi para as mudanças no Código Penal e no Código de Processo Penal, que todos os entrevistados consideraram críticas, mas que levarão tempo para serem implementadas.

Além do apoio político, o escritório comum também contribuiu significativamente para o fortalecimento institucional e implementação de programas, incluindo: a) fortalecimento dos 22 conselhos municipais para trabalhar os direitos da criança, capacitando membros dos Comités Municipais de defesa dos direitos da criança e adolescentes; b) prestar assistência técnica a psicólogos nas ilhas turísticas do Maio, Boa Vista, Sal e Santiago para a prevenção e combate à violência contra as crianças e disponibilizar quatro monitores dos direitos da criança para os Centros de Urgência da Praia e de São Vicente; c) reforçar o sistema de gestão online para auxiliar no acompanhamento de casos de abuso infantil; d) capacitação dos profissionais (justiça, saúde, educação, polícia, ONGs) na área da proteção da criança; e e) desenvolver uma plataforma online para comunicação entre juízes e famílias³⁶ (ver produto 4.1).

O PCP apoiou Cabo Verde para fortalecer o trabalho com o setor privado nas ilhas turísticas através do Código de Conduta para a Proteção de Crianças da Exploração Sexual em Viagens e Turismo. O PCP apoiou ainda o Ministério da Justiça e Trabalho e a Polícia Judiciária na criação de condições para a análise de testes de ADN, tendo em conta o elevado número de processos de investigação de paternidade pendentes. No entanto, isso deve ser acompanhado de perto, e uma avaliação mais específica pode ser necessária para investigar a implementação e o impacto dessas medidas.

O escritório comum trabalhou em estreita colaboração com o Governo para fortalecer o IPCA, o principal órgão público do país que trabalha pela promoção dos direitos da criança e do adolescente. Este apoio incluiu uma revisão dos percursos de carreira, o fornecimento de conhecimentos especializados e várias atividades de formação. Atualmente, o escritório comum e o IPCA trabalham juntos para elaborar diretrizes específicas e acompanhar os alunos para verificar se os direitos das crianças são respeitados.

Outro resultado relevante identificado no Resultado 1, embora não diretamente no quadro previsto, foi o apoio à revisão da Política de Promoção da Igualdade de Género 2019–2023, que incluiu disposições sobre o combate à VBG. Foi dado apoio técnico à revisão desta legislação, sendo um documento de orientação de referência na área da GEWE.

³⁶ <http://menores.ministeriopublico.cv/>

2.2 Resultado 2 - Gestão sustentável dos recursos naturais

RESULTADO 2 DO CPD. Até 2022, todas as pessoas, particularmente as mais vulneráveis, se beneficiarão de uma capacidade nacional e local aprimorada para aplicar abordagens integradas e inovadoras para a gestão sustentável e participativa dos recursos naturais e da biodiversidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas e redução do risco de desastres

Produtos relacionados

PRODUTO 2.1. As instituições selecionadas fortaleceram as capacidades técnicas e operacionais para integrar a redução do risco de desastres sensível à criança e ao género nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais

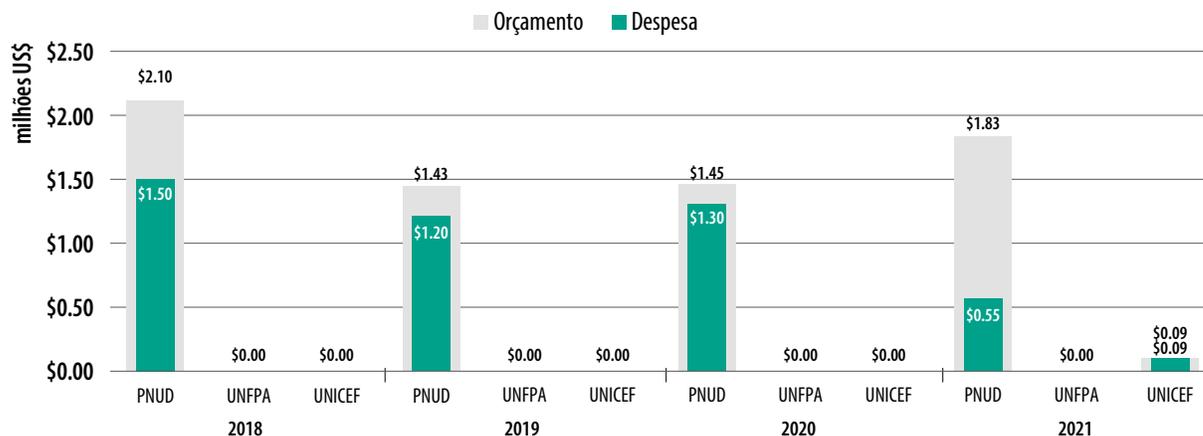
PRODUTO 2.2. Instituições governamentais selecionadas e comunidades locais aumentaram a capacidade técnica para implementar medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas

PRODUTO 2.3. Estruturas jurídicas, políticas e institucionais aprimoradas estão em vigor para conservação, uso sustentável e acesso e partilha de benefícios de recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas

Entre 2018 e 2021, o **Resultado 2** teve um orçamento total de US \$ 4,64 milhões e uma despesa total de US \$ 6,9 milhões, dando uma taxa média de entrega de 67 por cento até 15 de novembro de 2021. Excluindo os dados de 2020, quando o COVID-19 impactou severamente a entrega, a taxa de execução foi de 80 por cento.

A despesa anual para o Resultado 2 foi de cerca de US\$ 1,35 milhões de 2018 a 2020, com um declínio para US\$ 550.000 em 2021 (ver Figura 4) devido ao encerramento do projeto 'Cabo Verde Appliances and Building Energy Eficiência' (CABEEP) em 2020, e o baixo índice de atividades no projeto 'Mainstreaming Biodiversity Conservation into Tourism' (BioTUR) devido ao bloqueio do COVID-19. Durante o período 2018–2022, o projeto CABEEP representou 3 por cento e o BioTUR 49 por cento das despesas do Resultado 2 (US\$ 6,90 milhões).

FIGURA 4. Evolução do orçamento e despesas do Resultado 2 por agência (2018-2022)

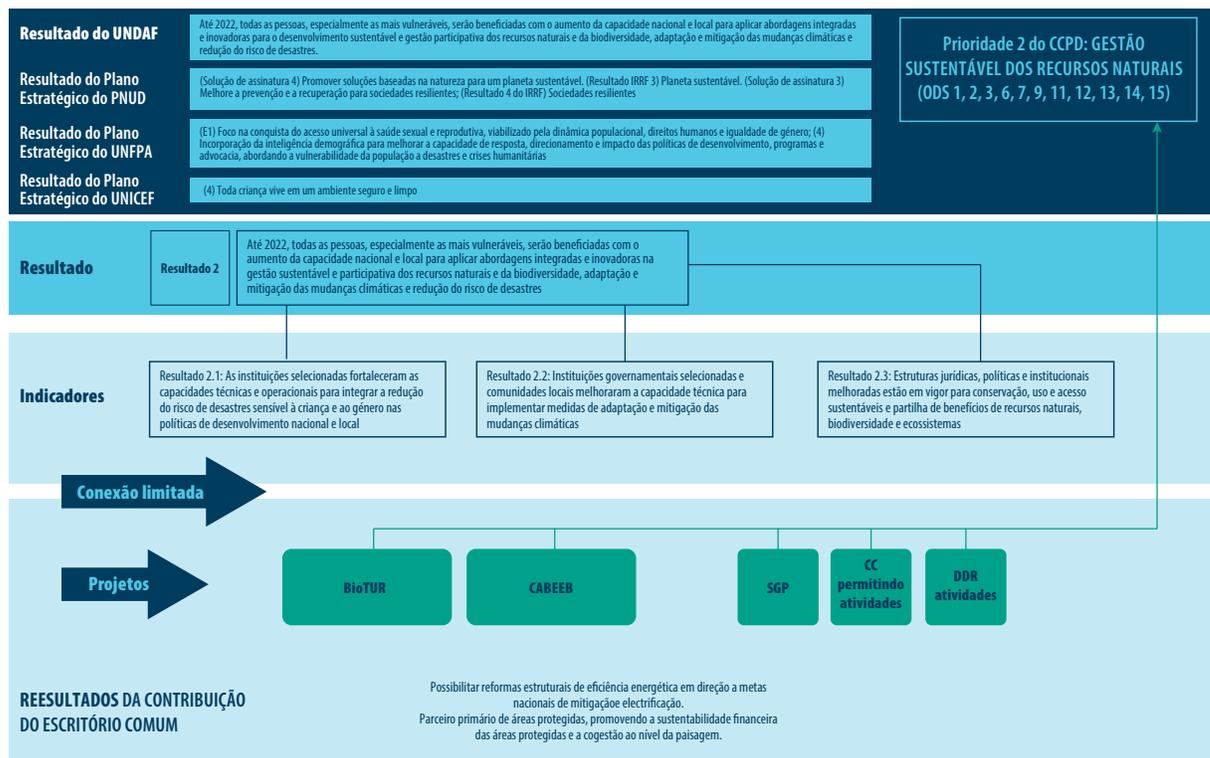


Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Análise da contribuição do escritório comum no Resultado 2

As metas de resultados do PCP buscaram aumentar as capacidades municipais no planejamento urbano sustentável, na gestão dos riscos climáticos e aumentar a participação das energias renováveis no cabaz energético nacional. No entanto, mais de 84 por cento das despesas resultantes foram em projetos a nível nacional, não municipal, para a eficácia da gestão e sustentabilidade financeira de áreas protegidas e eficiência energética. Houve um melhor alinhamento entre os projetos e os resultados esperados do PCP ao nível de produção, incluindo estruturas de políticas para conservação, uso sustentável de recursos naturais e medidas de eficiência energética.

FIGURA 5. Resumo da ToC para a prioridade PCP de gestão sustentável de recursos naturais



Fonte: Elaboração própria (diagrama completo no Anexo 7)

CONSTATAÇÃO 4. O portfólio de meio ambiente e gestão sustentável de recursos naturais era composta por projetos que visavam o impacto a nível nacional, que não se alinhava bem com as metas originais do PCP para aumentar a capacidade municipal de planejamento urbano sustentável e gestão de riscos climáticos.

O “logframe” do PCP para o Resultado 2 tem um foco municipal claro, mas os dois principais projetos do Resultado 2 (BioTUR e CABEEP) visam mudanças sistêmicas a nível nacional na gestão de áreas protegidas e eficiência energética, que não estão sob a jurisdição do governo municipal. As metas de resultado alinharam-se melhor com o projeto “Fundo de Descentralização”, vinculado ao Resultado 3 do PCP, que foca na melhoria dos serviços sociais municipais e no apoio à formulação de planos estratégicos municipais de desenvolvimento sustentável (PEDM).

O escritório comum relata os 20 planos municipais concluídos como o cumprimento de metas de resultados em planeamento urbano sustentável e capacidade de redução de risco de desastres (RRD), embora os planos municipais aprovados antes do PCP já incluíssem as responsabilidades municipais de gestão de resíduos sólidos e áreas verdes. Uma revisão dos planos municipais atuais e entrevistas com funcionários municipais e representantes da sociedade civil não mostraram nenhuma evidência de melhorias na gestão urbana sustentável, incluindo gestão de resíduos ou tratamento de água, como resultado do apoio. A gestão de resíduos e o tratamento de água continuam a ser questões não resolvidas em todo o arquipélago, conforme os inquiridos pela avaliação.

Além disso, de acordo com os entrevistados da avaliação e PEDMs, os municípios estão apenas marginalmente envolvidos nos esforços de RRD. O escritório comum relata que as oficinas realizadas no âmbito do projeto 'Capacitação de Construção para Recuperação Resiliente' resultaram na aprovação de procedimentos de recuperação resiliente. No entanto, uma análise do Banco Mundial de 2019 para um projeto de US\$ 10 milhões sobre redução de risco de desastres e capacidade de preparação concluiu que a falta de procedimentos e responsabilidades claras a nível municipal impedia qualquer resposta sistemática ou abrangente ao risco de desastres.³⁷

O resultado 2 do PCP continha uma única meta nacional: aumentar a participação das energias renováveis na produção de eletricidade. No entanto, nenhum projecto de escritório comum, passado ou actual, contribuiu para aumentar a quota das energias renováveis na produção de electricidade, e essa meta não corresponde a nenhum dos produtos do PCP. Além disso, a base de referência das energias renováveis e os valores relatados no PCPD não são apoiados por evidências.³⁸

CONSTATAÇÃO 5. Liderança, rotatividade de pessoal e questões de comunicação nas agências governamentais, o escritório comum e o escritório regional do PNUD, resultaram em realizações desiguais em todo o portfólio de gestão sustentável de recursos naturais.

A desvinculação do representante do escritório comum e a consequente capacidade interina, agravada pela rotatividade de pessoal na gestão de portfólio, criou uma lacuna de liderança que levou a visões conflitantes de gestão de projetos e direção estratégica entre o PNUD a nível nacional e regional e contrapartes nacionais. Os inquiridos da avaliação consideraram que estas questões foram amplamente resolvidas e que a relação entre a *Direção Nacional de Ambiente* (DNA) e o PNUD foi proativa e fluida, tendo conduzido ao desenvolvimento de documentos de projetos ambientais a implementar no próximo ciclo de planeamento. No entanto, as questões continuam a estar relacionadas com os procedimentos administrativos e o pessoal no escritório do país e na DNA. A natureza desigual das conquistas é ilustrada pelas diferentes taxas de sucesso dos projetos implementados pela DNA e pela *Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia* (National Directorate of Industry, Commerce and Energy) (DNICE).

A DNICE implementou o projeto 'Cabo Verde Appliances and Buildings Energy Eficiência', que atingiu a maioria das suas metas, apesar de ser gravemente afetado pelas restrições de viagens e importações da COVID-19. O projeto colaborativo CABEEP do escritório comum e do DNICE promulgou com sucesso os rótulos de eficiência de eletrodomésticos e as medidas de eficiência introduzidas no novo Código de

³⁷ Preparado pelo Banco Mundial (2022) para o projeto 'Cabo Verde Disaster Risk Management Development Policy Financing'. A análise de RRD e preparação foi preparada pelo Mecanismo Global para Redução e Recuperação de Desastres (2020).

³⁸ O valor de referência da quota de produção de eletricidade renovável do PCPD foi de 20 por cento em 2018 (meta ainda a ser determinada para 2020). O escritório comum informa os valores de 2018, 2019 e 2020 como 22, 24 e 24 por cento, respectivamente. A participação das energias renováveis no fornecimento total de energia primária em 2018 foi de 17 por cento. Em 2019, a participação das energias renováveis na geração de eletricidade foi em média de 18,4 por cento. A meta para 2025 é de 30 por cento e 54 por cento em 2030. Dados do: Conselho de Ministros do Governo de Cabo Verde (2019), Plano Diretor do Setor Elétrico 2018–2030; Perfil Energético de Cabo Verde da IRENA (2021); e Atualização de 2020 para a Primeira NDC, pelo Ministério da Agricultura e Ambiente do Governo de Cabo Verde.

Construção (2021), uma contribuição significativa para as metas nacionais de mitigação. Importadores, retalhistas e consumidores têm adotado a rotulagem de eficiência, ajudando a reduzir os custos de eletricidade no mercado de Cabo Verde com tarifas relativamente elevadas. A implementação real do Código de Construção precisará de mais apoio e monitoramento, mas o projeto ofereceu incentivos aos governos locais ao apoiar a substituição de iluminação ineficiente em ruas e prédios públicos.

O DNICE aproveitou ao máximo a flexibilidade conferida por um programa extraorçamentário, gerindo proativamente as aquisições e o recrutamento com agilidade, dentro das normas da modalidade nacional de implementação (NIM). A experiência de implementação de projetos financiados internacionalmente, incluindo projetos das Nações Unidas e outros financiados por agências bilaterais, permitiu que a DNICE acessasse e executasse diretamente projetos, como o atual projeto de 'Promoção da Mobilidade Elétrica' de US\$ 8,1 milhões, financiado pelo Mecanismo de Ações de Mitigação Apropriadas Nacionalmente (NAMA).³⁹

Em contraste, a DNA recorreu a mecanismos burocráticos e cronogramas rígidos de aprovação, causando atrasos desnecessários agravados pelo bloqueio da pandemia da COVID-19. Estas questões foram destacadas na recente revisão intercalar do projeto BioTUR e nos relatórios anuais do escritório comum. O escritório no país e o centro regional do PNUD estão a trabalhar com a nova gestão pós-eleitoral da DNA e o Ministério do Meio Ambiente para relaxar os procedimentos e melhorar o desempenho do projeto BioTUR, para evitar que falhas anteriores prejudiquem a implementação de dois novos projetos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) com início de implementação em 2021–22.

CONSTATAÇÃO 6. 18 anos após a declaração das áreas protegidas de Cabo Verde, poucas são efetivamente geridas devido a uma visão rígida, generalizada e de cima para baixo da conservação, e à falta de compreensão dos resultados das áreas protegidas por parte do setor privado e atores do governo local. O novo portfólio de projetos financiados pelo GEF abordará essas barreiras adotando uma abordagem de paisagem.

O BioTUR é o terceiro de uma série de projetos que contribuíram decisivamente para o estabelecimento, expansão e consolidação do sistema nacional de áreas protegidas de Cabo Verde nos últimos 20 anos. As áreas protegidas são uma pedra angular nas estratégias de resiliência e economia azul de Cabo Verde. Espera-se que gerem receitas do turismo de natureza e da pesca costeira melhorada, e apareçam proeminentemente na estratégia de resiliência do país como um escudo contra os impactos das alterações climáticas, incluindo secas recorrentes, aumento do nível do mar e acidificação.

A DNA e o escritório comum vêm trabalhando com um investimento do GEF de pelo menos US\$ 10,4 milhões há mais de 20 anos, estabelecendo, expandindo e consolidando com sucesso o sistema nacional de áreas protegidas.⁴⁰ No entanto, evidências de documentos de políticas governamentais e entrevistados de avaliações mostram que, mesmo que algumas tenham um plano de gestão, a maioria das áreas protegidas não é, ou mal, gerida e ainda está ameaçada pelo desenvolvimento costeiro.⁴¹ Como tal, as áreas protegidas não produziram os resultados ecológicos e sociais previstos, embora alguns impactos positivos tenham sido relatados pelos entrevistados da avaliação e publicados na imprensa e artigos revistos por pares, incluindo a recuperação de populações de tartarugas comuns de importância global e as primeiras tentativas de

³⁹ O principal parceiro das Nações Unidas para a DNICE é a UNIDO, inclusive num projeto atual de abastecimento de água com energia renovável.

⁴⁰ Base de dados do projeto GEF (2021). Inclui a soma das doações do GEF (excluindo cofinanciamento) para: o projeto GEF-3 'Gestão Integrada de Ecossistemas Participativos em Áreas Protegidas e no seu entorno, Fase I'; Projeto GEF-4 'Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde'; e projeto GEF-5 BioTUR.

⁴¹ Por exemplo, a Estratégia Nacional para o Financiamento Sustentável de Áreas Protegidas, Resolução n.º 38/2016, Estratégia Nacional de Negócios das Áreas Protegidas de Cabo Verde. 1ª. Série, 2º. SUP Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Resolução 168/2020 que autoriza habitações e outras infraestruturas dentro de uma área protegida declarada ao abrigo do decreto regulamentar 32/2014.

co-gestão e turismo sustentável em áreas protegidas.⁴² Isso foi causado por esforços em áreas protegidas por ONGs locais e internacionais, com acesso ao microfinanciamento internacional (entre US\$ 10.000 e US\$ 100.000).⁴³ No entanto, os esforços de monitoramento da comunidade e das ONGs (incluindo um grupo de aplicação comum inovador no Maio) e as experiências de co-gestão ocorrem fora do quadro regulatório.⁴⁴ Apesar dos esforços do projeto BioTUR, a legislação atual em Cabo Verde impede a exploração sustentável dos recursos naturais nas áreas protegidas, dificultando as propostas de atividades de geração de receitas. Além disso, a aplicação débil por parte das autoridades nacionais responsáveis permite que os atores do setor privado e as comunidades explorem os recursos nas áreas protegidas em detrimento dos objetivos de conservação. Assim, os respondentes da avaliação concordam que as áreas protegidas são atualmente uma perda financeira líquida para o Estado, contribuindo pouco para a proteção real.

Devido a essa barreira persistente, o escritório comum e a liderança ambiental nacional adotaram uma abordagem mais holística para projetos futuros que promovam a conservação e o uso sustentável. Dois novos projetos, financiados pelos ciclos GEF-6 e GEF-7, abordam a conservação marinha⁴⁵ e a governação da biodiversidade com uma abordagem mais holística da paisagem envolvendo vários atores, incluindo ONGs, setor privado e governo local, e uma visão menos rígida de as atividades oficialmente permitidas em áreas protegidas sem comprometer os principais objetivos de conservação. Outra importante contribuição do escritório comum é o alinhamento do GEF Small Grant Programme (SGP) com uma abordagem mais holística. O SGP tem contribuído decisivamente para o sucesso de conservação de ONGs internacionais e locais,⁴⁶ mas seu apoio, especialmente às ONGs locais, é limitado pela rigidez das regras do GEF que impedem o uso de recursos para recrutamento de pessoal e impõem exigências burocráticas inviáveis a níveis local e comunitário. O centro regional do PNUD tem pressionado o GEF para facilitar as suas regras que afetam o desempenho de projetos regulares do GEF SGP.

No que diz respeito à sustentabilidade o escritório comum implementará dois projetos financiados pela Área Focal de Biodiversidade do GEF, um sobre áreas marinhas protegidas e economia azul e outro sobre governação da biodiversidade, com doações no valor de US\$ 7,3 milhões.⁴⁷ O financiamento do GEF para as áreas focais de mudança climática (incluindo energia) e degradação da terra será implementado pelo governo nacional por meio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e da FAO, respectivamente.

⁴² A tartaruga comum e outras populações de tartarugas marinhas responderam à diminuição da caça furtiva impulsionada pelo intenso trabalho comunitário e pelo lobby por uma legislação que proíba o consumo culturalmente importante de carne de tartaruga. Veja Laloë, Cozens, Renom, Taxonera e Hays (2019), Hammerschlag (2021).

⁴³ Entrevistas e relatórios das partes interessadas do Critical Ecosystem PARCERIA Fund, Program de Petites Initiatives, GEF Small Grants Projects e Instituto Marquês de Valle Flôr.

⁴⁴ O Joint Enforcement Group envolve ONGs, comunidades, governos locais e agências governamentais nacionais.

⁴⁵ Este projeto foi incluído no atual PCPD, embora tenha sido concebido apenas neste ciclo do programa e começará a ser implementado no final deste ano ou no próximo.

⁴⁶ Contribuir para o sucesso dos impactos das OSC de Cabo Verde na conservação de tartarugas e aves marinhas.

⁴⁷ As metas de produção totalmente cumpridas foram: (i) número de análises das implicações do dividendo demográfico elaboradas e utilizadas em público elaboração de políticas; (ii) número de jovens e mulheres que concluem com aproveitamento os cursos de formação técnica e profissional; e (iii) número de elaborar estratégias de desenvolvimento económico local territorial que promovam explicitamente oportunidades de emprego para jovens e mulheres.

2.3 Resultado 3 - Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo

Resultado 3 do CPD. Até 2022, todos os cabo-verdianos em idade ativa, particularmente mulheres e jovens, beneficiam o trabalho digno através da transformação económica em setores-chave, levando a um desenvolvimento económico mais sustentável e inclusivo.

Produtos relacionados:

PRODUTO 3.1. Os Ministérios das Finanças, Economia e Emprego fortaleceram a capacidade institucional para a formulação e implementação de políticas e programas que aproveitam o dividendo demográfico para o crescimento económico inclusivo e sustentável

PRODUTO 3.2. Os jovens e as mulheres têm maior capacidade de garantir emprego, incluindo o auto-emprego

PRODUTO 3.3. Os municípios fortaleceram as capacidades técnicas para desenvolver estratégias de desenvolvimento territorial integradas e alinhadas aos ODS que promovam oportunidades locais de emprego, especialmente para jovens e mulheres

PRODUTO 3.4. O Ministério da Família e Inclusão Social reforçou a capacidade técnica para garantir o acesso ao sistema de proteção social por parte dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente mulheres e crianças

O Resultado 3 combina o apoio à proteção social, formulação de políticas, formação profissional e elaboração de planos de desenvolvimento local, para alcançar o crescimento inclusivo. A coerência foi mais fácil de alcançar neste resultado, considerando a menor diversidade entre as áreas do portfólio. No entanto, o resultado foi muito afetado pela pandemia, pois trabalhava diretamente na inclusão económica num momento de grande dificuldade.

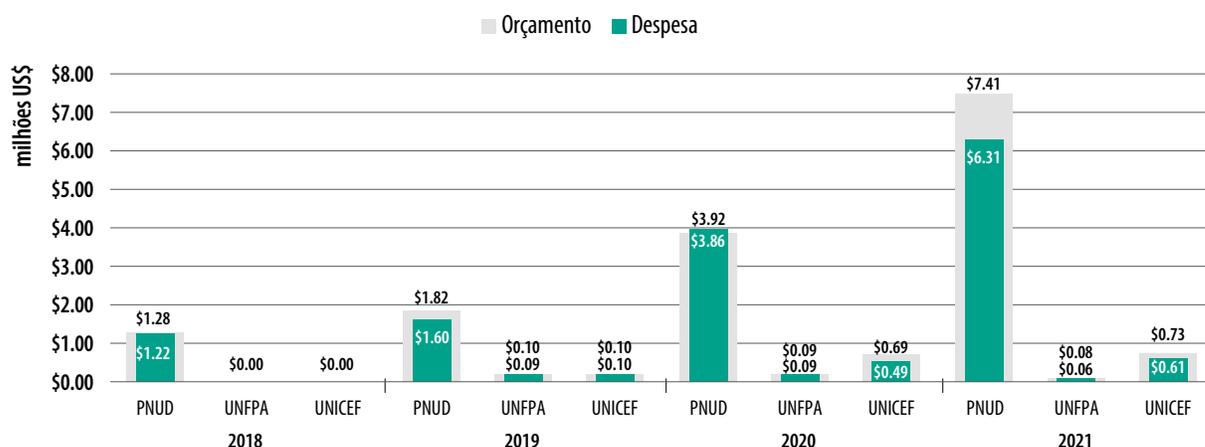
Ao nível do resultado, uma das três metas foi parcialmente cumprida (a proporção de empregos em setores selecionados) e no nível do produto, três das nove metas foram totalmente cumpridas,⁴⁸ três parcialmente cumpridas e três não cumpridas.

O orçamento para o Resultado 3 foi de US\$ 16,15 milhões para o período 2018–2021, com despesas de US\$ 14,49 milhões, dando uma taxa de entrega de 90 por cento (95 por cento excluindo os dados de 2020). O Resultado 3 é o maior do ciclo atual do programa, com despesas anuais atingindo um máximo de US\$ 6,31 milhões em 2021. Os dados anuais mostram uma tendência crescente do orçamento e despesas do Resultado 3 para o PNUD, UNFPA e UNICEF desde 2018 (ver Figura 6).

⁴⁸ As metas de produtos totalmente cumpridas foram: (i) número de análises das implicações do dividendo demográfico elaboradas e utilizadas na formulação de políticas públicas; (ii) número de jovens e mulheres que concluem com aproveitamento os cursos de formação técnica e profissional; e (iii) número de estratégias de desenvolvimento económico local que promovem explicitamente oportunidades de emprego para jovens e mulheres elaboradas.

O PNUD centrou-se em dois projectos: (i) Apoio à competitividade da África Ocidental - Cabo Verde (US\$ 5,22 milhões ou 36 por cento do total das despesas com o Resultado); e (ii) Descentralização e Desenvolvimento Local (US\$ 3,04 milhões, 21 por cento do total). O único projeto do UNFPA no Resultado 3 foi o 'Programa de Apoio ao Emprego, Empregabilidade e Inserção' (2 por cento da despesa total do Resultado 3), e o maior projeto do UNICEF foi o 'COVID-19 – Resposta a Cabo Verde' (7 por cento do total de despesas do Resultado 3).

FIGURA 6. Evolução do orçamento e despesas do Resultado 3 por agência (2018–2022)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Análise da contribuição do escritório comum no Resultado 3

O Resultado 3 tem três áreas de intervenção: dividendo demográfico, emprego juvenil, e desenvolvimento local e proteção social. Estas serão analisadas separadamente, com uma breve descrição do contexto, os resultados alcançados vinculados aos produtos, como esses resultados contribuíram para o resultado (ou não), desafios, principais evidências e questões de sustentabilidade. A Figura 7 apresenta a ToC reconstruída para o Resultado 3, mostrando que foram identificadas ligações mais fortes para a contribuição do escritório comum para os produtos 3.1 e 3.3 do que para os 3.2 e 3.4.

Sendo um pequeno Estado insular com uma economia altamente dependente do setor do turismo e que importa a maior parte dos seus bens, Cabo Verde enfrenta desafios económicos estruturais. No entanto, o país tem a visão de diversificar a sua economia, aproveitando o dividendo demográfico da grande população jovem e incentivando a economia azul e verde e os setores de tecnologia da informação. O escritório comum apoia esta visão, auxiliando o Governo na criação e implementação de políticas de emprego jovem e incentivando o desenvolvimento da capacidade local para promover o crescimento económico inclusivo, em alinhamento com a estratégia de descentralização do país. Da perspectiva do crescimento inclusivo, a proteção social é articulada em termos de estratégias de focalização dos benefícios. A justificativa e os resultados do direcionamento da proteção social não estão fortemente ligados à promoção de oportunidades de emprego e geração de renda.

No geral, embora muito relevante para o desenvolvimento económico do país e alinhado com a abordagem LNOB (dado o forte foco em jovens, mulheres e crianças), o Resultado 3 carecia de uma abordagem estratégica de alto nível para vincular oportunidades de formação e emprego à diversificação da economia e o crescimento de novos setores (por exemplo, economia azul e verde). Isso foi abordado por meio de formação em liderança e finanças para jovens e apoio a start-ups de jovens, mas é necessário mais apoio para que os jovens se envolvam em novos setores no país.

Este resultado foi fortemente afetado pela pandemia da COVID-19. A taxa de desemprego aumentou e os recursos para o programa 'Emprego Jovem' financiado pelo Governo luxemburguês foram reprogramados para ajudar a combater a crise da COVID-19 (ver a secção COVID-19 sobre as transferências monetárias e benefícios pagos pelo PNUD). O projeto 'Apoio à Competitividade da África Ocidental – Cabo Verde' (WACS-CV) também foi reprogramado para atender às necessidades emergentes do país, com recursos direcionados para apoiar trabalhadores informais e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) através do financiamento de um Regime de Rendimento Solidário.

O escritório comum engajou-se no sistema de financiamento nacional, apoiando o desenvolvimento da plataforma Blu-X para o Mercado de Valores e o estabelecimento de uma taxonomia para títulos azuis em Cabo Verde. Como resultado deste trabalho, o PNUD estará no comité de direcção para o plano director dos mercados de capitais financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e implementado com as principais partes interessadas, incluindo o Ministério das Finanças (MF).

2.3.1 Dividendo Demográfico

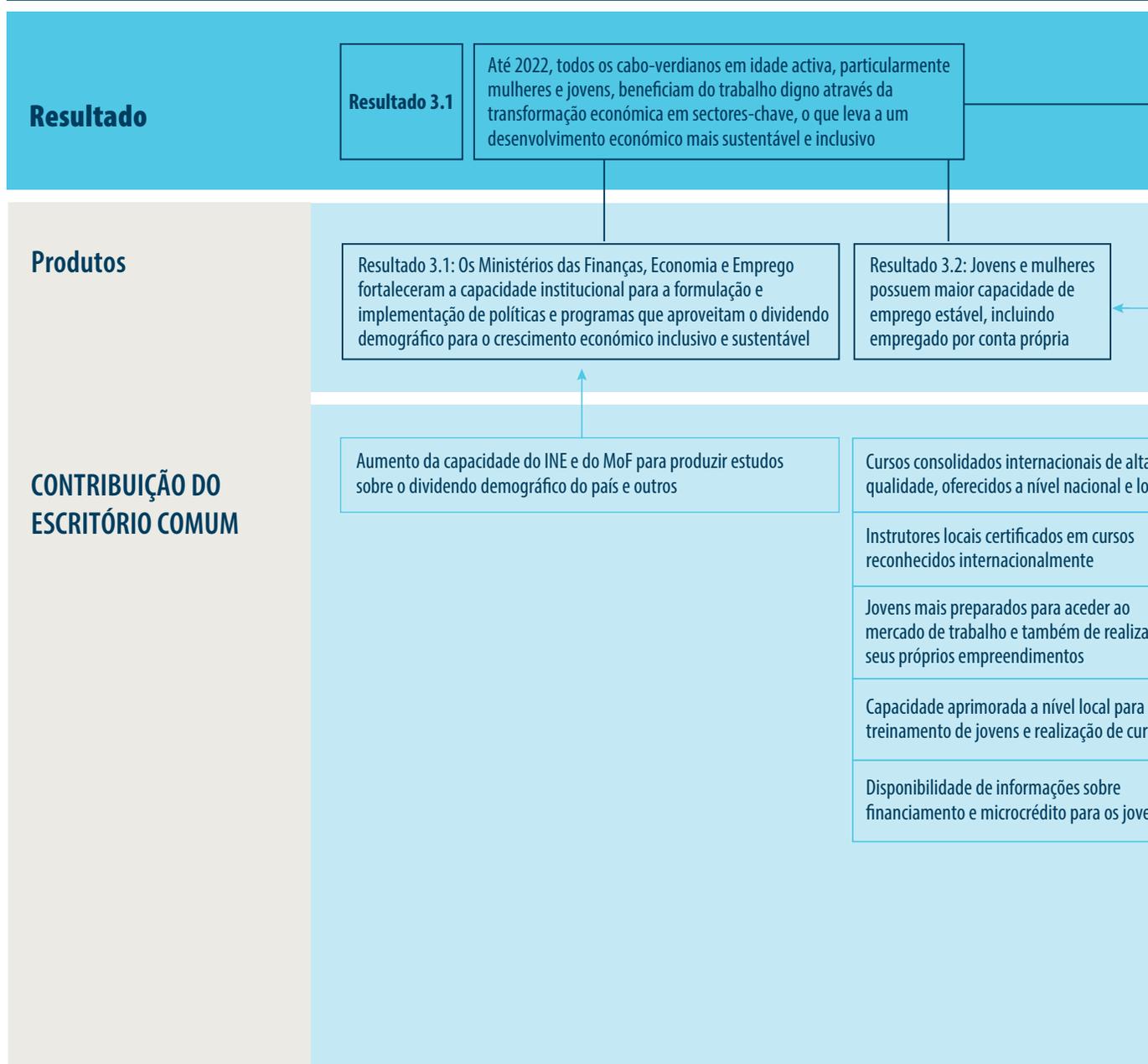
CONSTATAÇÃO 7. O PCP apoiou estudos de referência que ajudaram a moldar a Política de Emprego Jovem e o PEDS. A principal contribuição do escritório comum tem sido a assistência técnica e capacitação para ajudar a melhorar a qualidade dos dados no país. O contexto da COVID-19 comprometeu as metas do PCP sobre o emprego dos jovens, mas foram feitos esforços importantes para adaptar o trabalho à modalidade online e fornecer aos jovens informações sobre microcrédito. Cabo Verde tem um número significativo de jovens ativistas (incluindo muitas OSCs) e o PCP ajudou a promover o networking entre eles. Uma questão preocupante foi o modelo adotado, com visões divergentes sobre como equilibrar o trabalho das instituições centrais e locais, o que exige mais discussão e alinhamento.

Na área de apoio estatístico, o escritório comum disponibilizou assistência técnica, formação e financiamento ao Instituto Nacional de Estatística (INE) e ao Ministério das Finanças para produzir estudos sobre o dividendo demográfico do país, e outros estudos estratégicos e planos para ajudar a desenvolver uma visão de longo prazo para o país. Estes estudos e documentos de política incluem o Plano Nacional de Emprego da Juventude, o Plano Nacional de Emprego e o PEDS, para cuja produção o Governo reconhece a contribuição do escritório comum. Além disso, o escritório comum contribuiu para a capacitação do Ministério da Educação, Saúde e Emprego, auxiliou na caracterização socioeconómica da juventude do país e apoiou melhorias na qualidade dos dados produzidos no país. No ciclo anterior o escritório comum contribuiu para dois estudos de referência, um de perfil da juventude e outras associações, que influenciaram fortemente a criação do ICPA, que está engajado no programa Emprego Jovem e outras iniciativas (ex: Youth Connect Cabo Verde).

Em termos de sustentabilidade, o INE consegue oferecer experiência aos países parceiros e ajuda a produzir orientações sobre dados de governação. No entanto, os recursos ainda são limitados e o apoio contínuo ainda é necessário para ajudar o país a aumentar a qualidade da recolha de dados e investir na capacitação dos ministérios setoriais.

FIGURA 7. Resumo da ToC reconstruída para o Resultado 3

Resultado da UNDAF	Até 2022, todos os cabo-verdianos em idade activa, particularmente mulheres e jovens, beneficiam do trabalho digno através da transformação económica mais sustentável e inclusivo
Resultados do Plano Estratégico do PNUD	(Solução de assinatura 1) Manter as pessoas fora da pobreza; (Resultado 1 do IRRF) Libertação da pobreza
Resultados do Plano Estratégico da UNFPA	(2) Todo o adolescente e jovem, em particular meninas adolescentes, tem o poder de realizar a sua saúde e bem-estar; (3) Todos os jovens, em particular meninas adolescentes, têm o poder de realizar a sua saúde e bem-estar; (4) Todos, em todos os lugares, são contados e contabilizados, em particular as meninas e as mulheres
Resultados do Plano Estratégico da UNICEF	Toda criança tem uma oportunidade equitativa na vida



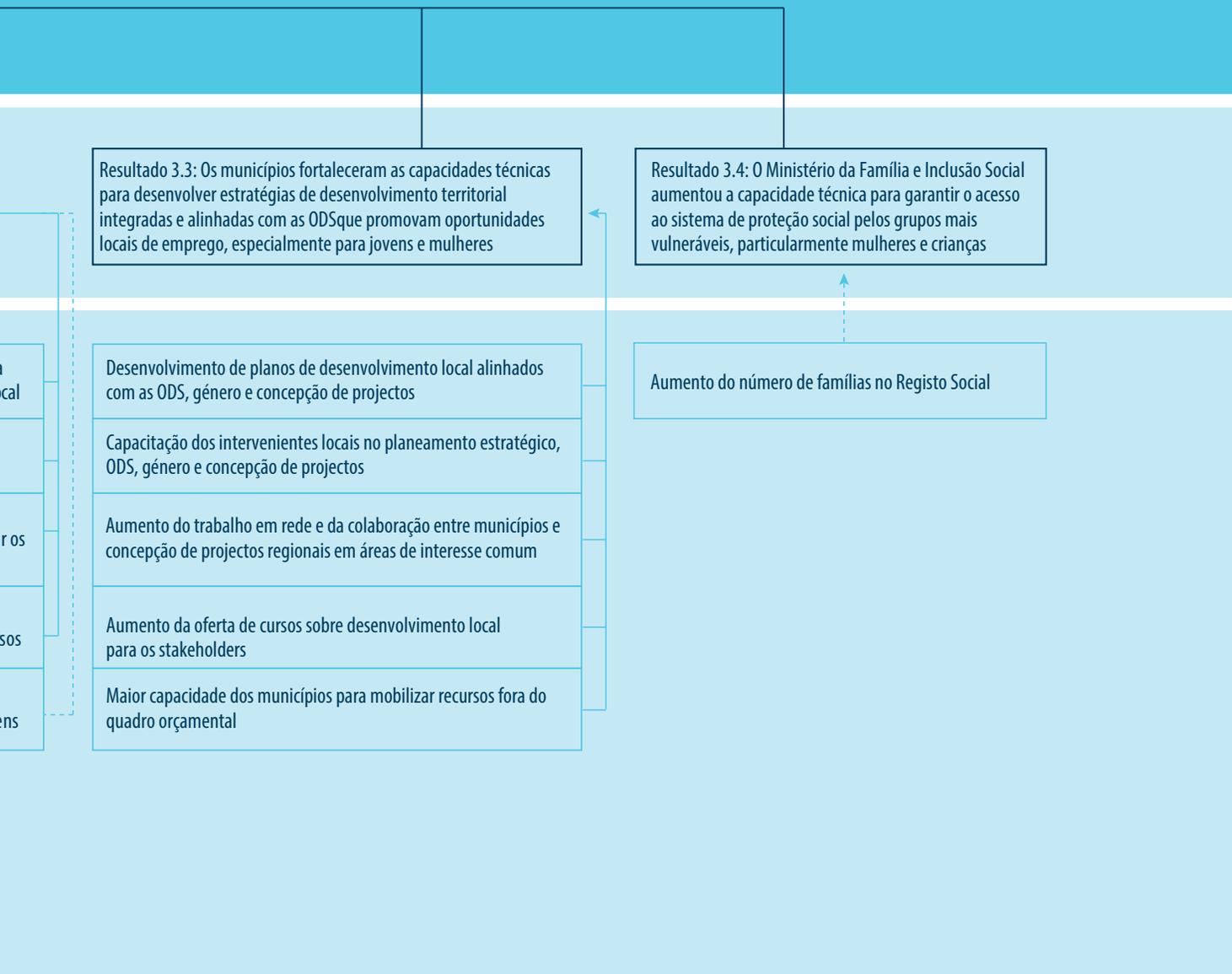
Fonte: Elaboração própria (ver figura completa no Anexo)

trabalho digno através da transformação económica em sectores-chave, o que leva a um desenvolvimento

a

sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos, e participar do desenvolvimento sustentável, e a busca do desenvolvimento sustentável

Prioridade 3 do CCPD: Novo modelo de crescimento económico (pilar económico do PEDS); (ODS 1, 2, 5, 8, 9, 10)



2.3.2 Trabalho Digno para os Jovens

A disponibilidade de trabalho digno para os jovens foi severamente limitada pela pandemia do COVID-19. O Escritório Comum implementou o programa Emprego Jovem em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o apoio financeiro do Governo de Luxemburgo. Os cursos tiveram um histórico de sucesso em outros países e o projeto beneficiou-se da parceria e perícia da OIT, apesar de algumas discrepâncias de dados e problemas de coordenação no fornecimento de informações aos parceiros.

No âmbito do Programa para o Emprego dos Jovens, o escritório comum (através do PNUD) centrou-se na educação financeira, na elaboração de projectos e na liderança. As oportunidades de microfinanças para os jovens foram mapeadas num Manual de Microfinanças disponível impresso e online, e os funcionários das instituições bancárias foram treinados. Este projeto criou centros locais de formação nos municípios com o apoio de instituições locais. Embora este modelo tenha conseguido envolver os atores locais e fortalecer a sustentabilidade, os entrevistados do escritório comum e os parceiros nacionais não concordaram se era o modelo mais adequado. A meta de participação dos jovens em cursos de formação profissional foi atingida e superada, pois o projeto obteve sucesso na adaptação do curso para a modalidade online durante a pandemia, ainda que os participantes declarassem preferência por cursos presenciais. O projeto lançou um desafio nacional de start-up e financiou empresas jovens promissoras por um ano.

As instituições públicas na área do emprego têm uma longa história de cooperação com o PNUD. Os maiores programas de emprego do país sempre contaram com financiamento e apoio das Nações Unidas.

O programa de apoio à Estratégia Nacional de Geração de Emprego de Cabo Verde já existia antes do programa de Emprego Jovem, mas o modelo de implementação da OIT mudou à medida que as instituições centrais receberam recursos para gerir o projeto. Na iniciativa em curso, o foco foi nos centros de formação locais criados para a iniciativa, o que causou alguns desafios de sobreposição e comunicação entre as instituições centrais e locais participantes. É importante notar que, embora o modelo de implementação do PNUD não tenha mudado, a modalidade geral de implementação causou desafios ao Governo. Considerando que se trata de um programa conjunto, houve percepções distintas sobre a adequação da modalidade de execução e do papel de ambas as agências.

As formações fornecidas dentro no âmbito deste produto foram densas e facilitaram o networking entre jovens. Cabo Verde tem um cenário de OSC muito movimentado, e a capacidade para escrever projetos e angariar fundos (uma área abrangida nos cursos ministrados) é relevante para este grupo-alvo. O empreendedorismo foi incentivado, mas pode haver espaço em iniciativas futuras para fomentar oportunidades em áreas novas e menos exploradas do país, e talvez para cursos mais longos, pois alguns não foram longos o suficiente para cobrir o conteúdo.

Em termos de sustentabilidade, enquanto o empreendedorismo foi incentivado nos jovens em Cabo Verde, a mudança de comportamento requer estímulos repetitivos, de longo prazo, formação contínua e acompanhamento para ajudar os jovens a sustentar as suas iniciativas ao longo do tempo e criar oportunidades de geração de rendimento mais consistentes. Além disso, o desenvolvimento de habilidades precisa ir além da teoria para a prática. O escritório comum ofereceu aos jovens cursos de alta qualidade, curtos e densos, mas os aprendizes precisam de oportunidades para praticar o que aprenderam na sala de aula e fora dela. Assim, a ligação com a formação e colocação profissional é fundamental, o que foi mais difícil em tempos de COVID-19.

Na área de emprego, o escritório comum auxiliou na criação de um fundo de microcrédito rotativo para jovens e mulheres empreendedoras (*Fundo Lavanta*) e para MPMEs lideradas por jovens ou mulheres (*ProEmpresa*). Cabo Verde é caracterizado por MPMEs, que são maioritariamente informais de acordo com a

CCA das Nações Unidas de 2020. O escritório comum apoiou ainda o estabelecimento de um mercado digital interativo para empreendedorismo e investimento com perspectiva nos ODS, através da convergência do Fundo *Lavanta e Negocia*, uma plataforma de negócios de Cabo Verde com vários serviços, incluindo diretório de negócios, anúncios de emprego e oportunidades de formação, entre outros.

2.3.3 Apoio às estratégias de desenvolvimento local

CONSTATAÇÃO 8. O PCP foi bem-sucedido em promover a descentralização através do desenvolvimento de planos locais que contribuíram para a alta prioridade do processo de reforma do Estado no país. Isso melhorou a colaboração entre os municípios e ajudou na captação de recursos a nível local. Foi um desafio manter o ímpeto e garantir que os planos de desenvolvimento local inclusivos fossem efetivamente implementados.

No início dos anos 2000, Cabo Verde iniciou um processo de reforma do Estado envolvendo a descentralização, com o objectivo de desenvolver a capacidade local para melhor responder à diversidade de necessidades conforme as realidades das várias ilhas. Neste contexto, o escritório comum realizou um projeto financiado pelo Governo de Luxemburgo e a União Europeia para elaboração de planos de desenvolvimento local e financiamento de iniciativas locais para os ODS. Enquanto, anteriormente, os consultores eram contratados para desenvolver planos estratégicos, agora o órgão executivo de cada município lidera o processo e convida os cidadãos e os principais atores locais a participar. Uma característica promissora dessa contribuição é o aumento da capacidade dos municípios de mobilizar recursos fora do orçamento nacional. A iniciativa tem potencial para ajudar no objetivo de longo prazo de crescimento inclusivo para o país, e os resultados reais desses planos e capacitação serão vistos no médio e longo prazo.

Um total de 22 planos de desenvolvimento local foram elaborados, dos quais 20 incorporaram explicitamente oportunidades de emprego para jovens e mulheres. O processo de concepção inclui uma análise situacional e identificação de uma abordagem para cada ODS, em relação ao PEDS. Nesse contexto, mais de 1.000 funcionários municipais receberam formação em planeamento estratégico e outros 1.800 atores receberam formação sobre localização dos ODS, género como questão transversal e concepção de projetos. Cabo Verde apresentou esta experiência no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) em julho de 2021. Este projecto contribuiu para reforçar o networking entre os municípios e promover projectos regionais, uma vez que existem desafios que não podem ser enfrentados ao nível de apenas um município. O projeto envolveu também a cooperação com municípios fora de Cabo Verde, na Espanha e Itália.

A fim de promover o reforço das capacidades, foi organizado um curso com a Universidade de Cabo Verde para trazer conhecimentos especializados sobre o desenvolvimento local a cada município, que está planeado para ser integrado no currículo da Universidade. Além disso, foi realizado um curso de especialização em Desenvolvimento Local e Agenda 2030, que terminou em julho de 2021. Outras conquistas do projeto incluíram o diálogo com a diáspora cabo-verdiana e a mobilização de recursos pelos municípios. No entanto, permanece um desafio para fortalecer a mobilização do setor privado.

Em termos de sustentabilidade, a questão do desenvolvimento local foi assumida pela Universidade de Cabo Verde e existem agora várias oportunidades de desenvolvimento de capacidades para apoiar o processo de descentralização no país. No entanto, foram identificadas tensões entre as instituições nacionais e locais durante a avaliação. A capacitação sobre o desenvolvimento local também precisa ser assumida pelo governo nacional na Praia, para que as instituições nacionais possam apoiar plenamente e estar alinhadas com o novo *modus operandi* que está sendo desenvolvido no país.

2.3.4 Reforço da Proteção Social

CONSTATAÇÃO 9. Foram identificados desafios no desenvolvimento de um sistema de M&A para a proteção social em Cabo Verde, embora se tenham registado progressos no reforço da base de dados do registo único.

Com base na experiência da equipa de avaliação, um sistema de protecção social eficaz requer:

1. Uma abordagem integrada em que sejam consideradas diferentes necessidades e em que diferentes instituições unam esforços para dar resposta a essas necessidades no âmbito de um quadro e de uma estratégia claros, tendo em conta os regimes contributivos e não contributivos;
2. Um sistema de focalização funcional onde as famílias vulneráveis são identificadas e os recursos são capazes de ir para aqueles com maiores necessidades;
3. Instituições fortes capazes de proporcionar os benefícios; e
4. Um sistema dinâmico de M&A para dar feedback sobre o progresso e ajudar com melhorias.

Embora Cabo Verde tenha feito progressos importantes no desenvolvimento de um sistema de focalização (registo único), ainda existem lacunas em termos de: coerência do sistema de proteção social (identificado na CCA); fortalecimento do ministério de linha; melhoria do registo único; e implementação de um sistema de M&A. O escritório comum concordou em prestar assistência a estas duas últimas áreas, com maior sucesso no aumento do número de famílias no Registo Único e menos na implementação do sistema de M&A.

O Registo Único foi útil no contexto da COVID-19, onde as famílias mais vulneráveis tiveram de ser identificadas. O escritório comum contribuiu para aumentar o número de famílias no Cadastro Único (conforme informações públicas disponíveis), mas ainda há um caminho a percorrer para tornar essa base de dados a referência para outras iniciativas dentro do governo.

Desafios foram relatados em termos de estabelecimento de um sistema de M&A para o programa de proteção social, devido a mudanças no Ministério da Família e Inclusão Social e dificuldades de comunicação. O PNUD registou progressos no aumento do uso de focalização para proteção social a nível municipal, mas a triangulação não foi possível devido ao tempo disponível limitado para recolha de dados e à amplitude dos temas cobertos pela avaliação. O escritório comum relatou dificuldades na implementação do trabalho com o Ministério da Família e Inclusão Social em 2020 devido à pandemia de COVID-19.

2.4 Resultado 4 - governação, políticas públicas, parcerias e justiça

Resultado 4.1 do CPD. Até 2022, os cidadãos cabo-verdianos beneficiam de um sistema de governação e administração pública democrática mais eficaz, transparente e participativo

Resultado 4.2 do CPD. Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente mulheres, jovens e crianças, beneficiam de uma maior segurança humana, melhor coesão social e um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduza ao cumprimento dos direitos humanos

Produtos relacionados:

PRODUTO 4.1. Jovens e mulheres têm capacidades aprimoradas para se envolver em questões críticas de desenvolvimento e processos de tomada de decisão

PRODUTO 4.2. As administrações públicas a nível central e local estão equipadas com estratégias, capacidades e ferramentas inovadoras para implementar e monitorar adequadamente os compromissos do país com o desenvolvimento sustentável

PRODUTO 4.3. O Governo reforçou a capacidade técnica para estabelecer e gerir um quadro de parceria para mobilizar recursos financeiros e técnicos e envolver a sociedade civil e o sector privado na implementação dos ODS

PRODUTO 4.4. As instituições a nível central e local reforçaram a capacidade de aplicar eficazmente os instrumentos nacionais de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de luta contra a VBG

PRODUTO 4.5. O sistema de justiça aumentou a capacidade de promover os direitos humanos, com foco em mulheres e crianças em contacto com a lei e maior eficiência no processo judicial

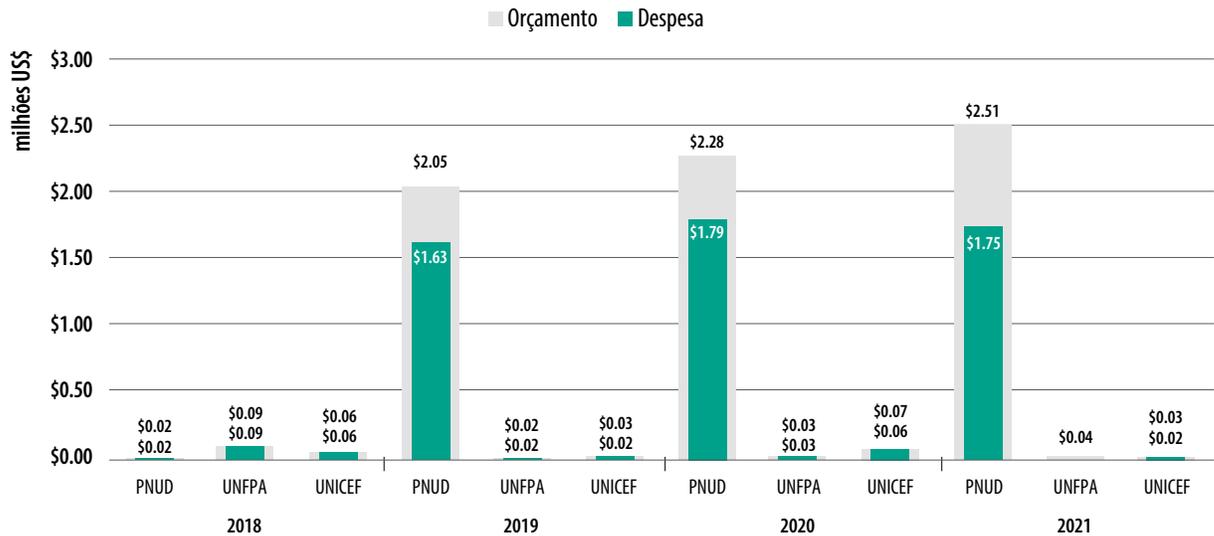
O programa sobre governação, políticas públicas, parcerias e justiça está focado em: fortalecer a capacidade da sociedade civil e das administrações públicas para apoiar o uso eficaz e eficiente dos recursos; criar espaços para que os cidadãos participem de forma mais efetiva nos processos de governação; combater às desigualdades de género e VBG; e melhorar a resposta do sistema de justiça para proteger os direitos humanos.

O Resultado 4.1 tem três produtos relacionadas: 1) aumentar a capacidade de jovens e mulheres de se envolverem em questões críticas de desenvolvimento e processos de tomada de decisão; 2) implementar estratégias, capacidades e ferramentas inovadoras na administração pública a nível central e local; e 3) mobilizar recursos financeiros e técnicos e engajar a sociedade civil e o setor privado na implementação dos ODS. O Resultado 4.2 tem dois produtos relacionados, promovendo: 1) igualdade de género e combate à VBG; e 2) direitos humanos com foco em mulheres e crianças em contacto com a lei e maior eficiência no processo judicial.

No período 2018–2022, o Resultado 4.1 teve um orçamento total de US\$ 7,19 milhões e despesas de US\$5,48 milhões, dando uma taxa de execução de 76 por cento (80 por cento excluindo os dados de 2020). Os dados anuais mostram o crescimento do programa ao longo dos quatro anos do ciclo do PCP, com o maior orçamento (US\$ 2,51 milhões) e despesas (US\$ 1,75 milhão) em 2021.

O projeto “Programa de Consolidação Económica da Fase II” (Pro-PALOP) implementado pelo PNUD representou 58,64 por cento das despesas resultantes. Importa referir que este é um projeto regional gerido pelo escritório comum de Cabo Verde. O orçamento total para a gestão regional do projecto ascende a 3,27 milhões de dólares. O orçamento total para as intervenções do Pro-PALOP Cabo Verde ascende a US\$ 950.000.

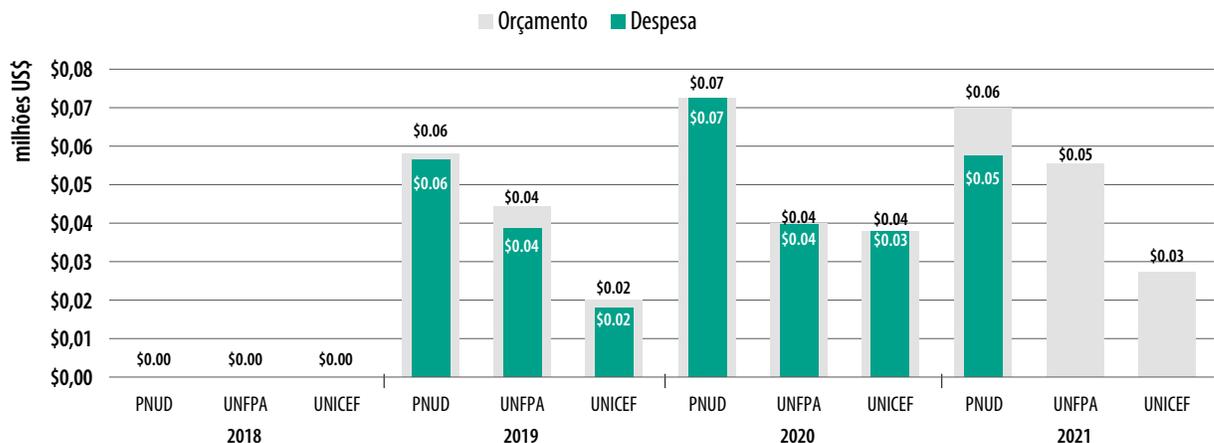
FIGURA 8. Evolução do Resultado 4.1 orçamento e despesas por agência (2018-2021)



Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

O orçamento total para o Resultado 4.2 totalizou \$ 390.000 e as despesas \$ 300.000, dando uma taxa de execução de 77 por cento (96 por cento excluindo dados de 2020). O Resultado 4.2 é o menor do ciclo atual do programa, com apenas um projeto: o projeto “Fortalecimento da governação em Cabo Verde”, conduzido pelo PNUD, UNFPA e UNICEF.

FIGURA 9. Evolução do Resultado 4.2 orçamento e despesas por agência (2018–2022)



Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Análise da contribuição do escritório comum nos Resultados 4.1 e 4.2

A análise focou no resultado da governação democrática e na direção da mudança, pois os impactos finais não poderiam ser avaliados no prazo desta avaliação. Como tal, foi necessário formular um modelo teórico para a estratégia de resultados (ver resumo abaixo e reconstrução completa do ToC no Anexo 7).

Esta componente do PCP visava construir progressivamente a governação democrática em Cabo Verde, e evoluiu em torno de três abordagens interligadas conceptualizadas como projetos pelo escritório comum: (i) capacitação para implementação do PEDS e alcance dos ODS; (ii) aumentar a igualdade de género para os ODS em Cabo Verde; e (iii) Melhorar um sistema de justiça baseado em direitos humanos para a realização dos ODS. De acordo com o Atlas, a capacidade subnacional e a prestação de serviços são consideradas no projeto “Descentralização” no Resultado 3.

O Anexo 6 mostra que a maioria dos indicadores de resultados alcançou os esperados um ano antes do final do ciclo, incluindo: (i) programas governamentais nacionais e locais elaborados e implementados com uma abordagem de gestão baseada em resultados; (ii) orçamentos locais e nacionais sensíveis ao género; (iii) mulheres eleitas para o Parlamento e governo local; (iv) mecanismos de participação para a identificação de prioridades ou políticas públicas a nível nacional e local; (v) mecanismos de mobilização de recursos e desenvolvimento de parcerias em vigor; (vi) OSC participando da formulação e monitoramento de planos de desenvolvimento, orçamentos e políticas públicas; e (vii) suporte jurídico gratuito está disponível para processos judiciais.

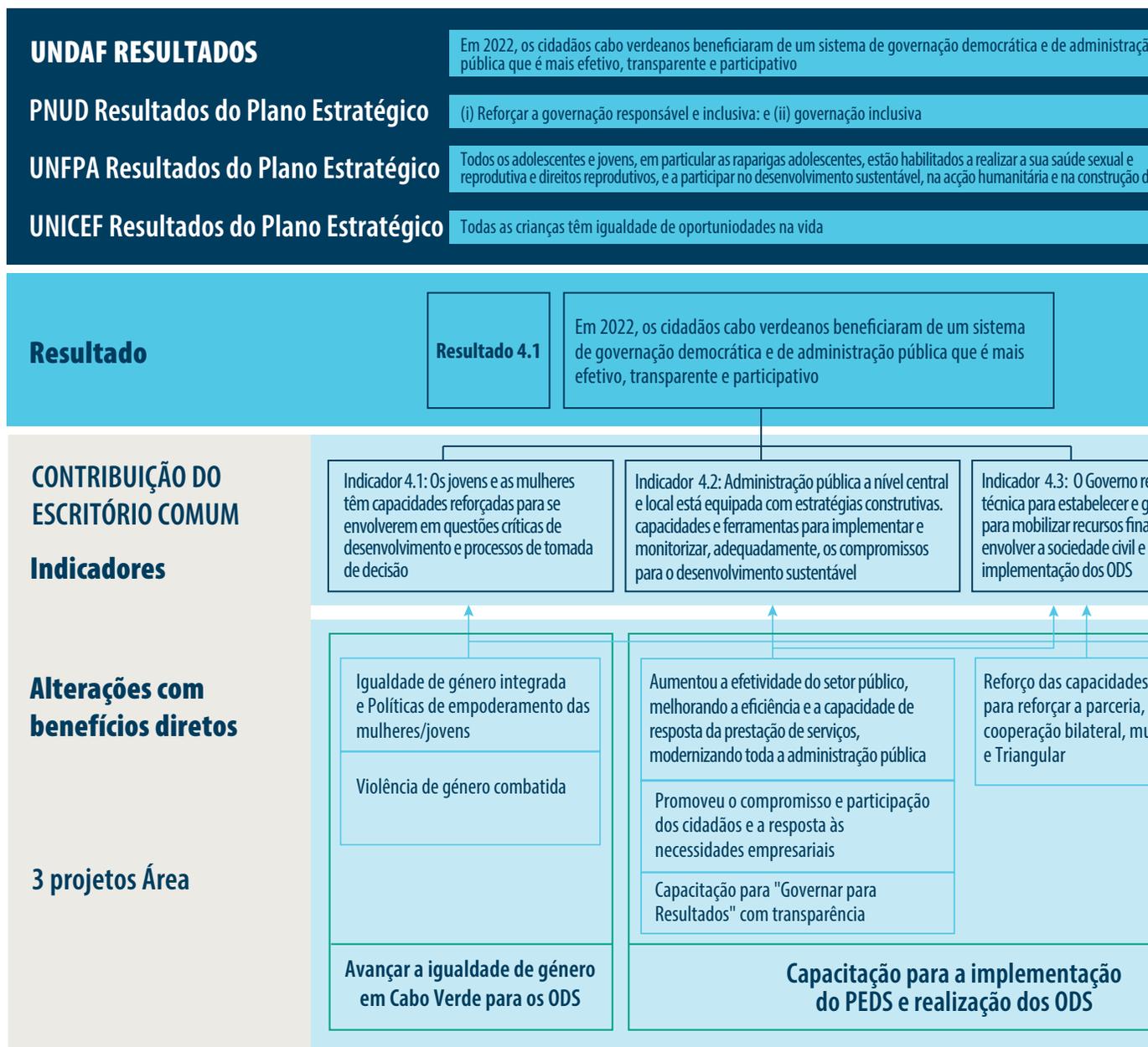
CONSTATAÇÃO 10. O PCP reforçou a capacidade do país para a promoção e proteção dos direitos humanos através do acompanhamento e relatórios sobre a implementação das convenções de direitos humanos. O PCP apoiou o país a adaptar o quadro institucional nacional para garantir a independência de acordo com os Princípios de Paris. Com a capacidade dos operadores de justiça fortalecida, o desafio agora é desenvolver uma abordagem de prevenção, para fomentar a informação jurídica e a prevenção do crime.

O primeiro pilar a ser considerado numa democracia é a garantia dos direitos humanos básicos aos cidadãos e não cidadãos (incluindo trabalhadores migrantes, refugiados e requerentes de asilo).⁴⁹ Sem paz, justiça, estabilidade, direitos humanos e governação efetiva baseada no estado de direito, não será possível alcançar o desenvolvimento sustentável. Cabo Verde continua a promover o acesso à justiça, a igualdade e equidade de género para todos e o respeito pelos direitos humanos fundamentais. O país ratificou quase todos os instrumentos internacionais de direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Por meio de leis ordinárias, o marco legal preserva o respeito aos direitos humanos.

Cabo Verde lidera nos mais importantes rankings sobre desenvolvimento humano, transparência, liberdade e boa governação em África. A credibilidade externa é um dos principais trunfos do país, fruto da sua história democrática. Durante o período de confinamento, paralelamente às ações de combate à COVID-19, foram realizadas campanhas de sensibilização para os direitos humanos a nível nacional dirigidas a idosos, população carcerária, pessoas com deficiência, crianças e mulheres. O escritório comum contribuiu para abrir a justiça à sociedade civil, por exemplo, por meio de atividades de conscientização sobre direitos humanos no ensino médio.

⁴⁹ A estrutura normativa de governação democrática seguiu a Avaliação da Qualidade da Democracia do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (2008); e o Leitor de Governação Democrática do PNUD (2009), entre outros estudos temáticos.

FIGURA 10. Resumo da ToC reconstruída para o Resultado 4



Fonte: Elaboração própria (encontrar figura completa no Anexo 7)

Cabo Verde está a adaptar o seu quadro institucional nacional para esta área, para garantir a independência de acordo com os Princípios de Paris. Esses Princípios, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, estabelecem que as instituições nacionais de direitos humanos não são dependentes do Estado nem de ONGs, mas funcionam como uma ponte entre a sociedade civil e o governo. Até agora, em Cabo Verde esta função tinha sido assumida pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania, mas atualmente os seus estatutos não garantem a independência de acordo com os Princípios de Paris. Existem duas possibilidades: ou os estatutos devem ser alterados, o que implica uma alteração na Constituição de Cabo Verde, ou esta responsabilidade deve ser transferida para outra instituição, nomeadamente o Provedor de Justiça.

o
a paz

**Prioridade 4 do CCPD:
Governança, políticas
públicas, parcerias e justiça
(ODS 1, 5, 10, 16, 17)**

Em 2022, os cabo-verdianos, particularmente as mulheres, os jovens e as crianças, beneficiaram de uma maior segurança humana, de uma melhoria na coesão social, e de um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduziu ao cumprimento dos direitos humanos

Reforçar uma governação eficaz, responsável e inclusiva, governação inclusiva, igualdade de género

A igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e raparigas e os direitos reprodutivos alcançados, com enfoque no fim da violência de género e práticas nocivas no contexto do desenvolvimento e da continuidade humanitária; Todos, em todo o lado, são contados, e contabilizados, na procura do desenvolvimento sustentável

Cada criança é protegida da violência e da exploração; (5) Cada criança tem uma oportunidade equitativa na vida

Resultado 4.2

Em 2022, os cabo-verdianos, particularmente as mulheres, os jovens e as crianças, beneficiaram de uma maior segurança humana, de uma melhoria na coesão social, e de um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduziu ao cumprimento dos direitos humanos

Reforçou a sua capacidade
de criar um quadro de parceria
com parceiros técnicos e para
o sector privado no

Indicador 4.4: As instituições a nível central e local têm capacidade reforçada para implementar eficazmente instrumentos racionais para a promoção da igualdade de género e combate à VBG

Indicador 4.5: O sistema de justiça aumentou a capacidade de promover os direitos humanos, com foco nas mulheres e crianças em contato com a lei, e maior eficiência no processo judicial

As instituições
promovendo a
multilateral, Sul-Sul

As instituições a nível central e local têm maior capacidade para implementar e proteger os direitos humanos através da implementação/accompanhamento da Convenção dos Direitos Humanos e introdução da abordagem dos Direitos Humanos no planeamento

Melhoria do acesso a estruturas de Justiça com enfoque nos pobres e crianças incluindo a capacitação legal, pacote de comunicação para mudança de comportamento e preservação de provas para um julgamento justo

Melhoria da organização do sistema judicial para acelerar os julgamentos

Melhoria do sistema de gestão prisional para a correcta aplicação de sanções, em consonância com a protecção dos princípios baseados nos direitos humanos e com especial atenção nos adolescentes e jovens

Melhorar o sistema de justiça baseado nos direitos humanos para a realização dos ODS

O sistema de justiça em Cabo Verde é caracteristicamente lento, e os principais informantes notaram que o PCP deu uma contribuição fundamental para mudar isso, e com baixo investimento. A PCP apoiou a operacionalização do sistema de informação judiciária, disponibilizando aos tribunais os equipamentos para o registo de sentenças. Os magistrados aumentaram sua capacidade, constatada pela redução de processos pendentes e aumento do número de processos resolvidos de acordo com os dados fornecidos pelos informantes-chave. Novos casos continuam a chegar, mas mais são resolvidos.

O programa de proteção à criança obteve conquistas significativas em parceria com as principais partes interessadas e parceiros da proteção à criança, incluindo a aprovação de uma nova estrutura legal sobre crimes sexuais. O desenvolvimento de um novo plano de ação nacional de prevenção e combate à violência sexual para o período 2022–2024 foi uma importante contribuição. Foi reforçada a capacidade técnica e institucional do IPCA e de outros atores, nomeadamente para a proteção das crianças contra a COVID-19. Mais de 45 profissionais de proteção à criança receberam formação remota sobre comunicação de risco e envolvimento comunitário, que teve como objetivo fortalecer a capacidade técnica de 200 agentes comunitários de saúde de todos os municípios em diferentes domínios da saúde, incluindo violência física, sexual e psicológica contra crianças, desenvolvimento na primeira infância e trabalho infantil.⁵⁰ O apoio incluiu a produção de um guia para pais e professores sobre a proteção de crianças e alunos da COVID-19 e distribuição de 4.000 exemplares para escolas públicas de todo o país.

O acesso à justiça para os mais pobres e vulneráveis foi facilitado pela integração de uma plataforma de assistência judiciária no cadastro social e no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira, permitindo uma gestão eficaz da assistência judiciária.

Dois desafios limitam a sustentabilidade das contribuições das PCP neste domínio. Em primeiro lugar, enquanto as intervenções do escritório comum centraram-se principalmente na capacidade dos operadores de justiça (magistrados, polícias, técnicos, etc.), as associações comunitárias continuam fracas, e as OSC não foram foco do âmbito do PCP. A sustentabilidade de longo prazo requer uma abordagem de prevenção, capacitando OSC maiores que lidam diretamente com a comunidade todos os dias. Em segundo lugar, há uma lacuna na capacidade nacional de proteção à criança, especialmente o sistema de informação de indicadores de proteção à criança. Do lado positivo, a introdução do teste de paternidade foi um resultado prático claro, permitindo a resolução de casos pendentes.

CONSTATAÇÃO 11. O PCP apoiou o Governo para entender o cenário financeiro e estruturar as opções de financiamento dos ODS, com foco em oportunidades fiscais, orientação estratégica para governação económica e prestação de contas, eficácia e transparência das finanças públicas.

Se o primeiro pilar da democracia é a garantia dos direitos humanos básicos aos cidadãos e não cidadãos, o segundo é constituído pelas instituições de um governo representativo e responsável.⁵¹ O sistema democrático de Cabo Verde encontra-se em consolidação, em parte devido ao contributo que as Nações Unidas têm vindo a dar para o reforço das instituições democraticamente eleitas no país.⁵² Durante o período de avaliação, e no contexto da pandemia, realizaram-se três eleições em Cabo Verde: autárquicas em novembro de 2020; legislativo em abril de 2021; e presidencial em outubro de 2021. Estas ocorreram em clima de paz e foram classificadas pelas comunidades nacional e internacional como participativas, livres, justas e transparentes.

As intervenções das Nações Unidas aumentaram a transparência, dotando o país de ferramentas e plataformas que permitem aos cidadãos acompanhar a execução do Orçamento do Estado, em tempo real. O Tribunal de Contas foi dotado de mecanismos modernos de gestão dos recursos humanos, reforçando a sua capacidade técnica para realizar auditorias *ex ante* e *ex post*, a fim de reforçar a transparência na gestão dos recursos públicos.

⁵⁰ De acordo com os relatórios anuais do escritório comum.

⁵¹ Leitor de Governação Democrática do PNUD (2009) — Uma referência para os profissionais do PNUD.

⁵² CCA das Nações Unidas (2020) Cabo Verde.

No âmbito do projeto «Governança Económica PALOP-TL», a transparência orçamental foi reforçada através da instalação de um portal para facilitar o acompanhamento das despesas orçamentais pelos cidadãos. Os deputados reforçaram a sua capacidade de análise orçamental, de supervisão legislativa e de promoção de um parlamento aberto, e o Parlamento aproximou-se dos cidadãos através da iniciativa «Parlamento Aberto».

CONSTATAÇÃO 12. O PCP apoiou o Governo na implementação de várias iniciativas, que foram particularmente relevantes para o combate à pandemia da COVID-19. Foi desenvolvido um Plano Nacional de Resposta e Recuperação à crise da COVID-19 através da Plataforma de Coordenação de Resposta e Recuperação, instalada pelo Governo e pelas Nações Unidas.

Em termos de inovação, e em particular no combate à COVID-19, o Accelerator Lab do PNUD, em parceria com a Secretaria de Estado da Inovação, desenvolveu e implementou várias soluções inovadoras para disponibilização de informação útil aos cidadãos. Outras intervenções na administração pública também se destacam, como: uma plataforma interativa (E-participe) que permite a avaliação cidadã dos serviços públicos; a modernização dos serviços em hospitais públicos; apoio ao sistema público de proteção social; e a melhoria do recrutamento da administração pública.

Destacam-se alguns contributos-chave do projeto de governança Económica dos PALOP-TL em relação à pandemia de COVID-19. Por exemplo:

- O MF desenvolveu um site de transparência, um ganho importante em transparência orçamentária;
- O Tribunal de Contas Nacional desenvolveu um sistema integrado de prestação das contas públicas online;
- O Parlamento elaborou um plano de contingência para que as plenárias sejam transmitidas online.

No campo da modernização da administração pública, o país passou a contar com plataformas digitais para conectar os serviços do Estado, reforçando a capacidade de resposta dos serviços públicos às demandas dos cidadãos. Além disso, tem sido evidente a utilização popular do certificado digital, um importante contributo dado o carácter insular de Cabo Verde, que permitiu também a realização de procedimentos administrativos durante a pandemia de COVID-19. Os funcionários foram treinados nas ferramentas tecnológicas, mas não houve acompanhamento sobre o impacto, a satisfação do utilizador ou as lições aprendidas.

Dois desafios limitaram a sustentabilidade da contribuição da PCP para a administração pública. Em primeiro lugar, uma vez que um produto tecnológico é entregue às instituições, há um monitoramento ou acompanhamento limitado do seu impacto, limitando a possibilidade de avaliar as necessidades de revisão ou atualização. Isso é especialmente importante no campo digital com rápidas mudanças tecnológicas. Em segundo lugar, a comunicação pública para promover o uso de novas ferramentas administrativas foi fraca. Foram desenvolvidas ferramentas mas, em algumas áreas, faltou apoio para promover a sua utilização.

CONSTATAÇÃO 13. O PCP promoveu a participação dos jovens por meio de vários mecanismos, incluindo debates nacionais, o estabelecimento de um Conselho Consultivo de Jovens, formação em liderança e plataformas locais de participação com altos níveis de envolvimento. A baixa participação nas eleições, principalmente entre os jovens, representa um desafio para a participação política.

O terceiro pilar da avaliação incide sobre a sociedade civil e a participação. As intervenções do PNUD, UNICEF e UNFPA possibilitaram a participação dos jovens nas decisões estratégicas para o desenvolvimento do país. Por exemplo, 450 jovens homens e mulheres participantes na conferência de jovens do Mindelo

ganharam consciência da sua responsabilidade de participar na política e outras atividades cívicas para a coesão social. Mais de 200 mulheres e jovens participaram da apresentação do Plano Nacional de Igualdade de Género e do Plano de Combate à VBG 2019–2022. Isto foi reforçado por um debate estratégico nacional ‘Juventude e Futuro de Cabo Verde’, realizado pelo Governo em parceria com o PNUD, UNICEF e UNFPA, no âmbito da iniciativa ‘Ambição Cabo Verde 2030’.

Um desafio para a sustentabilidade da participação política tem sido a baixa participação nas eleições, especialmente entre os jovens. Esse fenómeno também é observado em outros países, mas deve ser incluído na agenda nacional. O exercício Cabo Verde Ambição 2030, com forte apoio das Nações Unidas, projeta que até 2030 o país será: (i) caracterizado por uma democracia consolidada, moderna e inclusiva; (ii) um país azul, digital e emergente; e (iii) um país com economia circulante e bem posicionado no meio-Atlântico.

CONSTATAÇÃO 14. O PCP promoveu a participação das mulheres em questões críticas de desenvolvimento e processos de tomada de decisão. Uma lei de paridade foi aprovada com o apoio técnico do escritório comum, bem como o Plano para a Igualdade de Género e o Plano de Combate à VBG. Campanhas de prevenção realizadas com apoio conjunto do escritório contribuíram para níveis mais baixos de VBG durante o confinamento.

Cabo Verde ocupa o terceiro lugar no Índice Ibrahim de Governança Africana, com um desempenho excepcional em três das quatro categorias: Segurança e Estado de Direito (75,3/100); Participação e Direitos Humanos (76,3); e Desenvolvimento Humano (71,2). No entanto, o país passou por uma queda nos últimos 10 anos, com deterioração em diferentes indicadores, e está numa tendência rotulada pelo Índice como ‘vermelha’. Na categoria de Participação e Direitos Humanos, Cabo Verde ocupa a posição mais baixa no indicador ‘Poder Político e Representação das Mulheres’ (posição 27, com queda de -22,2).⁵³

Neste sentido, o escritório comum tem dado um importante contributo para o país, prestando apoio às instituições nacionais para a aprovação da Lei da Paridade (nº 68/IX/2019) em 2019. A aplicação desta lei mudou completamente o cenário da representação das mulheres no Parlamento e no governo local. Desde as eleições municipais de outubro de 2020, existem 200 mulheres nas autarquias locais, representando 42 por cento dos representantes locais eleitos para câmaras ou assembleias municipais. Após as eleições gerais de abril de 2021, as mulheres detinham 38 por cento dos assentos parlamentares e representavam 32 por cento do novo Governo, segundo dados eleitorais nacionais.

Os parlamentares e as OSC estão agora mais bem preparados para analisar e monitorar a execução do Orçamento do Estado numa perspetiva de género, graças ao apoio técnico prestado pelo escritório comum através de comunidades de prática desenvolvidas no âmbito da iniciativa regional Pró-PALOP. O MF também desenvolveu os mecanismos e a capacidade técnica para o seu pessoal aplicar os princípios da orçamentação baseada no género, incluindo a definição de indicadores e marcadores de género nos programas.

Em 2018, foi desenvolvido o Plano Nacional de Igualdade de Género 2019–2021, incluindo ações de combate à VBG de acordo com o PEDS e o Plano Nacional de Direitos Humanos. A VBG foi uma prioridade para o PCP durante o período de pandemia e confinamento da COVID-19. O PCP contribuiu para a contenção da VBG com campanhas de sensibilização, que foram realizadas pelo Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade de Género (IGE), com forte apoio técnico e financeiro do PCP.

⁵³ Este indicador deverá melhorar devido às eleições municipais de 2020 e às eleições gerais de 2021, devido à recém-aprovada Lei da Paridade.

A universidade pública de Cabo Verde também foi apoiada por intervenções do PCP para gerar pesquisas sobre questões de género em ambientes urbanos e rurais e os efeitos da COVID-19 na dinâmica de género familiar, para informar políticas públicas sobre igualdade de género e prevenção e combate à VBG.

CONSTATAÇÃO 15. O escritório comum apoiou o Governo a estabelecer um ecossistema para a cooperação Sul-Sul, especialmente forte no projeto regional Pro-PALOP, INFF e no Accelerator Lab. O escritório comum contribuiu para a articulação de uma visão estratégica de longo prazo para o país, em particular por meio de análises e pesquisas para informar os principais documentos estratégicos.

O quarto pilar diz respeito às dimensões internacionais da democracia, pois os países não são unidades isoladas, mas mutuamente interdependentes. O escritório comum apoiou Cabo Verde a reforçar a sua capacidade técnica para estabelecer e gerir um quadro de parceria para mobilizar recursos financeiros e técnicos para a implementação dos ODS.

Cabo Verde encontra-se num momento decisivo no seu processo de desenvolvimento. Com a passagem para o estatuto de país de rendimento médio (PRM), a ajuda oficial tem diminuído e o acesso a empréstimos concessionais tornou-se mais difícil, obrigando o país a mobilizar e gerir eficientemente os recursos internos e externos para financiar o seu desenvolvimento. Pouco depois de atingir o estatuto de PRM em 2008, as crises financeiras globais tiveram um impacto severo no desempenho económico do país, tendo agora um dos níveis mais elevados de dívida pública em África. Embora existam sinais de recuperação, o crescimento económico continua a ser baixo. O espaço fiscal foi bastante reduzido, exigindo abordagens inovadoras para mobilizar recursos financeiros e fortalecer a capacidade de formulação de políticas públicas, planeamento, monitoramento, transparência e prestação de contas. Um declínio constante da fecundidade (para 2,3 filhos por mulher) e um aumento de jovens na população, combinados com um ambiente de estabilidade política, estão criando o potencial para Cabo Verde desfrutar de mudanças sociais e económicas significativas e transformadoras.

No âmbito do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) e da nova Lei Orçamentária, o INFF contribuiu para catalisar os processos em andamento para estabelecer um sistema de administração pública eficiente e estabelecer novos padrões de inovação em governação. Cabo Verde desenvolveu a Ambição 2030 com o apoio do escritório comum, envolvendo partes interessadas públicas e privadas. Para complementar ainda mais o trabalho em curso para fechar as lacunas dos ODS, principalmente relacionadas ao estatuto de PEID de Cabo Verde, a iniciativa INFF do escritório comum reforça o SNP alinhando o orçamento e o planeamento, criando as condições para mobilizar novos fluxos de financiamento num ecossistema facilitador. O escritório comum contribuiu para a Avaliação do Financiamento ao Desenvolvimento em Cabo Verde, fornecendo uma análise abrangente do estado atual do financiamento para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, e abrangendo uma gama diversificada de financiamentos nacionais e estrangeiros, públicos e privados.

Com o apoio do escritório comum, Cabo Verde estabeleceu uma estratégia de cooperação Sul-Sul em 2019, que definiu a visão do país para o seu envolvimento e governação legal e institucional na cooperação Sul-Sul, bem como potenciais parcerias e objetivos políticos.

Em 2019, o PNUD lançou o Accelerator Lab, a maior rede global de conhecimento sobre desafios do desenvolvimento sustentável, num processo de reimaginação do desenvolvimento do século^{XXI}. Subjacente a esta iniciativa está uma rede de 60 laboratórios que servem 78 países, para trazer novas metodologias e habilidades. Cada laboratório tem uma equipa multidisciplinar composta por um mapeador de soluções, um oficial de exploração e um experimentador. Em 2019, o escritório comum de Cabo Verde aderiu a

esta iniciativa e formou uma equipa para desenvolver projetos utilizando esta metodologia. Estes desenvolvimentos permitiram intercâmbios com países como a Índia, Timor-Leste e Guiné-Bissau. Dentre as soluções promovidas, destacam-se pelo significativo impacto no desenvolvimento do país:

- **O Projeto 'Com Vida'** produziu uma plataforma para o Governo de Cabo Verde informar o público sobre a COVID-19, desde o número de casos até às normas e regulamentos, formulários de candidatura ou qualquer outra necessidade relacionada com a pandemia.
- O **projeto 'Drone'**, de um jovem inovador, forneceu uma solução tecnológica para combater a propagação da COVID-19 (desinfecção de ruas) e combater a crise socioeconómica (ligada à agricultura) causada pela pandemia.
- **O projeto 'Hackathon digital solutions'** criou um ambiente propício para o desenvolvimento de novas soluções baseadas em tecnologia, para aproximar as comunidades e as empresas nacionais dos inovadores e da comunidade tecnológica.

2.5 Modelo de governação de escritório comum

CONSTATAÇÃO 16. O escritório comum tem sido um desenvolvimento positivo, proporcionando uma presença unificada e uma execução mais coerente e integrada do programa. O escritório comum é considerado uma marca da identidade do país na comunidade internacional. No entanto, a falta de um representante ou representante-adjunto comum e a ausência de um documento inicial legal limitaram a liderança estratégica, a posição do escritório no país e a sua capacidade operacional, pois alguns processos e linhas de prestação de contas não foram claramente definidos, limitando os ganhos de eficiência esperados.

O escritório comum consiste num único escritório das Nações Unidas, composto por três agências participantes (UNICEF, PNUD e UNFPA). O JO tem uma estrutura organizacional e um único programa (PCPD) abrangendo as atividades e mandatos das três agências participantes (PNUD, UNFP e UNICEF), e destina-se a usar um conjunto de processos de negócios, regras e regulamentos sob um mecanismo de “agência de apoio”. Os processos, sistemas e acordos de contratação do PNUD foram adoptados pelo escritório comum.⁵⁴

O primeiro elemento a salientar é que o escritório comum carece de um documento inicial legal, operando sem um Memorando de Entendimento assinado para fornecer às agências participantes uma plataforma operacional comum no país. Isso limitou a capacidade de gestão do escritório, uma vez que alguns processos não foram definidos e as linhas de prestação de contas não estão claramente definidas, limitando os potenciais ganhos de eficiência.. No passado, foram envidados esforços significativos para regular o funcionamento do escritório. Existe uma minuta de MoU desde 2010, mas não foi assinada pelo PNUD, UNFPA ou UNICEF a nível corporativo. O projeto de MoU não foi mostrado à equipa de avaliação.

Em maio de 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um conjunto de mudanças para “reposicionar” o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, incluindo reformas no sistema Coordenador Residente. As alterações e o novo esquema de financiamento que as acompanham visam garantir que o sistema de Coordenador Residente seja independente de qualquer agência, mais transparente e responsável perante os Estados-Membros e totalmente dedicado à Agenda 2030. Este processo trouxe uma mudança na estrutura de governação do escritório comum, uma vez que, antes da desvinculação, o Representante Residente do PNUD e o Coordenador Residente também atuavam como Chefe do escritório comum.

⁵⁴ Resumo do modelo de escritório comum de Cabo Verde, feito pelo Escritório de Coordenação de Operações de Desenvolvimento das Nações Unidas (2016).

Durante o último trimestre de 2021, foram reiniciadas as discussões para atualizar e assinar o MoU e desenvolver a liderança do escritório comum, envolvendo os escritórios regionais e sedes do PNUD, UNFPA e UNICEF. A necessidade de estabelecer um modelo regulatório e de governação para estabelecer as bases para o funcionamento de um escritório comum foi identificada como aprendizado fundamental para processos futuros. Apesar dos pedidos da equipa de avaliação, o memorando de entendimento não foi fornecido e as disposições ou *modus operandi* propostos para corrigir alguns dos desafios do escritório comum não puderam ser avaliados.

Apesar destes desafios, o Governo de Cabo Verde considera o escritório comum uma marca da identidade do país na comunidade internacional. Segundo os principais informadores, o Governo não compreende a atual falta de um Representante Residente Comum e solicitou uma solução. O posicionamento do pessoal do escritório comum a nível nacional, regional e global foi severamente afetado pela ausência de uma base legal ou documento de estrutura para o modelo e pela falta de representantes adjuntos e residentes comuns (JDR e JRR). As relações construídas no mais alto nível foram importantes para dar estabilidade ao escritório, apesar das muitas mudanças de rumo entre 2019 e 2020. O Primeiro-Ministro de Cabo Verde enviou uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas solicitando uma solução para a mudança de representantes no escritório, e houve um importante esforço por parte do PCP e do Governo de Cabo Verde para garantir a continuidade e estabilidade da sua colaboração.

Tem havido uma coordenação muito limitada entre os escritórios regionais das três agências, que se reúnem apenas para planear e discutir questões estruturais específicas (como o desenho do MoU ou os termos de referência para Chefe do Escritório). A falta de acordo sobre as principais questões de governação do modelo é um desafio para a coordenação entre as agências e a liderança do escritório comum. Essa falta de consenso e tomada de decisão estratégica impacta o escritório comum de diferentes maneiras. Por exemplo:

- A nova estrutura organizacional do escritório comum foi implementada em 2018, mas não houve desenvolvimento organizacional de acompanhamento (gestão de mudanças), e alguns funcionários afirmam que a distribuição de responsabilidades não é clara.
- A situação temporária dos gestores do escritório comum (três gestores intermediários) cria estresse para o pessoal e prejudica a direção estratégica do escritório.
- A falta de um representante adjunto conjunto limita a capacidade de integração e organização programática (funcionários relatam que se sentem sobrecarregados).
- O escritório comum ainda não possui um documento de estratégia de mobilização de recursos.

O escritório comum tem práticas de comunicação inconsistentes, usando a marca do escritório comum por um lado, mas com cada agência mantendo sua própria marca para seus programas, por outro. Nos primeiros anos do escritório comum, comunicou-se como um único escritório e não como se fosse composto por diferentes agências, a fim de reforçar o espírito de equipa. Uma vez consolidada a ideia do escritório comum, as agências voltaram a usar as suas próprias marcas. Atualmente, o escritório comum tem valor de comunicação, assim como cada uma das agências, o que é valorizado positivamente em termos de posicionamento do programa comum, bem como de cada agência. No entanto, sem consenso, não existe uma estratégia para a política de comunicação. Como resultado, o escritório comum é identificado indistintamente pelos atores nacionais, que usam os termos “Escritório das Nações Unidas”, “escritório comum” ou os nomes de agências individuais indiscriminadamente.

2.5.1 Sistemas de planeamento, monitoramento e avaliação

CONSTATAÇÃO 17. O escritório comum em Cabo Verde carece de um sistema comum de monitoramento, avaliação e elaboração de relatório para rastrear e avaliar efetivamente as agências individuais e as contribuições conjuntas para os resultados do PCP e indicadores de produção. O processo de realização de relatório de informações financeiras do escritório comum é complexo. A ausência de um sistema integrado de gestão financeira representa um desafio para o planeamento operacional e relatórios financeiros eficientes e transparentes do escritório comum.

Desde a criação do escritório comum em 2006, as três agências não desenvolveram qualquer mecanismo ou iniciativa claros para criar uma plataforma comum de planeamento, acompanhamento e apresentação de relatórios, apesar de se tratar de uma recomendação feita em várias avaliações desde 2006.

De acordo com a Unidade de Inspeção Comum das Nações Unidas, iniciativas como “Delivering as One” e a estratégia de operações comerciais não produziram os resultados desejados em relação às operações comerciais comuns.⁵⁵ Embora Hanói, Brasília, Cabo Verde e Copenhague fossem por vezes referidos como “centros de serviços integrados a nível nacional”, nenhum deles oferecia um modelo para a consolidação de operações comerciais comuns. Cabo Verde ainda é o único escritório comum, embora houvesse a intenção de desenvolver outros 20.

O processo de planeamento local do escritório comum de Cabo Verde opera em dois níveis. O ‘Plano de Trabalho Anual da ONU’ é preparado pelo Escritório do Coordenador Residente com contribuições de todas as agências participantes do UNDAF, residentes e não residentes no país, e assinado com o Ministério das Relações Exteriores. Por sua vez, os planos de trabalho anuais das três agências do escritório comum são preparados pelos portfólios do programa e assinados com os parceiros nacionais de implementação. Os escritórios regionais de cada agência desenvolvem os seus processos de planeamento separadamente usando as suas plataformas existentes. O Anexo 11 apresenta as diversas ferramentas de planeamento utilizadas pelas três agências no escritório comum.

O escritório comum de Cabo Verde, sendo a combinação de três agências separadas num único escritório das Nações Unidas, carece dos sistemas de informação financeira integrada devido à falta de “conjunção” ou integração das plataformas das três agências. Para superar esse desafio, o escritório comum usa o sistema de planeamento de recursos empresariais (ERP) Atlas do PNUD, que também é usado pelo UNFPA, para consolidar as informações financeiras (por exemplo, fundos, projetos, orçamento, despesas etc.) para todas as três agências. Os dados financeiros do escritório comum são supervisionados pelo Escritório Regional da África Central Ocidental do PNUD (WCARO).

Enquanto o PNUD e o UNFPA utilizam o sistema Atlas ERP, o UNICEF utiliza o ERP do Sistema Integrado Virtual de Informação (VISION). Esta plataforma não é acessível ao escritório comum, e todos os fundos recebidos pelo escritório comum para qualquer uma das três agências são registados e geridos no Atlas. No entanto, devido à falta de interoperabilidade entre os sistemas UNICEF e PNUD/UNFPA, a equipa deve inserir

⁵⁵ Relatório das Nações Unidas (2019) da Unidade Conjunta de Inspeção para 2018 e Registos Oficiais do programa de trabalho da 73.ª Sessão da Assembleia Geral de 2019, Suplemento N.º 34. A avaliação concluiu que as barreiras burocráticas ainda impediam a cooperação, o reconhecimento mútuo das políticas e procedimentos uns dos outros não era maduro, os mecanismos inter-agências para apoiar operações comerciais comuns precisavam de revisão e os membros das equipas nacionais das Nações Unidas não conseguiram progredir no mesmo ritmo. A Unidade de Inspeção Conjunta recomendou que sejam tomadas medidas para superar as barreiras burocráticas por meio de acordos de acolhimento, que o modelo de escritório comum seja aplicado de forma mais ampla e que o reconhecimento mútuo, seja aplicado como um veículo para a consolidação da capacidade.

manualmente as informações de um sistema para outro, deixando espaço para erros e falta de eficiência.⁵⁶ O sistema de informações financeiras desarticulado constitui um desafio para as funções de planeamento e relatórios do escritório comum, o que pode, em última análise, retardar a tomada de decisões.

De acordo com a sua equipa, o escritório comum emprega um procedimento diferenciado para compartilhar dados financeiros extraídos do Atlas com o UNICEF e UNFPA WCAROs. A falta de harmonização entre os sistemas das três agências exige uma sólida relação administrativa e colaboração entre as agências e apoio da sede de cada agência e escritórios regionais.

Em termos de dados financeiros (orçamento e despesas) por projeto e agência incluídos na Tabela de Projetos IPCPE, o PNUD extraiu dados brutos do PowerBI. No entanto, os dados de alguns projetos não coincidem com os dados extraídos pelo escritório comum do Atlas. Consequentemente, os dados da Tabela de Projetos foram fornecidos pelo escritório comum.

TABELA 3. Procedimentos usados pelo escritório comum para compartilhar dados financeiros

UNICEF	UNFPA
(i) O Escritório Comum envia ao UNICEF WCARO um modelo Excel com informações do Atlas e assina relatórios trimestrais de entrega combinada do Atlas. O UNICEF WCARO integra os dados recebidos no seu sistema.	(i) O escritório comum envia ao UNFPA WCARO o Plano de Trabalho Anual no início do ano. O plano de trabalho é a desagregação dos fundos recebidos para o ano nas principais atividades para as quais o escritório comum usará fundos do UNFPA. Depois que o UNFPA recebe o plano de trabalho, eles registam o valor como despesa no seu sistema.
(ii) O Gestor de Finanças e Administração da WCARO, Dakar-Senegal é o ponto focal do UNICEF que recebe os dados financeiros do escritório comum.	(ii) O Gestor de Operações Internacionais da WCARO é o ponto focal do UNFPA que recebe os dados financeiros do Escritório Comum.

PNUD, UNFPA e UNICEF compartilham um único PCP que serve como a unidade primária de prestação de contas aos Conselhos Executivos das três agências. Embora o PCP inclua um Quadro de Resultados e Recursos do Escritório Comum, o escritório comum carece de um sistema integrado de monitoramento, avaliação e elaboração de relatório para monitorizar e avaliar efetivamente as contribuições do PNUD, UNFPA e UNICEF para os resultados do PCP e indicadores de produto.

Em relação aos indicadores do PCP no Quadro de Resultados e Recursos, a avaliação identificou que: o PNUD regista dados sobre os indicadores do PCP no seu Sistema de Planeamento Corporativo; o UNFPA relata dados sobre os indicadores do PCP trimestralmente à plataforma do Sistema de Informação Estratégica, e esses dados também são incluídos nos seus relatórios anuais; e o UNICEF relata dados sobre os indicadores do PCP nos seus relatórios do Módulo de Avaliação de Resultados. Esta falta de harmonização entre os sistemas de agências cria discrepâncias entre os dados reportados pelo PNUD, UNFPA e UNICEF. A ausência de um sistema comum de monitoramento, avaliação e elaboração de relatórios também exige esforços adicionais da equipa para a consolidação de dados.

⁵⁶ Resumo do modelo do Escritório Comum de Cabo Verde, feito pelo Escritório de Coordenação das Operações de Desenvolvimento das Nações Unidas (2016)

A avaliação do PNUD, UNFPA e do PCP UNICEF Cabo Verde para o período anterior (2012–2016) também identificou a falta de um sistema de monitoramento integrado e a ausência de um sistema de M&A orientado para resultados para todo o PCP. Recomendou que o sistema de M&A seja fortalecido, para um sistema holístico orientado para resultados para todo o PCP.⁵⁷ Nenhum progresso foi feito na abordagem dessas questões, e a recomendação não foi implementada.

No que se refere à gestão de riscos, o escritório comum tem realizado atividades de monitoramento e mitigação dos riscos identificados para a maioria dos projetos. 14 de um total de 23 projetos têm riscos documentados. O escritório comum utiliza o Atlas, mas nem todos os projetos identificam ou monitoram os riscos nesse sistema. O UNFPA usa o Atlas para gerir projetos e também usa o SIS para planeamento, monitoramento e elaboração de relatórios. O UNICEF possui instrumentos de monitoramento de risco, mas não são utilizados pelo escritório comum.

O escritório comum segue dois procedimentos de aquisição diferentes, dependendo se é um projeto com modalidade NIM ou de modalidade de implementação direta (DIM). Se o projeto for DIM, as diretrizes de contratação do PNUD são usadas, mas os procedimentos nacionais são seguidos para projetos NIM (as regras da agência reguladora de compras públicas). Nos casos em que os parceiros nacionais possam ter alguma dificuldade (como a aquisição de vacinas ou preservativos) podem ser apoiados pelo escritório comum para permitir um processo mais barato, mais rápido e com maiores garantias.

2.5.2 Organização, prestação de contas e gestão de riscos do escritório comum

CONSTATAÇÃO 18: O processo de gestão de mudança do escritório comum de 2018 teve como objetivo acelerar a racionalização e simplificação dos processos de negócios para gerar eficiência de custos e fornecer uma estrutura alinhada às novas prioridades do PCP e do governo. No entanto, não houve processo de gestão de mudanças após a desvinculação, e a falta de pessoal em posições estratégicas (especialmente para os representantes residentes e adjuntos) pressionaram o funcionamento normal do escritório comum, impactando negativamente a integração do programa e a estratégia de longo prazo.

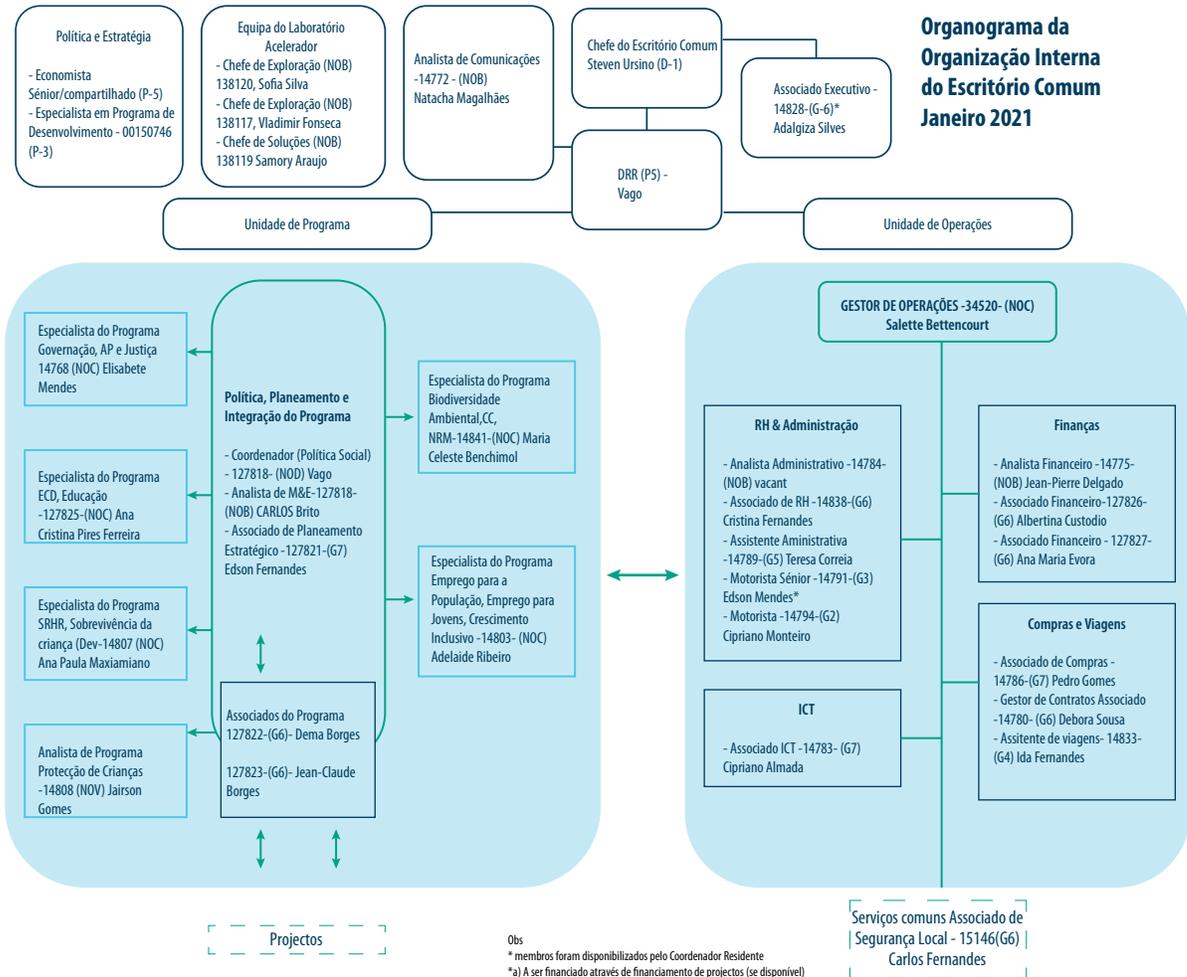
O processo de gestão de mudanças de 2018 teve como objetivo acelerar a racionalização dos custos operacionais, para buscar mais eficiência. A motivação da nova reconfiguração do escritório comum foi criar uma estrutura alinhada com o novo PCP 2018–2022, os ODS, e em resposta à mudança política. O novo partido no poder veio com novas ideias e ferramentas, como o PEDS. Ou seja, considerando o novo programa, o novo governo e os novos instrumentos de planeamento nacional, o escritório comum entendeu que era um bom momento para a mudança organizacional. No entanto, o plano de mudança não foi documentado. Um novo organograma foi aprovado, mas a mudança na gestão não foi desenvolvida devido à falta de liderança do escritório comum após o processo de desvinculação.

O escritório comum está organizado em unidades operacionais e de programa, lideradas por um chefe de escritório. Para a implementação do programa, o escritório conta com seis pastas: (i) governação, Administração Pública e Justiça; (ii) Educação; (iii) SSR e Sobrevivência da Criança; (iv) Proteção da

⁵⁷ A Avaliação Final de 2016 do PCPD do PNUD, UNFPA e UNICEF Cabo Verde menciona: Conclusão nº 5: o Escritório não possui um sistema de M&A orientado para resultados para todo o PCPD. Não existe um sistema de monitoramento integrado (cada agência tem o seu), então o escritório comum possui três sistemas de monitoramento diferentes com diferentes tipologias e graus de implementação (pág. 83); e Recomendação nº 5: fortalecer o sistema de M&A, avançando para um sistema holístico orientado para resultados para todo o PCPD (página 88).

Criança; (v) Biodiversidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Gestão de Recursos Naturais; e (vi) Emprego, População, Emprego Jovem e Crescimento Inclusivo. A Figura 12 resume a atual estrutura organizacional do escritório comum.

FIGURA 11. Estrutura do escritório comum de Cabo Verde



Fonte: escritório comum

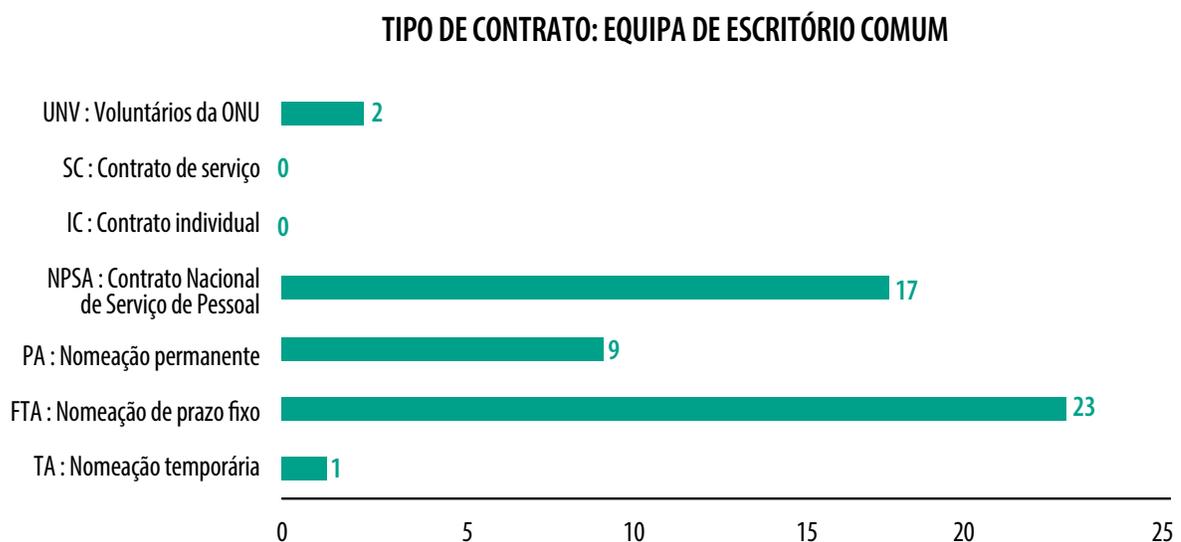
Dois desenvolvimentos importantes foram o estabelecimento de duas unidades-chave de intervenção estratégica: o Accelerator Lab e a Unidade de Política Estratégica. O Accelerator Lab foi lançado em Cabo Verde para explorar, mapear e testar soluções inovadoras para acelerar os desafios de desenvolvimento relevantes ao contexto e o progresso em direção aos ODS e à Agenda 2030. Tendo em conta os principais desafios e vulnerabilidades de Cabo Verde enquanto país PEID, estão a trabalhar em três pilares: Economia Azul, Turismo e Economia Digital. A Unidade de Política Estratégica contribuiu para a articulação de uma visão estratégica de longo prazo para o escritório comum, especialmente no que diz respeito às contribuições analíticas e de pesquisa para informar os principais documentos estratégicos e a visão de longo prazo do país, como o PCNA+ e o Development Finance Assessment.

No total, o escritório comum tem 52 cargos efetivos (ver Figura 12). O pessoal a termo (23) e permanente (9) faz parte do quadro estatutário, com contratos oficiais regidos pelo Estatuto do Pessoal das Nações Unidas, e ocupando cargos de carreira de médio a longo prazo. Os cargos temporários (1) estão sob o mesmo regime organizacional, mas tem contratos de duração de um ano ou menos, por exemplo, o Chefe do Escritório Comum.

Os cargos de Contrato de Serviço de Pessoal Nacional (17) são criados de acordo com as necessidades dos programas ou projetos e são totalmente dependentes de fundos de programas ou projetos e recrutados para o curto e médio prazo. Eles são uma categoria contratual definida como um instrumento legal, recentemente estabelecido pelo PNUD, para permitir a contratação de pessoal para serviços por tempo limitado sob um contrato baseado em serviços. Essa modalidade foi criada com dois objetivos principais: fornecer ao PNUD uma estrutura contratual abrangente, flexível e de baixo custo que atenda aos requisitos operacionais e administrativos de projeto e programa; e proporcionar condições de emprego atrativas, estáveis e justas para atrair, selecionar e reter os serviços de indivíduos qualificados e de alto desempenho. Ao logo do período em que decorreu esta avaliação não se conseguiu evidenciar o impacto ou benefícios desta modalidade contratual, ou das estratégias implementadas para evitar e mitigar os efeitos da sobrecarga de trabalho e rotatividade de pessoal.

No momento desta avaliação, havia vários cargos em aberto: Representante Residente Comum (D1), Representante Residente Adjunto Comum (P5), Coordenador de Políticas, Planeamento e Integração de Programas e Associado de Compras/Gestão de Contratos (G6).⁵⁸ Em agosto de 2018, o Representante Adjunto deixou o escritório comum, e em março de 2019 o Representante Residente deixou o escritório comum para ser nomeado Coordenador Residente, não havendo substituição desta função até o momento desta avaliação, gerando um impacto negativo na integração do programa.

FIGURA 12. Tipos de contrato de equipa de escritório comum



⁵⁸ Este último ficou vago em setembro de 2021 após uma movimentação lateral interna.

2.5.2 Estrutura de alocação de custos do escritório comum

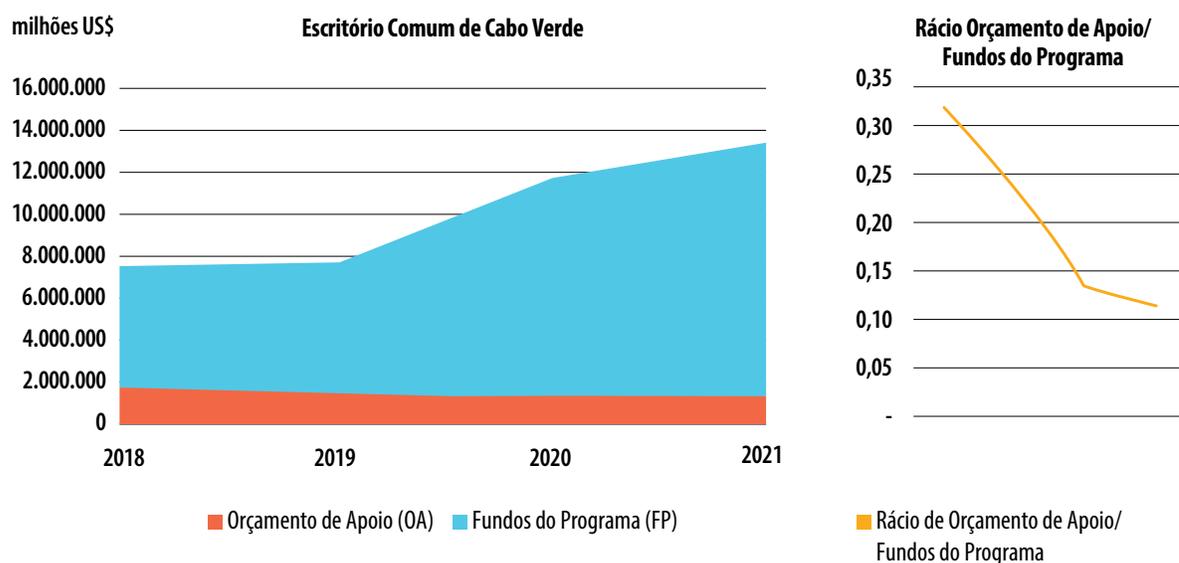
CONSTATAÇÃO 19. O escritório comum continuou as operações conjuntas e a representação das três agências no país, reduzindo as despesas gerais e os custos de transação e reunindo recursos. O processo de gestão de mudanças de 2018 teve como objetivo acelerar a racionalização dos custos operacionais para buscar mais eficiências, mas não foi totalmente implementado.

TABELA 4. Estrutura de custos do escritório comum de Cabo Verde 2018–2021

	2018	2019	2020	2021
Orçamento de apoio	\$1.804.432	\$1.458.582	\$1.357.506	\$1.342.694
Fundos do programa	\$5.720.057	\$46.306.095	\$10.393.270	\$ 12.035.356 ⁵⁹
Rácio de eficiência: orçamento de apoio/ fundos do programa	0.32	0.23	0.13	0.11

Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde em 10 de novembro de 2021

FIGURA 13. Estrutura de custos do escritório comum de Cabo Verde 2018–2021



Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde em 10 de novembro de 2021

A Tabela 4 e a Figura 13 apresentam dados sobre a estrutura de custos do escritório comum, mostrando que o orçamento de apoio ao escritório comum diminuiu de US\$ 1,8 milhão em 2018 para US\$ 1,37 milhão em 2021. Os fundos do programa aumentaram significativamente, especialmente em 2020, quando aumentaram 60 por cento em comparação com 2018. Isso teve uma consequência em termos do índice de

⁵⁹ Esta é uma estimativa baseada em dados de desempenho financeiro em 10 de novembro de 2021.

eficiência, que caiu de 0,32 para 0,11 no mesmo período, o que coincide com duas circunstâncias: o processo de desvinculação das Nações Unidas (e a ausência de ocupação de dois cargos com significativa importância estratégica no escritório comum); e um aumento na mobilização de recursos durante 2020 e 2021.

Para entender e analisar completamente esses números, é importante comparar a situação 2018-2021 com a do período 2012-2017. Em termos do orçamento de apoio, para além de 2016, verifica-se uma diminuição contínua de 2015 a 2021. O rácio entre as duas variáveis (orçamento de apoio/fundos do programas) foi sempre superior a 0,3 no período anterior, com queda significativa no período atual. A Tabela 5 mostra os fundos com que cada agência contribuiu para o orçamento do escritório comum durante o período (fundos programáticos e de apoio).

TABELA 5. Fundos do escritório comum de Cabo Verde 2018–2021

Fundos do escritório comum				
	PNUD	UNICEF	UNFPA	TOTAL
2018	4.743.983	1.916.225	864.280	7.524.488
2019	5.239.290	1.673.865	851.522	7.764.677
2020	8.318.372	2.228.635	1.203.768	11.750.775
2021	9.566.848	2.810.142	1.001.060	13.378.050
Total	27.868.493	8.628.867	3.920.630	40.417.990

Fonte de dados: Dados do escritório comum de Cabo Verde em 10 de novembro de 2021

2.5.3 Desempenho financeiro e mobilização de recursos do PCP 2018 – 2022

Esta secção analisa o desempenho financeiro do PCP. É de destacar que 2018 foi um ano de transição para o PCP, no qual foram finalizados projetos e iniciativas do PCP anterior. Esses projetos não foram considerados na análise do PCP 2018–2022, pois estavam no último ano de conclusão. A lista detalhada dos projetos da antiga PCP implementados em 2018 pode ser encontrada no Anexo 5, e a avaliação financeira completa pode ser encontrada no Anexo 13.

CONSTATAÇÃO 20. Ao longo do ciclo do programa 2018–2022, o escritório comum conseguiu mobilizar 90% (US\$ 35,80 milhões) dos recursos financeiros totais planeados no PCP (US\$ 39,59 milhões). O escritório comum depende de alguns poucos doadores e não recebeu nenhum apoio com os custos de parte do governo, com fundos bilaterais e multilaterais representando aproximadamente 52,65 por cento (US\$ 15,5 milhões) das despesas do programa. Os recursos da União Europeia (29 por cento) e do Governo de Luxemburgo (23 por cento) representam mais da metade da entrega total do escritório comum. Isso representa um risco e sugere capacidade limitada para mobilizar recursos fora dos parceiros tradicionais.

Durante o atual ciclo do programa (2018–2022), o orçamento de Cabo Verde para os cinco resultados do PCP 2018–2022 totalizou US\$ 35,8 milhões e as despesas do programa US\$ 29,45 milhões, atingindo uma taxa de execução de 82% (ver tabela 6). Os dados das despesas do programa para 2021 tem como referência 15 de novembro, reduzindo a taxa de execução, uma vez que muitos fundos foram desembolsados no final do ano. A taxa de execução para o período 2018–2020 foi de 88 por cento.

TABELA 6. Orçamento, despesas e taxa de execução do Programa por ano (2018–2021)

Ano	2018 ⁶⁰	2019	2020	2021	Total
Orçamento total	\$3.752.031	\$6.907.698	\$10.548.757	\$14.595.008	\$35.803.494
Despesas totais	\$3.077.515	\$6.011.581	\$9.611,638	\$10.747.058	\$29.447.792
Taxa de execução	82%	87%	91%	74%	82%

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021 Segue em anexo a lista de projectos

A alocação de fundos e despesas por agência são ilustradas na Tabela 7, e a alocação de fundos e despesas por agência e são exibidos na Tabela 8.

TABELA 7. Orçamento, despesas e taxa de execução do Programa por agência (2018–2021)

Agência	Orçamento do programa	Despesas do programa	Taxa de execução
PNUD	\$28.296.995	\$23.043.490	81%
UNICEF	\$5.411.733	\$4.560.470	84%
UNFPA	\$2.094.766	\$1.843.832	88%
Total	\$35.803.494	\$29.447.792	82%

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

TABELA 8. Despesas do programa por agência e resultado (2018–2022)

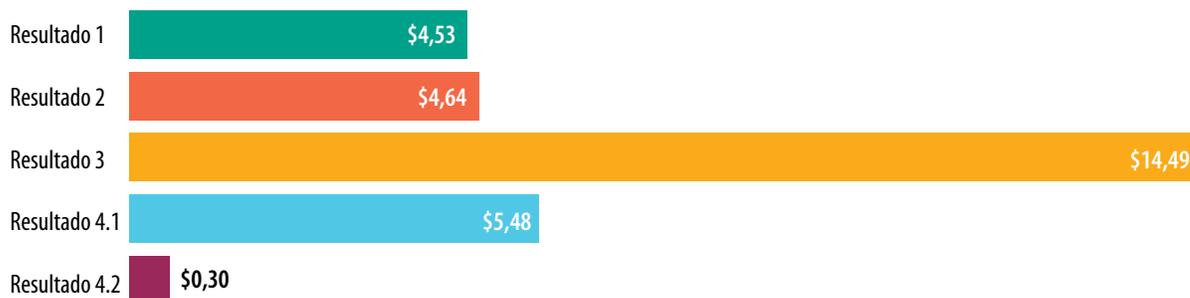
Resultado	PNUD	UNFPA	UNICEF	TOTAL
Resultado 1	\$ 75.072	\$ 1.399.787	\$ 3.051.795	\$ 4.526.654
Resultado 2	\$ 4.553.781	x	\$ 90.278	\$ 4.644.059
Resultado 3	\$ 13.054.517	\$ 235.359	\$ 1.204.572	\$ 14.494.448
Resultado 4.1	\$ 5.185.033	\$ 133.155	\$ 160.245	\$ 5.478.433
Resultado 4.2	\$ 175.088	\$ 75.531	\$ 53.580	\$ 304.199
Total Geral	\$ 23.043.490	\$ 1.843.832	\$ 4.560.470	\$ 29.447.792

No atual ciclo do PCP (2018–2022), o **Resultado 3** recebeu a maior alocação de fundos (US\$ 16,15 milhões), representando 45 por cento do orçamento geral, e obteve o maior resultado em termos de despesas (US\$ 14,49 milhões), representando 49 por cento das despesas gerais do escritório comum. Isso se deve a dois grandes projetos: WACS-CV (despesas de US\$ 5,22 milhões) e Descentralização e Desenvolvimento Local (despesas de US\$ 3,04 milhões). O **Resultado 3** também teve a maior taxa de execução (90 por cento), seguido pelo **Resultado 1** (88 por cento).

⁶⁰ Refira-se que 2018 foi um ano de transição ao nível do PCP em que foram finalizados projetos e iniciativas do PCP anterior. O nível de entrega de projetos do escritório comum em 2018, somando essas intervenções, totalizou US\$ 5,72 milhões. Para a análise do PCP 2018–2022 esses projetos não foram considerados por estarem no seu último ano de conclusão. A lista detalhada de projetos do antigo PCP implementados em 2018 pode ser encontrada no Anexo 5.

Uma comparação das despesas por resultado mostra que o foco foi no **Resultado 3**, representando 49 por cento (US\$ 14,49 milhões) das despesas totais do escritório comum, seguido pelo **Resultado 4.1** com 19 por cento (US\$ 5,48 milhões), **Resultado 2** com 16 por cento (US\$ 4,64 milhões) e Resultado 1 com 15 por cento (US\$ 4,53 milhões). O **Resultado 4.2** foi a menor área do programa, representando 1 por cento (US\$ 300.000) das despesas do programa (ver Figura 15).

FIGURA 15. Despesas do programa PCP por resultado (2018–2021)

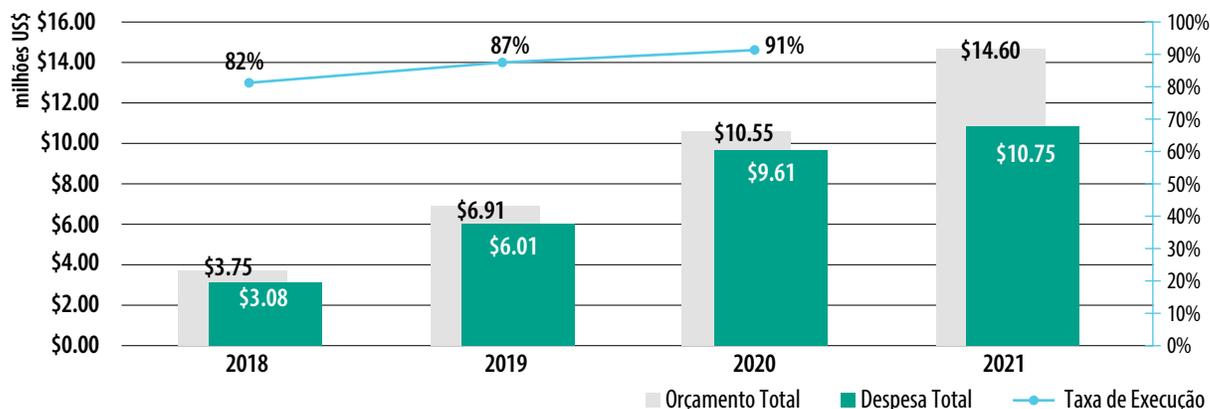


Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Até 15 de novembro de 2021, o escritório comum havia conseguido mobilizar 90 por cento (US\$ 35,80 milhões) do total de recursos financeiros planejados do PCP (US\$ 39,59 milhões) para todo o ciclo do programa. A meta de mobilização de recursos do escritório comum não havia sido alcançada quando da redação do presente relatório, mas esperava-se que fosse superada no último ano de implementação.

A taxa de execução do PCP permaneceu alta desde 2018, situando-se em 91 por cento em 2020, em parte devido à capacidade do escritório comum de reprogramar as atividades do Plano de Trabalho Anual para enfrentar a pandemia de COVID-19 com recursos das três agências. Neste contexto, os resultados alcançados incluem o desembolso de fundos do projeto WACS-CV para apoiar os trabalhadores informais e MPMEs através do financiamento de um Regime de Rendimento Solidário e, no âmbito do projeto Pró-PALOP, a transparência orçamental reforçada pelo MF, divulgando todos os recursos e despesas alocados para mitigar o impacto da pandemia num portal online de transparência orçamentária.⁶¹

FIGURA 16. Orçamento, despesas e taxa de execução do programa do escritório comum (2018-2021)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

⁶¹ Resultados do mini-ROAR COVID do 3º trimestre, 30 de setembro de 2020.

O UNDAF Cabo Verde 2018–2022 comprometeu-se a catalisar e alavancar recursos públicos e privados para a realização nacional dos ODS, reforçando os esforços para financiar mudanças transformadoras. A Estratégia e Plano de Ação de Parcerias e Comunicações do escritório comum 2019–2021 estabeleceu como o Escritório Comum de Cabo Verde pretendia mobilizar recursos suficientes para o seu ciclo de programas 2018–2022. No período avaliado, os fundos bilaterais e multilaterais foram a parte mais importante do portfólio do escritório comum com 52,65 por cento, totalizando US\$ 15,5 milhões, seguidos por recursos regulares de US\$ 4,98 milhões (16,94 por cento), outros recursos com US\$ 2,45 milhões (8,34 por cento) e fundos verticais com US\$ 2,31 milhões (7,85 por cento).

Em termos de fundos bilaterais e multilaterais, o escritório comum mobilizou principalmente fundos da União Europeia (54,41 por cento dos fundos bilaterais/multilaterais) e do Governo de Luxemburgo (43,49 por cento). Os fundos da NDC do PNUD e dos ODS foram os menos significativos desse tipo de fundos em 1,33 por cento e 0,77 por cento, respectivamente (ver Figura 18 e Tabela 9).⁶² Em termos de recursos regulares, os projetos de escritório comum foram financiados por fundos centrais das três agências.

FIGURA 17. Despesas do escritório comum por categoria de fundo e percentagem da despesa total (2018–2021)

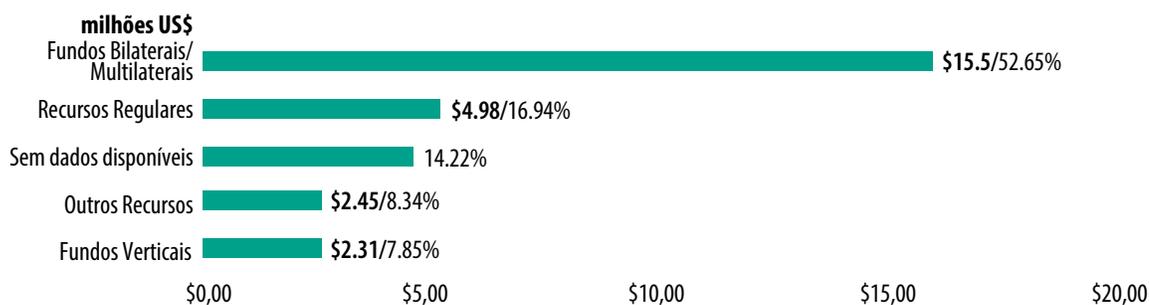


TABELA 9. Fundos bilaterais e multilaterais do escritório comum (2018–2021)

União Europeia	\$8.435.418	54,41%
Governo do Luxemburgo	\$6.742.633	43,49%
Contribuições Nacionalmente Determinadas	\$206.800	1,33%
Fundos dos ODS	\$118.671	0,77%
Total	\$15.503.522	

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

⁶² Os fundos NDC e SDG do PNUD estão incluídos na subcategoria de fundos de Partilha de Custos de Terceiros, que estão na categoria de fundos bilaterais/multilaterais.

2.6 Questões programáticas transversais

2.6.1 Género

CONSTATAÇÃO 21. A resposta do escritório comum aos princípios da GEWE por meio das intervenções do PCP foi moderada.⁶³ O PCP apoiou estudos e políticas sensíveis ao género, assim como a incorporação das dimensões de género nos planos setoriais. No geral, o PCP fez contribuições importantes para atender às necessidades diferenciadas de homens, mulheres e pessoas vulneráveis e concentrou-se na distribuição equitativa de benefícios, recursos, estatuto e direitos, mas ainda não abordou as causas profundas das desigualdades e discriminações.

Questões programáticas

A Tabela 10 apresenta uma análise da eficácia de género por resultado, de género negativo a género transformador.⁶⁴ No geral, o PCP incluiu uma combinação de iniciativas direcionadas ao género (resultados 2 e 3) e sensíveis ao género (resultados 1 e 4).

TABELA 10. PCP Análise de marcador de género

Nível de resultado	Marcador de Género	Fundamentação
Resultado 1 - Desenvolvimento sustentável do capital humano	Sensível a género	<p>O programa claramente ajudou a direcionar os serviços de saúde para jovens no que diz respeito às necessidades específicas de mulheres jovens e de mulheres em geral.</p> <p>Na área da educação, embora as meninas tenham um melhor desempenho em Cabo Verde, o escritório comum apoiou um estudo realizado pela Universidade de Cabo Verde em 2019, e constatou que as meninas são as vítimas mais comuns de violência na escola. Além disso, um estudo de 2021 sobre os efeitos do COVID-19 na educação descobriu que as meninas participavam menos das atividades educacionais realizadas durante o período em que as escolas estavam fechadas, e tinham menos acesso ao aprendizado digital. São preocupações que estão a ser observadas pelo escritório comum.</p>

⁶³ Estratégia de Género do Escritório Comum das Nações Unidas para Cabo Verde, 2020–2022.

⁶⁴ **Transformador ao Género:** O resultado contribuiu para mudanças nas normas, valores culturais, estruturas de poder e nas raízes das desigualdades e discriminações de género;
Sensível ao Género: O resultado abordou as necessidades diferenciais de homens, mulheres ou populações marginalizadas e focou na distribuição equitativa de benefícios, recursos, estatuto, direitos, etc., mas não abordou as principais causas das desigualdades;
Segmentado por Género: Resultado focado no número de mulheres, homens ou populações marginalizadas que foram visadas (por exemplo, representação 50/50);
Cego ao Género: O resultado não deu atenção ao género e não reconheceu as diferentes necessidades de homens, mulheres, meninas e rapazes e outras populações marginalizadas; e
Negativo ao Género: O resultado teve um desfecho negativo que agravou ou reforçou as desigualdades de género e normas limitantes.

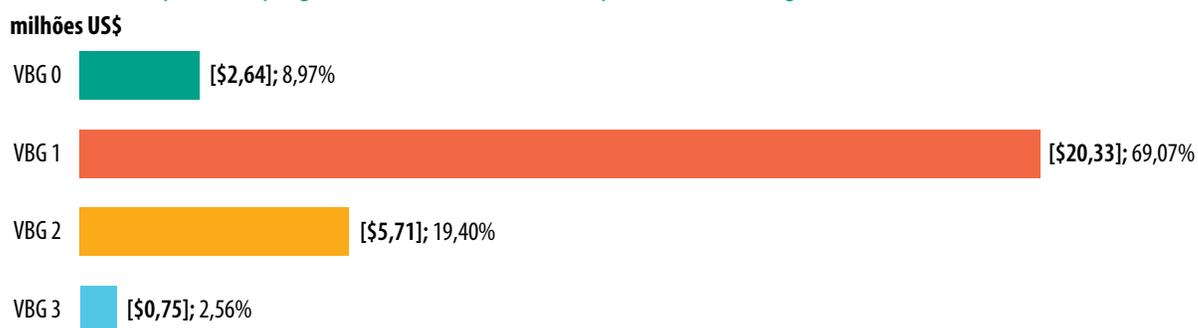
<p>Resultado 1 - Desenvolvimento sustentável do capital humano (cont.)</p>	<p>Sensível a género</p>	<p>Quanto à educação sexual e reprodutiva, esta área avançou menos no âmbito do PCP, uma vez que se trata de um novo módulo temático e entrou no currículo como uma aula do tipo educação cívica, que ainda não foi totalmente implementada.</p> <p>Na área de proteção à criança, foi dada orientação especial para proteger as meninas historicamente mais propensas ao abuso sexual.</p> <p>Importante apoio foi dado ao IGE para a produção de estudos e formações úteis para as políticas públicas do país.</p>
<p>Resultado 2: Gestão sustentável de recursos naturais</p>	<p>Segmentado para género</p>	<p>O PNUD incluiu aspectos de género, como garantir a inclusão de Género e Energia, e Estratégia de Género para Água e Saneamento na atualização de 2020 da NDC de Cabo Verde, Estratégia de Género e Plano de Ação para RRD, desenvolvido em 2019, e Estratégia de Género relacionada a questões de mudanças climáticas (projeto de compromisso climático, 2020).</p>
<p>Resultado 3 - Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo</p>	<p>Segmentado para o género</p>	<p>Houve formação dirigida às instituições nacionais de emprego para integrar o género nas suas políticas.</p> <p>As jovens mulheres beneficiaram-se dos concursos de start-ups no país, mais do que os rapazes, com financiamento especial para os seus empreendimentos.</p> <p>Não há dados sobre a proporção de homens e mulheres jovens que fizeram cursos de formação profissional.</p>
<p>Resultados 4.1 e 4.2: governação, políticas públicas, parcerias e justiça</p>	<p>Responsivo ao género</p>	<p>O país fez história com a aprovação da Lei da Paridade (nº 68/IX/2019) em 2019. A aplicação desta lei mudou completamente o cenário da representação das mulheres no Parlamento e no governo local.</p> <p>Em tempos de COVID-19, um nível relativamente baixo de VBG foi observado durante o confinamento (um aumento de 8 por cento contra cerca de 30 por cento antes da pandemia de COVID-19, de acordo com os principais informantes). As campanhas de prevenção realizadas com o apoio do escritório comum contribuíram para esse cenário.</p>

O escritório comum tomou medidas formais para aplicar os princípios GEWE à implementação do programa, como pode ser constatado com a criação da Estratégia de Género e uma revisão documental dos principais documentos políticos do escritório comum em diferentes áreas (saúde, proteção infantil, meio ambiente, participação política, desenvolvimento e formação de jovens). Além disso, foi dado apoio específico e relevante ao IGE, criado com o apoio do escritório comum, e que ainda existe em grande parte graças ao seu apoio contínuo.

Embora o escritório comum tenha respondido ao mandato institucional de incorporar a GEWE nos seus programas e apoiar políticas baseadas na GEWE, não há indicação suficiente de resultados transformadores e de empoderamento das mulheres. É importante mencionar que os resultados de maior nível baseiam-se em avanços na educação básica, na saúde e nas políticas dirigidas às mulheres, enraizadas em mudanças na legislação e na participação. Há um claro apoio do escritório comum para difundir e promover os princípios GEWE com resultados concretos a nível de produtos (atividades, políticas, estratégias), conforme descrito acima nas análises específicas dos efeitos dos resultados, mas é muito cedo para avaliar a sua eficácia a longo prazo.

Conforme indicado pelo marcador de género (Figura 18), US\$ 20,33 milhões (69,07 por cento) dos gastos do programa foram atribuídos a produtos do projeto que devem contribuir para a igualdade de género limitadamente (GEN1), US\$ 5,71 milhões (19,40 por cento) para aquelas que tem igualdade como objetivo significativo (GEN2), US\$ 2,64 milhões (8,97 por cento) para aquelas que não devem contribuir para a igualdade de género (GEN0) e US\$ 750.000 (2,56 por cento) para aquelas com igualdade de género como objetivo principal (GEN3). Cinco das 24 produtos do PCP estão relacionados a mudanças nas normas, valores culturais, estruturas de poder e às raízes das desigualdades e discriminação de género. Referem-se a resultados que lidam diretamente com o empoderamento das mulheres do ponto de vista económico, político ou de saúde.

FIGURA 18. Despesas do programa de escritório comum por marcador de género (2018–2022)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Todos os Planos de Desenvolvimento Local apoiados pelo PCP incorporaram a igualdade de género como uma prioridade, e um progresso importante foi feito no número de planos nacionais e setoriais que incorporam questões de género. O país está a desenvolver planos específicos para a igualdade de género e incorporando género em outros planos. O escritório comum apoiou o IGE para desenvolver um novo Plano Nacional de Igualdade de Género e Plano Nacional de VBG. A prevenção da VBG foi considerada na área do abastecimento de água, sendo especialmente importante nas zonas rurais. Além disso, no âmbito do projeto Pro PALOP, o MF desenvolveu e aplicou marcadores de género para a formulação do orçamento do Estado.

Questões operacionais

Visando implementar a GEWE nos seus projetos, programas e ambiente de trabalho, em 2016, o escritório comum participou do exercício de autoavaliação do Selo de Igualdade de Género. O escritório comum não alcançou o Selo, mas como resultado da autoavaliação desenvolveu a Estratégia de Género 2020–2022 para a integração da GEWE nos níveis institucional e programático. Esta Estratégia de Género é baseada nas Diretrizes das Nações Unidas para o Desenvolvimento Inclusivo e Equitativo, alinhada com as diretrizes do PNUD, UNFPA e UNICEF, e considera a Agenda 2030 e os ODS.⁶⁵

Os objetivos da Estratégia de Género do escritório comum são aprimorar e desenvolver abordagens eficazes para a igualdade de género internamente, adotando ferramentas integrais para abordar as desigualdades de género; e fortalecer parcerias técnicas e financeiras com instituições nacionais, Governo, OSC, outras agências das Nações Unidas e parceiros internacionais para a promoção da igualdade de género. Além disso, foram estabelecidos pontos focais em matéria de género e prevenção da exploração e abuso sexual (PEAS) no âmbito do escritório comum.

O escritório comum também desenvolveu um Plano de Ação de Género 2020–2022, que inclui atividades para integrar o género no ambiente interno e externo e aprimorar as parcerias em nível nacional. O escritório comum monitorou as suas atividades de género durante o ciclo do PCP usando o plano de M&A descrito na Tabela 11 abaixo.

TABELA 11. Atividades de monitoramento de género do escritório comum

Actividade	Frequência	Meios de Verificação
Reuniões do Comité de Género	Trimestralmente	Atas de reunião
Progresso em direção ao alcance da Estratégia e objetivos com base nas atividades e indicadores do plano anual	Anualmente	Relatórios anuais locais sobre o género
Produtos do CPD com Marcador de Género	Anualmente	Relatório anual orientado a resultados (ROAR)
Indicadores do CPD orientados para o género	Anualmente	ROAR; UNInfo; Relatório Anual do Escritório do País; Questões Estratégicas de Monitoramento

Fonte de dados: Estratégia de Género de Cabo Verde 2020-2022

Em março de 2020, o escritório comum estabeleceu um comité de género para ajudar a garantir a implementação de um mecanismo de integração de género no escritório, com base na Estratégia de Género. Esta comissão elaborou um plano de trabalho, que inclui formação e publicações. A implementação do Plano de Acção de Género foi distribuída pelos planos de trabalho dos Portfólios. Além disso, a equipa das Nações Unidas para o país criou o Grupo de Trabalho de Género e Direitos Humanos (GHRWG), coordenado pelo escritório comum, no qual foram incluídas as atividades e os planos do comité de género.

⁶⁵ Estratégia de Género do Escritório Comum das Nações Unidas para Cabo Verde, 2020–2022.

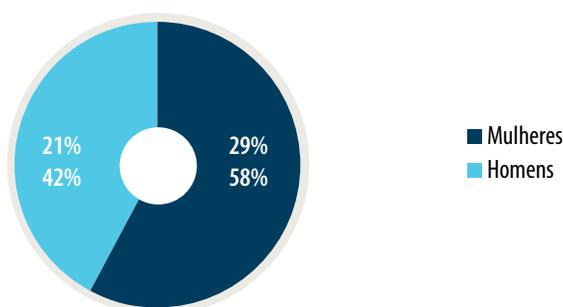
O escritório comum participou do GHRWG para fornecer orientação sobre a promoção dos direitos humanos e integração de género para a realização dos objetivos estratégicos do UNSDCF. A ONU Mulheres atuou como líder do GHRWG durante todo o UNSDCF 2018–2022, mas após o encerramento do programa ONU Mulheres em Cabo Verde em março de 2020, o Grupo de Trabalho foi desativado. Várias forças-tarefas *ad hoc* temporárias foram criadas para abordar as prioridades para 2020, nomeadamente sobre a PEAS e as deficiências, mas o Coordenador Residente e a equipa das Nações Unidas para o país concordaram em identificar as agências co-líderes e reativar o grupo de trabalho.

O GHRWG é fundamental para auxiliar a resposta das Nações Unidas às suas responsabilidades sistémicas em matéria de género e direitos humanos, e precisa estar totalmente operacional. Existe uma força-tarefa PSEA dentro do UNDAF para trabalhar com a contraparte nacional, liderada pela FAO para garantir o equilíbrio na distribuição de responsabilidades dentro do UNDAF. Outra força-tarefa visando a inclusão de pessoas com deficiência é coordenada pelo escritório comum.

A nível das operações, a paridade de género foi considerada na composição dos comités de avaliação de aquisições e processos de recursos humanos. O escritório comum integrou a perspectiva de género no processo de recrutamento (incluindo anúncios de vagas, termos de referência, perguntas de entrevistas) para garantir que os candidatos e o pessoal recém-recrutado tenham competências funcionais sensíveis ao género. Em termos de formação, no momento desta avaliação 78 por cento dos funcionários tinham concluído o curso “A Jornada de Género: Pensar fora da caixa”.

Em outubro de 2021, o escritório comum alcançou a paridade de género dos funcionários em geral, com 58 por cento de mulheres e 42 por cento de homens (ver Figura 19). A paridade de género por tipo de contrato também foi alcançada, com 57 por cento das contratações a termo fixo e 56 por cento das permanentes ocupadas por mulheres. No entanto, apenas 33 por cento dos gestores de topo são mulheres, enquanto 67 por cento são homens.⁶⁶ A maior percentagem de mulheres está concentrada no nível intermediário, com 100 por cento do pessoal do nível ‘NOC’ sendo do sexo feminino e 71 por cento do nível ‘G6’.

FIGURA 19. Distribuição por género do pessoal do escritório comum de Cabo Verde



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

⁶⁶ Pessoal feminino: uma P4, três NOB (total de quatro mulheres) = 33 por cento; Pessoal masculino: um D1, dois P5, um P3, um NOB (total de oito homens) = 67 por cento.

2.6.2 Não deixar ninguém para trás e a abordagem baseada nos direitos humanos

CONSTATAÇÃO 22. O princípio LNOB foi integrado ao projeto do PCP e também foi aplicado durante a resposta à COVID-19. Quatro dos cinco resultados do PCP consideram explicitamente os grupos mais vulneráveis, especialmente mulheres, jovens e crianças. As pessoas com deficiência foram consideradas entre as ações de combate à COVID-19, por meio de campanhas de conscientização sobre direitos, mas, em geral, as questões de deficiência não foram abordadas de maneira sólida neste PCP.

A abordagem baseada nos direitos humanos e o compromisso do LNOB se complementam de várias maneiras. A contribuição específica para os direitos humanos foi avaliada no Resultado 4, mas esta secção apresenta os componentes compartilhados com o LNOB.⁶⁷

Além da análise da conceção do PCP, esta avaliação considerou a contribuição da implementação do PCP para o compromisso de LNOB. O Conselho de Diretores Executivos das Nações Unidas para Coordenação endossou o princípio de LNOB em 2016, estabelecendo os elementos de um pacote abrangente e coerente de políticas e programas de apoio para combater a discriminação e as desigualdades dentro e entre países. Este quadro tem sido usado para medir até que ponto o PCP de Cabo Verde contribuiu para honrar o compromisso de LNOB. A Tabela 12 apresenta as intervenções identificadas para medir a integração da abordagem LNOB (uma análise ampla está disponível no capítulo de avaliação de resultados).

TABELA 12. Principais intervenções do PCP para integrar a abordagem LNOB

Principais intervenções de LNOB	Intervenções identificadas no PCP
Estabelecer programas para promover instituições, leis, políticas e ações para combater a discriminação com base na raça, sexo, idioma, etnia, religião, idade, deficiência, casta, estatuto indígena, estado de saúde, estatuto de migrante, estatuto de minoria ou outros motivos e promover a igualdade de acesso à justiça.	✓ Resultado 4.2
Prestou apoio à redução das desigualdades geográficas entre áreas rurais e urbanas e/ou entre regiões industrializadas e não industrializadas ou remotas, inclusive promovendo investimentos responsáveis e socialmente inclusivos.	✓ Resultado 3
Implementou iniciativas que promovem a igualdade de género e eliminam todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e promovem investimentos para diminuir a desigualdade de género e fortalecem o apoio a instituições que promovem a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.	✓ Resultados 1 e 4.2
Governança económica, regulamentação, responsabilização e o Estado de direito no domínio económico reforçados.	✓ Resultado 3

⁶⁷ LNOB é o compromisso central e transformador da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus ODS. Representa o compromisso inequívoco de todos os Estados Membros das Nações Unidas para erradicar a pobreza em todas as suas formas, acabar com a discriminação e a exclusão e reduzir as desigualdades e vulnerabilidades que deixam as pessoas para trás e minam o potencial dos indivíduos e da humanidade como um todo. Veja as Complementaridades entre LNOB e abordagens baseadas em direitos humanos do UNSDG (2019).

Pleno emprego sustentado e políticas econômicas inclusivas, promovendo o trabalho digno.	✓ Resultado 3
Apoiou a eliminação da discriminação no emprego e reforçou os direitos trabalhistas, incluindo trabalho digno, salário mínimo (inclusive para trabalhadores migrantes), liberdade de associação e negociação coletiva e a erradicação do trabalho forçado e infantil.	✓ Resultado 3
Implementou iniciativas para combater todas as formas de discriminação etária contra os idosos no emprego e promoveu o emprego dos jovens e a inclusão socioeconômica de todas as idades, e para abordar a vulnerabilidade dos jovens a um desemprego mais elevado e empregos de menor qualidade e a transições escola-trabalho mais longas e mais inseguras.	✓ Resultado 3
Prestou assistência aos sistemas de proteção social que reduzem as desigualdades por meio de redes de segurança que mantêm o direito a um padrão de vida adequado para todos. Apoio garantido para a cobertura universal de saúde e acesso universal aos cuidados de saúde para evitar despesas catastróficas que resultam de custos de saúde que produzem pobreza e desigualdade.	✓ Resultados 1 e 3
Estabeleceram programas para o acesso universal à educação, água, saneamento, cuidados de saúde e outros direitos econômicos e sociais para promover uma maior igualdade de oportunidades e resultados.	✓ Resultados 1 e 4.2
Prestaram assistência para alcançar o acesso universal às TICs e reduzir a exclusão digital.	Não identificado
Estabeleceram programas de apoio à política fiscal redistributiva e à tributação progressiva, de modo a inverter as concentrações extremas de riqueza e alcançar progressivamente uma maior igualdade.	Não identificado
Auxílio no combate aos produtos ilícitos e evasão fiscal.	Não identificado
Fortaleceram a proteção da liberdade de expressão, associação e reunião, isolaram as instituições e processos democráticos da captura política da elite, garantiram participação política igualitária para todas as mulheres e homens e promoveram o acesso público à informação.	✓ Resultado 4.1
Criou programas para reforçar a responsabilização do setor privado, incluindo a implementação dos <i>Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos</i> , garantindo a regulação eficaz das empresas pelos governos, realizando avaliações de impacto social, ambiental e de direitos humanos e implementando salvaguardas de due diligence para evitar impactos negativos.	✓ Resultado 4.1
Apoiou medidas para proteger comunidades vulneráveis, marginalizadas e excluídas na prevenção e mitigação dos impactos e construção de resiliência ao clima, desastres naturais, desertificação, degradação da terra e crises humanitárias.	✓ Resultado 2

Fonte: Elaboração própria

Um valor diferencial fundamental do trabalho das Nações Unidas é apoiar a disponibilidade de dados e evidências para que políticas e programas públicos não deixem ninguém para trás. Sob a liderança do Escritório do Coordenador Residente, foi formada uma parceria nacional para LNOB.⁶⁸ Um marco importante foi a apresentação dos resultados de um estudo sobre LNOB realizado pelas Nações Unidas no país.⁶⁹ Todos os gestores de portfólio da PCP foram convidados a comentar o relatório em diversas áreas, especialmente em direitos humanos e género.

O PCP prestou um contributo muito significativo através do seu apoio ao INE. Todas as pesquisas produzidas pelo INE desagregam os dados por sexo. A cada dois anos, o INE produz uma publicação sobre mulheres e homens em Cabo Verde em parceria com o IGE, e fortemente apoiada pelo PCP. O INE tem uma plataforma comum com o IGE, que é um observatório de género onde são publicados dados sobre as mulheres e, em 2018, o INE realizou um inquérito sobre SSR e direitos humanos. O PCP também ajudou o INE a realizar o censo nacional, construindo pontes com novos parceiros para mobilizar recursos, e prestou assistência técnica para ajudar a concluir a recolha de dados. Além disso, Cabo Verde está a liderar a elaboração de um Manual de Estatísticas de governação, que outros países devem seguir. O INE está trabalhando para desenvolver a capacidade de produção de dados em outras organizações setoriais, mas isso é um trabalho em andamento e uma possível agenda de colaboração futura entre o INE e o escritório comum.

O escritório comum apoia o INE na elaboração do relatório de Revisão Nacional Voluntária do país, após Cabo Verde já ter apresentado dois relatórios ao HLPF. O PCP produziu artigos e apoiou várias oportunidades de capacitação e networking para especialistas do INE, nas áreas de governação, pobreza, estatísticas sociais e género.

Especialistas cabo-verdianos participaram de uma formação internacional no Senegal sobre o dividendo demográfico. O UNFPA tem apoiado a cooperação Sul-Sul entre Cabo Verde e outros países da região e não só, e tem havido uma cooperação activa com Angola, Djibuti, Senegal e África do Sul e Brasil. Por exemplo, com o Senegal, houve um intercâmbio de estatísticas económicas e um empréstimo de equipamento técnico, e o Brasil forneceu a Cabo Verde dispositivos eletrónicos para a recolha de dados.

2.6.3 Resposta à COVID-19

CONSTATAÇÃO 23. O escritório comum foi eficaz na adaptação ao contexto da COVID-19 e no apoio ao Governo para implementar iniciativas particularmente relevantes para o combate à pandemia da COVID-19, sustentando os meios de subsistência, garantindo a continuidade dos serviços básicos de saúde e educação e fornecendo assistência financeira aos mais vulneráveis. Existem menos evidências de estratégias claras para se adaptar ao contexto do país pós-COVID-19, pois a crise ainda está em andamento e há desafios operacionais no escritório.

De acordo com o Boletim COVID-19 publicado pelo escritório das Nações Unidas em Cabo Verde em dezembro de 2020, as agências, fundos e programas das Nações Unidas reprogramaram US\$ 8 milhões e arrecadaram US\$ 3 milhões adicionais para ajudar na crise da COVID-19. A Tabela 13 mostra as principais ações e resultados apoiados pelo escritório comum durante a COVID-19, especialmente durante 2020 (consulte a seção 2.5 para dados financeiros relacionados).

⁶⁸ A parceria incluiu o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, MF, IGE, INE, Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania, Centro de Investigação e Formação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde, Plataforma de ONGs e GHRWG.

⁶⁹ Governo de Cabo Verde e Nações Unidas (2021). *Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás em Cabo Verde*.

TABELA 13. Apoio ao escritório comum durante a pandemia da COVID-19

Agência	Apoio dado
PNUD	Transferências em dinheiro para 1.000 famílias por três meses
	Transferências a 30.000 trabalhadores do setor informal na sequência de ajudas excepcionais decididas pelo Governo para compensar a perda de rendimentos devido ao Estado de Emergência
	Entrega de cesta básica a 1.500 famílias durante quatro meses
	Pagamento de renda para cuidadores por quatro meses, para cuidar de idosos e pessoas isoladas nas suas próprias casas, que não se beneficiam de apoio da sua cidade, comunidade ou família
	Fornecimento de refeições quentes e cestas básicas para 30.000 alunos (22.500 famílias mais vulneráveis, 14.467 meninas e 15.533 através do Programa de Refeitórios Escolares)
	Preparação de creches e centros de cuidados para idosos com vista à reabertura (limpeza, higiene, medidas, equipamento)
	Apoio à criação de empregos com US\$ 700.000 por meio do Fundo de Descentralização (4.470.000) e outros fundos essenciais mobilizados a nível global (US\$ 230.000), para ajudar a enfrentar o impacto socioeconómico desta crise e preparar a recuperação em todas as ilhas
	Apoio ao desenvolvimento da Plataforma <i>Comvida</i> , assim como um aplicativo móvel e site COVID-19 (PNUD Accelerator Lab), plataforma oficial de informação e comunicação, monitoramento e gestão da pandemia
UNICEF	Promoção e mobilização de fundos para a operacionalização do Plano Nacional de Resposta Educacional à COVID-19 elaborado pelo Governo e com a assistência técnica do UNICEF
	<p>Colaboração com a World Education PARCERIA no Programa 'Estude e Aprenda em Casa' lançado pelo Ministério da Educação para responder à suspensão de aulas para 100.000 alunos do pré-escolar, ensino básico e secundário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de 620 aulas de TV e áudio da Educação Infantil ao Ensino Médio - Reprodução de fichas de estudo para apoio a crianças em situação de vulnerabilidade pessoal e social e que não têm acesso a tele e áudio aulas em algumas localidades - Tradução para Braille e outras adaptações para crianças com Necessidades Educativas Especiais
	Reforço da higiene em jardins de infância e creches, distribuição de 100 kits de higiene (lavagem das mãos, material de limpeza) estabelecimentos, atendimento a 3.547 alunos dos quais 1.831 são meninas e divulgação de um guia de organização e saneamento nos estabelecimentos de ensino

UNFPA e UNICEF	Apoio à elaboração e implementação do Plano de Comunicação de Riscos e envolvimento da Comunidade elaborado pelo MS dirigido a diferentes públicos-alvo, para a adoção de comportamentos e apropriação de medidas preventivas à COVID-19 definidas pelo Governo
	Apoio ao Plano de Prevenção e Resposta ao COVID-19 e no estudo de Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre o COVID-19 (online)
	Apoio ao INSP e à VERDEFAM no reforço técnico e instalação de uma equipa de mobilizadores sociais para integrar a Equipa de Proteção Civil e de Resposta à Saúde, inicialmente na Ilha da Boa Vista e gradualmente nos restantes concelhos com casos confirmados de COVID-19
	Capacitação para cerca de 150 mobilizadores sociais da Plataforma de ONGs, VERDEFAM, Cruz Vermelha e diversas associações comunitárias de jovens voluntários em Comunicação de Risco e envolvimento Comunitário dos 22 municípios do país
	Apoio ao Escritório de Assuntos Farmacêuticos do MSSS com US\$ 50.620 para EPI e testes e com US\$ 146.863 para a aquisição de equipamentos de proteção individual e produtos de diagnóstico através dos seus Centros Internacionais de Aquisições, e para manter a oferta e demanda de serviços essenciais de SSR (assistência pré-natal, partos institucionais e saúde neonatal) e atividades de imunização
	Apoio ao MSSS, à ONG VERDEFAM e à Rede de Mulheres Vivendo com HIV/AIDS nos seus esforços para manter a oferta e demanda de serviços essenciais de SSR (pré-natal, partos institucionais e saúde neonatal) e atividades de imunização, com os seguintes resultados:
	<ul style="list-style-type: none"> i) 100 por cento dos provedores de vacinação em todos os municípios foram treinados tecnicamente ii) Vacinas e produtos SSR adquiridos e disponibilizados aos serviços de saúde a nível nacional iii) Equipamentos (ventiladores e monitores) para serviços neonatais iv) Cuidados de saúde para adolescentes/jovens e pessoas que vivem com VIH/SIDA garantidos a nível comunitário

Fonte: Covid-19 e a Resposta das Nações Unidas em Cabo Verde, Boletim das Nações Unidas, Edição Especial, junho 2020

As partes interessadas entrevistadas avaliaram a contribuição das Nações Unidas durante a COVID-19 como extremamente valiosa e importante para ajudar a acompanhar a evolução da pandemia, garantir o abastecimento de estoques de saúde, comunicar-se com a população, fornecer apoio ao rendimento das famílias mais necessitadas e ajudar a manter os serviços de saúde e educação adaptados ao novo contexto.

As Nações Unidas uniram forças com a União Europeia, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento para uma avaliação detalhada do impacto socioeconómico da COVID-19 e do contexto pós-crise, com o apoio do Luxemburgo, Portugal e Espanha.⁷⁰ Este estudo identificou a necessidade de um investimento adicional de 30 milhões de euros para continuar a apoiar o setor da saúde na contenção da pandemia e abranger a aquisição de medicamentos, recursos humanos e equipamentos de proteção,

⁷⁰ Governo de Cabo Verde, Avaliação de Impacto Socioeconómico COVID 19 PCNA + Fase 1 das Nações Unidas (2020).

entre outras medidas. Salientou ainda que as 8.000 famílias apoiadas durante a pandemia representam menos de metade das inscritas no Cadastro Social Único do país, e vislumbrou a necessidade de apoiar os trabalhadores informais por um período mais alargado, tendo em conta o impacto económico nas famílias. Por fim, argumentou a necessidade de investir em sistemas de proteção social contributivos e não contributivos.

Cabo Verde tem desafios estruturais, sendo um PEID com resiliência limitada a várias crises. A avaliação reforça a importância de se investir na diversificação da economia no longo prazo e continuar a trabalhar para desenvolver as economias azul, verde e digital, bem como o setor de turismo. Este estudo e o contexto mostram a necessidade de o escritório comum se envolver com as questões estruturais do país e identificar novas formas de apoiar o seu desenvolvimento a longo prazo por meio da resiliência e adaptação.

Há evidências claras de que o escritório comum conseguiu se adaptar ao período da COVID-19 por meio de ações inclusivas, integradas e que ajudaram a mitigar o impacto socioeconómico, especialmente para os mais vulneráveis, e reduzir as perdas nos serviços de saúde e educação. No entanto, há menos evidências de que o escritório comum tenha estratégias claras para se adaptar ao contexto do país pós-COVID-19, pois a crise ainda está em andamento e há desafios operacionais no escritório.

Em termos de VBG, com o apoio do UNFPA e do PNUD, a IGE produziu e lançou a campanha “*Bu ka sta bo so!*” (Você não está sozinho), exibido na televisão. Outra campanha internacional, o programa ‘Máscara 19’, foi adaptado ao contexto nacional, para incentivar as mulheres a procurarem ajuda em situações de emergência e abuso em farmácias locais de confiança.⁷¹

2.6.4 Alinhamento do PCP com as prioridades nacionais de desenvolvimento

CONSTATAÇÃO 24: O PCP está alinhado com as prioridades e políticas do país e das agências participantes e atende às necessidades dos mais vulneráveis. É necessário um maior alinhamento para conectar as políticas de alto nível no contexto pós-pandemia, tendo em conta o novo quadro de desenvolvimento nacional, em áreas como a diversificação económica, o combate à pobreza, a transição para uma economia azul ou a digitalização.

Em 2017, antes do desenvolvimento do PCP e do UNDAF, foi realizada uma CCA para o sistema das Nações Unidas. Identificou disparidades persistentes entre as ilhas, apesar do declínio geral da taxa nacional de pobreza para 35 por cento. Ele abordou a pirâmide populacional com uma protuberância jovem, onde a faixa etária de 15 a 64 anos tem projeção correspondente a 66 por cento do total até 2017. Também discutiu as vulnerabilidades das ilhas aos efeitos das mudanças climáticas e do ponto de vista fiscal (a dívida do governo deveria atingir 13 por cento do PIB até o final de 2017). Explorou os esforços do país para consolidar a sua democracia e aumentar a regionalização para promover a transparência, prestação de contas e participação. O problema do aumento da violência foi mapeado, juntamente com a necessidade de promover o pleno emprego e o trabalho digno. Nesse sentido, foi discutida a necessidade de fomentar o crescimento económico através do turismo e de áreas como a economia azul, o agronegócio, as energias renováveis, a cultura e as indústrias criativas e as tecnologias de informação e comunicação, enquanto se fortalece o comércio, a indústria, a inovação, a formação profissional e o empreendedorismo.

O PCP abordou a maioria desses desafios por meio de: apoio à educação e saúde nas ilhas como meio de ajudar a reduzir a desigualdade; estudos sobre o dividendo demográfico do país para ajudar a fomentar as políticas públicas; apoio ao processo de regionalização; fortalecimento do sistema de justiça; e

⁷¹ UNFPA et al. (2021) Violência Baseada no Género em África durante a Pandemia da COVID-19.

desenvolvimento de mecanismos de resiliência às mudanças climáticas. O PCP enfatizou ajudar o país a mobilizar recursos, dada a diminuição da disponibilidade de financiamento com a sua transição para o estatuto de PRM.

O PCP tem um forte foco em jovens, mulheres e crianças, alinhado e compatível com o perfil demográfico do país e a estratégia LNOB das Nações Unidas. O princípio LNOB foi considerado e aplicado através das seguintes medidas: 1) apoio à produção de dados desagregados; 2) apoio à política de educação para crianças com necessidades especiais; 3) campanhas de comunicação para diferentes grupos-alvo na área da saúde (mulheres, jovens, idosos, populações-chave para o HIV); 4) apoio a jovens agressores em formação profissional para reinserção social; e 5) apoio ao Cadastro Único para proteção social onde possam ser identificados os mais vulneráveis. Além disso, em 2021, o Governo de Cabo Verde promoveu uma avaliação do LNOB no país com o apoio do Escritório do Coordenador Regional, apresentado no HLPF de agosto de 2021 em Nova Iorque.

O PCP está alinhado com as prioridades governamentais expressas no PEDS 2017–2021, o principal instrumento de planeamento estratégico nacional em Cabo Verde. O PEDS está alinhado com os ODS, o Caminho de Samoa para o desenvolvimento do PEID e a Agenda 2063 da União Africana ‘A África que Queremos’. Reconhece os desafios associados ao déficit da conta-corrente e ao fardo da dívida, as vulnerabilidades ambientais agravadas pelas alterações climáticas e as disparidades internas no desenvolvimento e bem-estar. Identificando a localização geopolítica do país, o turismo e os recursos humanos como motores do desenvolvimento, o PEDS é composto por vários programas ao longo de quatro objetivos estruturais e três pilares transversais para alcançar o crescimento económico sustentável, garantir a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais. O orçamento total estimado para a execução da PEDS é de US\$ 3,6 bilhões.⁷²

FIGURA 19. Conexões entre PEDS, UNDAF e PCP



Nota: Durante a finalização do PCP, o Resultado 5 foi incorporado ao Resultado 4. Portanto, o Resultado 4 corresponde ao Resultado 4.1 do PCPD e o Resultado 5 corresponde ao Resultado 4.2.

⁷² 295,5 bilhões ECV à taxa de câmbio média de 2014 de 83.035 ECV/US\$ sacados do Fundo Monetário Internacional, 2021.

2.6.4 Sustentabilidade das intervenções do PCP

CONSTATAÇÃO 25. O apoio do escritório comum tem sido essencial para o desenvolvimento institucional de Cabo Verde. A sustentabilidade das intervenções de escritório comum depende em grande medida da sua continuidade e do envolvimento de parceiros internacionais no país. A margem de investimento público nacional para novas intervenções é baixa e altamente dependente de fundos estrangeiros.

Os principais mecanismos para a sustentabilidade futura das intervenções têm sido a capacitação a nível institucional e comunitário e a promoção política, como a que levou à Lei da Paridade para promover a participação política das mulheres.

As organizações governamentais executam praticamente todos os projetos implementados em Cabo Verde conforme as prioridades nacionais, e o Governo incorpora os resultados dos projetos nos seus instrumentos políticos e jurídicos. Por exemplo, o novo Código de Construção aprovado em 2020 foi um resultado direto do trabalho com a DNICE e, quando implementado, será um componente vital da NDC do país em relação ao Acordo de Paris.

O escritório comum apoiou todos os 22 governos locais em Cabo Verde para desenvolver e adotar PEDM, ligados aos ODS e com base na análise adequada dos desafios na área de responsabilidade do governo local, incluindo serviços essenciais ao cidadão, infra-estrutura, água, saneamento e gestão de resíduos sólidos. No entanto, a implementação e aplicação de instrumentos jurídicos produzidos por projectos apoiados por serviços conjuntos é apenas considerada moderadamente provável. A maioria das ações do PEDM exige mais apoio internacional e nacional, uma vez que os orçamentos municipais dificilmente são suficientes para manter os serviços essenciais. Outros instrumentos jurídicos nacionais correm o risco de implementação parcial ou inexistente, a menos que o escritório comum apoie os governos nacionais e locais no desenvolvimento de mecanismos funcionais para implementação e financiamento. Por exemplo, documentos de política nacional, como a Estratégia Nacional de Redução do Risco de Desastres ou a Estratégia para o Financiamento Sustentável de Áreas Protegidas, desenvolvidos com o apoio de projetos de escritório comum, não foram implementados precisamente devido à falta de mecanismos de implementação e premissas financeiras irrealistas.

Melhorias na política fiscal e na base tributária resultaram em aumento da receita do governo. No entanto, os investimentos estratégicos de Cabo Verde continuarão a depender da cooperação e empreendimentos internacionais no futuro próximo, especialmente considerando os aumentos do rácio dívida/PIB, agravados pelos custos económicos da pandemia de COVID-19. A ajuda pública ao desenvolvimento é garantida para alguns objectivos estratégicos essenciais, especialmente no que diz respeito à gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, da água e das energias renováveis.

A governação ambiental, incluindo o solo, a água, a biodiversidade, a agricultura e as pescas, é a base do objetivo geral do Governo de estabelecer Cabo Verde como um centro económico sustentável no meio do Atlântico. Por exemplo, o aumento necessário no volume e âmbito da receita do turismo estará vinculado ao sistema nacional de áreas protegidas, que abrange agora algumas das principais atrações turísticas nacionais, e oferecerá oportunidades para comunidades e empresas locais aproveitarem os fluxos turísticos, atualmente dominados por grandes corporações estrangeiras.

O aumento do número de turistas e o crescimento da população urbana também imporão maiores demandas ao frágil suprimento de água potável e capacidade de energia do país. A nova economia cabo-verdiana tem de dissociar o abastecimento de água das reservas de água subterrânea e antecipar a electrificação e a quota de energias renováveis. Os projetos apoiados pelas Nações Unidas (sem ser o escritório comum) produziram instrumentos regulatórios e inovações que desempenharão um papel

decisivo enquanto catalisador de agências governamentais para promover investimentos em energia renovável em grande escala, aumentar de forma sustentável o abastecimento de água e melhorar a governação da água. Os investimentos privados que resultem em reformas regulatórias garantirão a duplicação da capacidade instalada renovável para 70 megawatts (MW) nas ilhas maiores (Santiago, São Vicente, Sal e Boavista) até 2025, enquanto a cooperação internacional, principalmente através de atores bilaterais e instituições financeiras internacionais, garantirá soluções de energia renovável e água para as ilhas menores.

Embora a maioria desses desenvolvimentos esteja fora da estrutura do PCP, o escritório comum também fez contribuições significativas. O apoio do PNUD e da UNIDO permitiu à Direcção Nacional de Energia aceder directamente e executar fundos do Mecanismo NAMA para promover a mobilidade sustentável em Cabo Verde. A equipa nacional das Nações Unidas continuará a apoiar as inovações estratégicas em matéria de mobilidade sustentável através da implementação dos fundos do GEF pela UNIDO.

O escritório comum continuará a desempenhar um papel essencial na agenda de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde e garantiu US\$ 7,3 milhões em doações do Fundo Fiduciário do GEF para melhorar a governação da biodiversidade e dos recursos naturais do país por meio do PNUD. Espera-se que o atual projeto BioTUR adicione uma proposta para permitir o turismo regulamentado e outras atividades económicas dentro de áreas protegidas. Isso é necessário não apenas para a sustentabilidade financeira e objetivos de conservação das áreas protegidas, mas para promover o desenvolvimento do turismo local e, nas áreas marinhas protegidas, a valorização e diversificação das economias oceânicas locais.

O INFF apoia a criação de um quadro facilitador e soluções de financiamento para as principais transformações nas finanças sustentáveis de Cabo Verde, para colmatar as lacunas de financiamento que atrasam a implementação dos ODS, planos nacionais e estratégias locais. Espera-se que contribua para um impulso acelerado para os ODS, PEDS e Ambição 2030, no centro de um processo de reforma holística envolvendo todos os atores relevantes a nível local e (inter)nacional. Espera-se com isso otimizar os fluxos de financiamento público e privado existentes, mobilizar novas fontes de financiamento e canalizá-las para os setores, áreas e populações que mais precisam delas.

Finalmente, o escritório comum depende de poucos doadores. Conforme evidenciado na análise de eficiência, os doadores mais significativos para o programa de escritório conjunto para o atual ciclo do PCP foram a União Europeia (29 por cento), o Governo de Luxemburgo (23 por cento) e o Fundo Fiduciário GEF (8 por cento).

Aproximadamente 80 por cento do orçamento do Estado é dedicado ao pagamento de funcionários públicos e apenas 20 por cento a outros investimentos como equipamento e formação. As principais partes interessadas reconheceram que o apoio do escritório comum é essencial para o desenvolvimento institucional de Cabo Verde. Isso significa que a sustentabilidade das intervenções do escritório comum depende em grande medida da sua capacidade de garantir o envolvimento contínuo de parceiros internacionais.

CAPÍTULO 3.
CONCLUSÕES,
RECOMENDAÇÕES E
RESPOSTA DA GESTÃO



Este capítulo apresenta as conclusões da avaliação sobre o Programa Comum de País e o desempenho do escritório comum e contribuições para os resultados do desenvolvimento em Cabo Verde, bem como recomendações e a resposta da gestão.

3.1 Conclusões

3.1.1 Relevância

CONCLUSÃO 1. O PCP comum do PNUD, FNUAP e UNICEF revelou-se relevante para o desenvolvimento de Cabo Verde, em alinhamento com a Agenda 2030, os ODS e as prioridades nacionais.⁷³

Com a sua graduação para o estatuto de PRM em 2008, Cabo Verde enfrentou um acesso reduzido ao financiamento internacional para o desenvolvimento, de que necessita para lidar com os impactos das alterações climáticas. O PCP apoiou o governo para entender o cenário financeiro e estruturar opções para acessar recursos para alcançar os ODS. Ao contrário de outros países, onde as agências internacionais se concentram em questões de governação e corrupção, Cabo Verde goza de estabilidade, disciplina e liderança, mas enfrenta desafios e vulnerabilidades fiscais, levando o PCP a concentrar-se mais nas oportunidades fiscais e na orientação estratégica.

Essa avaliação mostra um bom equilíbrio entre as áreas prioritárias nacionais e as estratégias globais do PNUD, UNFPA e UNICEF, reforçadas por meio do PCP 2018–2022, e alinhando os esforços de desenvolvimento do PCP com os padrões internacionais sobre direitos humanos e igualdade de género. No entanto, as questões relacionadas com a deficiência não foram abordadas no âmbito deste PCP. Pelo menos um dos produtos de cada componente do programa concentra-se no reforço das capacidades, de modo a permitir uma melhor concretização dos resultados do PCP, relevantes para um PRM, e em consonância com os planos estratégicos das três agências.

CONCLUSÃO 2. O PCP foi eficaz na adaptação ao contexto da pandemia e no apoio oportuno e crucial ao país durante o COVID-19. Apoiou os meios de subsistência dos mais vulneráveis através de transferências monetárias com financiamento da União Europeia e a manutenção de serviços básicos de educação e saúde. Também forneceu assistência fundamental por meio da aquisição e distribuição de vacinas COVID-19. No entanto, há menos evidências de que o PCP tenha estratégias claras para se adaptar ao contexto do país pós-COVID-19.⁷⁴

Um plano nacional de resposta e recuperação para a crise do COVID-19 foi desenvolvido por meio da Plataforma de Coordenação de Resposta e Recuperação, liderada pelo Governo e pelas Nações Unidas. O projeto WACS-CV financiado pela União Europeia foi reprogramado como um projeto de transferência de dinheiro para atender às necessidades emergentes do país durante as medidas da COVID-19. Os recursos foram direcionados para apoiar os trabalhadores informais e as MPMEs através do financiamento de um esquema de Rendimento Solidário. A PCP apoiou o Governo no normal funcionamento das instituições, através do projeto regional Pro-PALOP e dos Accelerator Labs, que implementaram várias iniciativas relevantes na resposta à pandemia de COVID-19. Essas iniciativas demonstram a capacidade aprimorada do Governo para trabalhar em conjunto com as Nações Unidas e outros atores do país.

⁷³ Relacionado ao EQ1 vinculado à constatação 24, e ao EQ3 vinculado à constatação 21.

⁷⁴ Relacionado ao EQ2 vinculado à constatação 23.

3.1.2 Efetividade

O PCP demonstrou um progresso geral moderadamente satisfatório em relação às metas de produtos para o programa, e produziu resultados positivos variados em termos de âmbito, escala e importância estratégica. As três agências deram contributos eficazes para os resultados do PCP, em consonância com as prioridades nacionais. O escritório comum provou ser um parceiro crucial do Governo.

CONCLUSÃO 3. Na área de desenvolvimento sustentável do capital humano, o PCP contribuiu substancialmente para a promoção da educação por meio da concepção de novas políticas de educação pré-escolar e especial, proteção infantil e aumento do acesso aos serviços de imunização e SSR. No entanto, serão necessários mais esforços para a promoção eficaz da educação de qualidade, a integração de dados de saúde e a plena implementação de serviços de saúde amigáveis aos jovens, dadas as altas taxas de gravidez e crescentes infecções por HIV entre as meninas.⁷⁵

Nos domínios da saúde, educação e protecção da criança, o PCP **contribuiu parcialmente** para:⁷⁶

- i. Reforço do quadro político e da capacidade para a primeira infância e a educação especial;
- ii. Prestação de serviços de saúde com foco na saúde materna, perinatal e infantil, estendendo-se a adolescentes e jovens, incluindo SSR;
- iii. Integrar as intervenções de saúde do adolescente nos planos de saúde locais;
- iv. Prestação de cuidados às crianças através de múltiplos micronutrientes em pó;
- v. A existência de uma política nacional e de uma estratégia de comunicação para a protecção da criança; e
- vi. Aumentar a capacidade do Governo para promover a avaliação educacional, com vista à melhoria da qualidade.

Os Desafios que limitaram a implementação do PCP incluíram a reprogramação de atividades em saúde e educação devido à pandemia da COVID-19 e a falta de integração e coerência de alto nível em todo o portfólio do escritório comum para fortalecer a implementação e a captação de recursos para atividades relacionadas à saúde. Além disso, não foram alcançadas metas para o número de estabelecimentos de saúde que oferecem serviços de saúde integrados para adolescentes.

CONCLUSÃO 4. As realizações do PCP nos domínios do ambiente, da energia, da RRD e das alterações climáticas estão pouco relacionadas com os objetivos iniciais do PCP. Os resultados alcançados foram mais alinhados às prioridades nacionais sobre economia azul, energia e mitigação das mudanças climáticas, contribuindo para a promulgação de legislação-chave em matéria de eficiência energética e contribuindo parcialmente para o aumento da eficácia da gestão e financiamento sustentável das áreas protegidas. O escritório comum não explorou sinergias entre os resultados do PCP implementados pelo PNUD com as vantagens comparativas das outras duas agências.⁷⁷

Os Desafios que limitaram a contribuição do PCP incluíram o falta de alinhamento das metas e projetos do PCP, a capacidade limitada dos principais parceiros para implementar projetos e o diálogo limitado entre parceiros setoriais, OSCs, governos locais e o setor privado. Além disso, havia falta de pessoal e alta

⁷⁵ Relacionado ao EQ3, vinculado às constatações 1, 2 e 3.

⁷⁶ **Contribuiu na totalidade:** Entradas mobilizadas, produtos e resultados intermediários alcançados e alguns impactos alcançados. **Contribuiu parcialmente:** Entradas mobilizadas, a maioria dos produtos entregues e alguns resultados intermediários alcançados. **Não contribuiu:** mobilização limitada de entradas, realização limitada de produtos e nenhuma alteração nos resultados.

⁷⁷ Relacionado ao EQ3 e vinculado às constatações 4, 5 e 6.

rotatividade de pessoal no escritório comum, agravada pela ausência de um representante permanente para interagir com organizações setoriais a nível estratégico. Algumas dessas barreiras persistentes (capacidade e envolvimento) foram abordadas no portfólio de projetos de governação da biodiversidade, que começará a ser implementado no próximo ano.

CONCLUSÃO 5. Na área de transformação econômica e crescimento sustentável e inclusivo, o PCP fez uma contribuição significativa para a elaboração de documentos políticos de alto nível para o emprego, a produção de dados estatísticos e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local. No entanto, foram identificadas contribuições limitadas na área da proteção social, e houve insuficiente integração temática entre os cursos de emprego juvenil oferecidos e a visão estratégica de desenvolvimento de longo prazo para o país.⁷⁸

O PCP **contribuiu plenamente** para:

- i. A conceção de políticas nacionais relevantes em matéria de emprego, emprego dos jovens e PEDS;
- ii. Maior participação das autoridades locais e dos intervenientes na elaboração dos planos de desenvolvimento local;
- iii. A criação de cursos de desenvolvimento local por atores nacionais;
- iv. Reforço do networking dos jovens que participam em oportunidades de formação;
- v. Aumento da disponibilidade de dados sobre o financiamento à juventude.

O PCP **contribuiu parcialmente** para a implementação do Censo Nacional e aumentou a capacidade de recolha e análise de dados no país, dado o número de atores envolvidos nessa área.

Não foi prestada qualquer contribuição tangível para a M&A do regime de proteção social do país.

Os desafios que limitaram a contribuição do PCP incluem as dificuldades económicas causadas pela pandemia do COVID-19, dificuldades em identificar o equilíbrio adequado entre os papéis das instituições nacionais e locais, e a falha em criar as ligações certas e garantir a apropriação pelas principais instituições governamentais de ações planeadas dentro do PCP.

CONCLUSÃO 6. O PCP contribuiu para um sistema de governação democrática e de administração pública mais eficaz, transparente e participativo. No entanto, desafios importantes permanecem relacionados à sustentabilidade de alguns resultados.

No domínio da governação, das políticas públicas, das parcerias e da justiça, o PCP **contribuiu plenamente** para:

- i. A redução dos julgamentos pendentes e a melhoria do desempenho e eficiência do sistema de justiça de Cabo Verde;
- ii. A maior participação das mulheres na política institucional;
- iii. Mudança cultural e comportamental das partes interessadas nacionais na transparência orçamental, governação económica e gestão das finanças públicas;
- iv. A resolução de casos pendentes de direitos da criança em relação às investigações de paternidade.

⁷⁸ Relacionado ao EQ3 e vinculado às constatações 7, 8 e 9.

O PCP **contribuiu parcialmente** para:

- i. Sensibilização popular para os direitos humanos, a VBG e os direitos dos jovens à participação política;
- ii. A sensibilidade quanto ao género dos municípios;
- iii. Capacidade nacional para estabelecer e gerir um quadro de parceria para mobilizar os recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento nacional.⁷⁹

As contribuições do PCP foram limitadas por vários **desafios**, incluindo o défice da capacidade nacional para alcançar um ambiente propício à proteção das crianças, a limitada M&A dos instrumentos tecnológicos fornecidos à administração pública e a fraca comunicação pública para promover a utilização de novos instrumentos de administração eletrónica. As principais necessidades do setor incluem a necessidade de uma abordagem de prevenção para abrir o sistema de justiça para promover a informação jurídica e a prevenção do crime, e capacitar OSCs maiores que lidam diretamente com as comunidades diariamente, e a necessidade de alinhar as instituições nacionais de direitos humanos aos Princípios de Paris.

CONCLUSÃO 7. O PCP contribuiu para a equidade de género e o empoderamento das mulheres no país, abordando as necessidades diferenciais de mulheres e homens e promovendo a igualdade de direitos e benefícios para as mulheres. No entanto, apesar dos progressos neste domínio, o PCP não abordou as causas profundas das desigualdades para alcançar resultados transformadores em termos de género. As pessoas com deficiência foram consideradas entre as ações de combate à COVID-19 por meio de campanhas de conscientização sobre direitos humanos, mas as questões de deficiência não foram abordadas de maneira sólida neste PCP.⁸⁰

O PCP fez **contribuições** para a GEWE no país ao longo deste ciclo do programa, incluindo:

- i. Apoio à prestação de serviços de SSR para jovens (sensibilização, métodos contraceptivos) no que diz respeito às necessidades das jovens mulheres e das mulheres em geral;
- ii. Apoio ao Governo para a aprovação da Lei da Paridade (nº 68/IX/2019), que permitiu o reforço da representação das mulheres no Parlamento e autarquias;
- iii. Apoio ao desenvolvimento de um novo Plano Nacional para a Igualdade de Género e Plano Nacional contra a VBG;
- iv. Campanhas de prevenção durante a pandemia da COVID-19, contribuindo para um nível mais baixo de VBG do que o previsto; e
- v. A inclusão de uma abordagem de género no orçamento do governo.

No entanto, apesar do progresso feito no estabelecimento de uma estrutura legal e política para o avanço da GEWE, o PCP não abordou as causas profundas das desigualdades para a obtenção de resultados transformadores. O princípio de LNOB foi integrado ao projeto do PCP e aplicado durante a COVID-19. As pessoas com deficiência foram consideradas entre as ações de combate à COVID-19 por meio de campanhas de conscientização sobre direitos humanos, mas as questões de deficiência não foram abordadas de maneira sólida neste PCP.

⁷⁹ Relacionado ao EQ3 e vinculado às constatações: 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

⁸⁰ Relacionado ao EQ3 e vinculado às constatações 21 e 22.

3.1.3 Coerência

CONCLUSÃO 8. O escritório comum foi projetado para fornecer uma presença unificada e uma entrega de programas mais coerente e integrada. No entanto, os mecanismos de responsabilização são inadequados e as assimetrias de informação representam uma limitação para a tomada de decisões estratégicas. A falta de um sistema conjunto de monitoramento, avaliação e elaboração de relatórios ou mecanismos financeiros representa uma limitação à coerência programática e operacional.⁸¹

A modalidade de escritório comum consiste numa estrutura organizacional e um único programa (PCP), abrangendo as atividades e mandatos das três agências participantes (PNUD, UNFPA e UNICEF). Com isso visa-se usar um conjunto de processos de negócios, regras e regulamentos sob um acordo de “agência de suporte”. Os processos, sistemas e acordos de contratação do PNUD foram adotados pelo escritório comum.

Três características importantes da teoria da agência principal ficam aquém do modelo real de governação do escritório comum:

- 1. A falta de um documento legal ou de acordo que estabeleça as bases para o relacionamento e as operações das três agências.** O escritório comum operou sem um Memorando de Entendimento assinado para fornecer às agências participantes uma plataforma operacional comum no país. Isso limita a capacidade de gestão do escritório, uma vez que alguns processos não foram definidos e as responsabilidades não estão claramente definidas, limitando os potenciais ganhos de eficiência.
- 2. Os mecanismos do escritório comum para prestar contas aos diretores (escritórios regionais da agência e sede) são inadequados.** O escritório comum de Cabo Verde carece de um sistema conjunto de monitoramento, avaliação e elaboração de relatório para monitorizar e avaliar efetivamente as contribuições do PNUD, UNFPA e UNICEF para os resultados do PCP e indicadores de produtos. O processo de realização de relatório de informações financeiras do escritório comum é complexo. Desde a criação do escritório comum em 2006, não houve iniciativas das três agências para criar uma plataforma comum de planeamento, monitoramento e elaboração de relatórios, embora esta tenha sido uma recomendação repetida nos relatórios do escritório comum. A esta situação, já identificada em avaliações anteriores do PCP, deve acrescentar-se a falta de representação do escritório comum, desde que ocorreu o processo de desvinculação das Nações Unidas. A situação atual — falta de base legal, falta de prestação de contas adequada, falta de liderança de longo prazo — limita a capacidade do escritório comum de fazer avançar os mandatos das três agências.
- 3. Tem havido uma coordenação muito limitada entre os escritórios regionais das três agências.** Eles se reúnem para planear e discutir questões estruturais muito específicas (a conceção do MoU ou termos de referência para o Chefe do Escritório), mas, de forma mais geral, a falta de acordo sobre as principais questões de governação é um desafio para a coordenação da agência e a liderança do escritório comum.

Além disso, vários factores operacionais limitaram a coerência e a contribuição do PCP:

- A falta de um memorando de entendimento impactou o estabelecimento de um modelo de governação do escritório comum comumente acordado e documentado;
- Atrasos no início da implementação do PCP restringiram a entrega do programa durante o primeiro ano;

⁸¹ Relacionado ao EQ5 e vinculado às constatações 16, 17 e 18.

- iii. A falta de um Representante Adjunto para o escritório comum desde agosto de 2018 impactou negativamente a coerência e a integração programática;
- iv. O esperado processo de gestão de mudanças, levando à reestruturação organizacional do escritório comum, não ocorreu efetivamente, deixando o escritório comum sem liderança clara e criando confusão entre os parceiros no país; e
- v. A desvinculação das Nações Unidas foi anunciada sem uma política de comunicação clara para funcionários e parceiros do escritório comum.

Apesar de tudo o que precede, o escritório comum foi descrito como um desenvolvimento positivo por parte dos parceiros de implementação em comparação com a situação anterior, proporcionando uma presença unificada e uma entrega de programas mais coerente e integrada. Além disso, é considerado pelo Governo como um marco da identidade do país na comunidade internacional.

3.1.4 Eficiência

CONCLUSÃO 9. A vantagem comparativa da governação do escritório comum é oferecer ao país um programa integrado para as três agências parceiras, beneficiando-se de economias de escala e racionalização de operações e representação. O escritório comum de Cabo Verde carece de um sistema conjunto de monitoramento, avaliação e elaboração de relatório para monitorar e avaliar efetivamente as contribuições do PNUD, UNFPA e UNICEF para os resultados do PCP e indicadores de produtos.

Ao longo do ciclo do programa 2018–2022, o escritório comum conseguiu mobilizar 90 por cento do total de recursos financeiros planejados para o ciclo do programa. A estrutura de escritório comum reduziu as despesas gerais e os custos de transação e permitiu o agrupamento de recursos.

O processo de gestão de mudanças de 2018 teve como objetivo acelerar a racionalização dos custos operacionais, para buscar mais eficiências. O escritório comum tem um novo organograma, que não foi totalmente implementado, e as posições vagas no escritório impactam o desempenho do PCP. Nenhum processo de gestão de mudanças foi desenvolvido após o processo de desvinculação das Nações Unidas, e não há nenhum representante ou representante adjunto residente no escritório comum, pressionando o funcionamento normal do escritório comum, com impactos negativos na integração do programa e na estratégia de longo prazo.

Sem um sistema de M&A e informações financeiras acessível a partir dos níveis regional/ sede das três agências, os ganhos de eficiência, capacidade de planejamento e prestação de contas são limitados. Esta situação consome muito tempo para o pessoal de M&A do escritório comum e regional e cria um volume maior de trabalho para os escritórios regionais (principalmente UNICEF e UNFPA) em comparação com outros países maiores. A ausência de um sistema integrado de gestão financeira representa um desafio para o planejamento operacional e a produção de relatórios financeiros eficientes e transparentes do escritório comum.

A principal característica do quadro de financiamento do escritório comum é que ele é muito dependente de alguns doadores e tem contribuições limitadas por parte do governo. Isso representa um risco e sugere capacidade limitada para mobilizar recursos fora dos parceiros tradicionais. A Estratégia e Plano de Ação de Parcerias e Comunicações do Escritório Comum 2019–2021 foi aplicado apenas parcialmente. Os doadores ou parceiros mais significativos para o programa do escritório comum no atual ciclo do PCP foram a União Europeia, o Governo do Luxemburgo e o Fundo Fiduciário GEF, e esses três são alocados a projetos do PNUD com envolvimento limitado do UNICEF e do UNFPA.

3.1.5 Sustentabilidade

CONCLUSÃO 10. O apoio do PCP tem sido essencial para o desenvolvimento institucional de Cabo Verde. Os projetos do NIM promovem a propriedade e a capacidade nacional, mas o escritório comum ainda carece de uma estratégia integrada de desenvolvimento de capacidade para projetar proativamente intervenções de capacidade para garantir a sustentabilidade e um maior retorno do investimento, em comparação com os esforços de agências individuais.⁸²

O principal modelo de intervenção do PCP no país, com equilíbrio entre as iniciativas DIM e NIM, tem sido apontado como um dos principais aspectos positivos para a sustentabilidade. Baseia-se em intervenções a montante, promoção política, transferência de conhecimento e capacitação institucional.

Nenhuma taxonomia de capacidade nacional foi identificada, nem qualquer estratégia abrangente ou integrada de desenvolvimento de capacidade do país. O PCP de Cabo Verde tem espaço para desenvolver uma estratégia integrada de desenvolvimento de capacidades, para conceber proativamente intervenções que garantam um maior retorno do investimento, em vez de se concentrar em atividades de formação individual que apoiam aspetos específicos da implementação do programa. Isso permitiria que as agências aproveitassem melhor as vantagens comparativas umas das outras e entregassem de forma conjunta.

Cabo Verde tem uma sociedade civil muito ativa e é conhecido por ter milhares de OSCs registadas. No entanto, o escritório comum decidiu canalizar fundos apenas para o Governo, fundos esses que poderia ser usado para financiar as OSC consideradas relevantes para a implementação dos programas. O escritório comum incluiu apenas as OSCs na implementação de resultados por meio de organizações setoriais. A avaliação encontrou descontentamento entre várias OSCs devido à falta de oportunidades para se envolver mais estreitamente com o escritório comum.

3.2 Recomendações e resposta da gestão

As recomendações apresentadas a seguir são derivadas das constatações e conclusões desta avaliação. Dada a natureza deste PCP, as recomendações foram organizadas abordando as principais questões:

- i. Posicionamento e governação do escritório comum;
- ii. Recomendações estratégicas e sistemáticas;
- iii. Recomendações temáticas por resultado do PCP;
- iv. Mobilização de recursos; e
- v. Género e outras questões transversais.

Para facilitar o uso dessa avaliação, são indicados a meta e o nível de prioridade a curto, médio e longo prazo, e as recomendações organizadas de estratégicas a programáticas. Recomendações de curto prazo são propostas para serem implementadas na fase final do atual ciclo do PCP; recomendações de médio prazo para o planeamento e início do próximo ciclo do programa; e recomendações de longo prazo devem ser realizadas durante a implementação do próximo PCP.

⁸² Relacionado ao EQ6 e vinculado às constatações 24 e 25.

3.2.1 Posicionamento do escritório comum e recomendações de governação

RECOMENDAÇÃO 1.



Baseado nas: Conclusões 8 e 9

Prioridade: Curto prazo

Destinado a: Escritórios regionais, sede das três agências e escritório comum (JRR e JDR)

As três agências devem acelerar as medidas necessárias para a definição e implementação do novo PCP já em curso. Isso inclui a finalização do estabelecimento do modelo de governação do escritório comum, estrutura do escritório, mecanismos de gestão e coordenação e recrutamento de pessoal para posições de importância estratégicas.

As três agências devem assinar um acordo para definir suas responsabilidades até o primeiro trimestre do primeiro ano do novo programa. O documento estabelecerá uma estrutura regulatória e de governação, incluindo um representante comum para o país que pode estabelecer a base para a organização do escritório comum e das operações comerciais. É necessária uma direção clara e uma ação coletiva das três agências sobre a “união” da estrutura organizacional.

Além disso, deve ser estabelecida uma plataforma operacional comum, com dados financeiros unificados e mecanismos de M&A. M&A eficaz requer a seleção de uma plataforma integrada única para todos os programas e operações de todas as agências, como parte de um sistema mais amplo orientado a resultados para todo o PCP, e o uso de indicadores SMART de resultados e produtos. As informações financeiras devem ter uma fonte de dados comum para permitir maior coerência e relatórios eficazes que devem ser acessíveis para todas as agências parceiras (PNUD, UNFPA, UNICEF) a nível local, regional e global. A gestão de mudança de escritório comum deve ser desenvolvida definindo e documentando a abordagem de acordo com o último organograma do escritório comum.

1. Assinar um acordo legal para definir as responsabilidades, o modelo de gestão e as operações do escritório comum.
2. Estabelecer uma estrutura regulatória e de governação, incluindo o recrutamento de um representante comum para o país que possa estabelecer a base para a organização do escritório comum e das operações comerciais.
3. Recrutar um representante adjunto comum para ajudar a aumentar a coerência programática.
4. Estabelecer uma plataforma operacional comum, com dados financeiros unificados e mecanismos de M&A. Desenvolver uma plataforma integrada única para todos os programas e operações de todas as agências participantes, como parte de um sistema mais amplo orientado a resultados para todo o PCP, e usar indicadores SMART de resultados e produtos.
5. Utilizar uma fonte de dados comum sobre informações financeiras para permitir relatórios coerentes e eficazes, que devem ser acessíveis a todas as agências parceiras a nível local, regional e global.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
1.1 Em estreita consulta com os escritórios regionais das três agências, o escritório comum tomará todas as medidas necessárias e a devida diligência para garantir o recrutamento de pessoal em falta para as posições estratégicas o mais rápido possível, e contribuirá sempre que possível para a mobilização de funcionários da Alta Gestão.	Dezembro de 2022	Escritórios regionais do PNUD/ UNFPA/ UNICEF Escritório comum		Aceito e iniciado
1.2 Como parte do processo de elaboração do PCPD 2023–2027, o escritório comum criou um Comitê Técnico para coordenar o processo de elaboração do PCPD. Este Comitê Técnico é composto por funcionários locais da seção de programas e especialistas dos escritórios regionais das agências. Este Comitê reúne-se regularmente sob a liderança do Chefe do Escritório Comum. Este Comitê Técnico será apoiado por um consultor internacional durante o processo.	Outubro de 2022	Escritórios regionais do PNUD/ UNFPA/ UNICEF Escritório comum		Aceito e iniciado
1.3 Tal como proposto pela missão técnica realizada em novembro de 2021 pelos quadros superiores dos escritórios regionais do PNUD, do FNUAP e do UNICEF, após a aprovação do PCPD 2023–2027 em janeiro e fevereiro de 2023 pelos respectivos conselhos executivos, a estrutura do escritório comum será ajustada para melhor se adequar ao novo programa, e por conseguinte, responder aos desafios colocados pelo novo programa.	Março de 2023	Escritórios regionais do PNUD/ UNFPA/ UNICEF Escritório comum		Aceito e iniciado

3.2.2 Recomendações estratégicas e sistemáticas

RECOMENDAÇÃO 2.



Baseado nas: Conclusões 2, 4, 5, 6, 7 e 10

Prioridade: Curto prazo

Destinado a: Gestão do escritório comum (JRR e JDR)

O novo PCP deve fortalecer a coerência e a eficácia potencial do programa.

Desenvolver uma nova teoria de mudança para o PCP, considerando o novo quadro de desenvolvimento nacional, bem como as mudanças no contexto e no conhecimento acumulado durante a atual PCP 2018-2022. Recrutar um representante adjunto comum ou gestor de programa para o escritório comum, aumentando assim a coerência programática. Apoiar o posicionamento do país a nível internacional em quatro áreas principais: a iniciativa 'Financiamento para o Desenvolvimento na Era do COVID-19 e Além'; PEID; dívida externa; e direitos humanos. Apoiar Cabo Verde como um país PEID ativo, especialmente entre os PEID africanos.

1. Desenvolver uma nova ToC para o PCP, que deve estabelecer e tornar mais explícitos os principais pressupostos e riscos, e incluir um mapeamento ampliado das partes interessadas.
2. Revisar a gestão da mudança e a estrutura do escritório comum e definir a abordagem de portfólio em uso, descrições de cargos, níveis de responsabilidade e prestação de contas para o JRR e escritórios regionais e mecanismos de coordenação entre as áreas temáticas.
3. Recrutar um representante adjunto comum para ajudar a aumentar a coerência programática.
4. Apoiar o posicionamento internacional do país em quatro áreas principais: a iniciativa 'Financiamento para o Desenvolvimento na Era do COVID-19 e Além'; PEID; dívida externa; e direitos humanos.
5. Apoiar Cabo Verde como membro ativo dos países PEID, especialmente entre o grupo de países africanos.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
2.1 O PCPD 2023–2027, em fase de elaboração, está a ser preparado para reflectir uma forte coerência do programa e a sua potencial eficácia. O PCPD é derivado do UNSDCF e será totalmente alinhado com as prioridades nacionais (PEDS II), com os programas de cada uma das três agências e as agendas de 2030 e 2063.	Outubro de 2022	Escritório comum Comité técnico		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 3.



Baseado na: Conclusão 2

Prioridade: Médio prazo

Destinado a: Gestão do escritório comum (JRR e JDR)

No contexto pós COVID-19, o PCP deve ajudar Cabo Verde a traçar uma estratégia para a sua recuperação, procurando novas oportunidades para a sustentabilidade e capacitação do pessoal sénior do governo e do sector privado.

É crucial manter o envolvimento no diálogo político e na capacitação com vistas a fortalecer ainda mais a capacidade nacional de formulação de políticas por meio do uso de evidências para a tomada de decisões racionais no planeamento da prestação de serviços e construir um sistema de gestão mais eficaz e desenvolvimento de talentos para altos e médios gestores executivos a nível nacional e especialmente regional e local em instituições públicas e privadas (OSCs, cooperativas, empresas e outros). Este tipo de capacitação é estratégico para o país considerando o seu estatuto de PRM e PEID. É necessário um maior alinhamento para conectar políticas de alto nível no contexto pós-pandemia, tendo em conta o novo quadro de desenvolvimento nacional, em áreas como a diversificação económica, o combate à pobreza, a transição para uma economia azul ou a digitalização.

1. Continuar a fortalecer a capacidade nacional de formulação de políticas por meio do uso de evidências para a tomada de decisões racionais no planeamento da prestação de serviços.
2. Definir estratégias integradas de desenvolvimento de capacidades conjuntas em três níveis: individual, organizacional e o ambiente propício.
3. Construir um sistema de gestão pública mais eficaz e desenvolvimento de talentos em gestão executiva de nível superior e médio, a nível nacional e especialmente regional e local, em instituições públicas e privadas (OSCs, cooperativas, empresas e outros).
4. Alinhar com políticas de alto nível no contexto pós-pandemia, tendo em conta o novo quadro de desenvolvimento nacional, em áreas como a diversificação económica, o combate à pobreza, a transição para uma economia azul ou a digitalização.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
3.1 Conforme mencionado na recomendação 2, o PCPD estará totalmente alinhado com as prioridades nacionais. Neste contexto, serão consideradas no programa as medidas anunciadas pelo Governo de Cabo Verde visando a coesão social, a erradicação da pobreza extrema e a redução da pobreza absoluta e das disparidades, recuperando a economia do país na fase pós-COVID-19. Já estão em curso Jornadas de Reflexão Estratégica sobre o processo de desenvolvimento do país, com forte participação de quadros superiores da administração pública e participação activa do sector privado e da sociedade civil.	Outubro de 2022	Escritório comum		Aceito e iniciado

3.2.3 Recomendações temáticas

RECOMENDAÇÃO 4.1. SAÚDE



Baseado na: Conclusão 3

Prioridade: Curto prazo

Destinado a: Equipa do portfólio e partes interessadas nacionais

O PCP deve aumentar o apoio ao sistema de saúde. Isso inclui a integração de dados de saúde em diferentes centros de saúde do país e maior apoio à extensão dos benefícios de saúde para ilhas remotas e para pessoas com deficiência. O PCP deve ajudar o país no planeamento de longo prazo para desenvolver a capacidade nacional para fornecer tipos mais complexos de assistência à saúde. Também devem ser intensificados os esforços para diminuir as taxas de gravidez na adolescência, que continuam altas no país, e ajudar a planear campanhas de educação para a melhoria dos hábitos de saúde considerando o novo perfil epidemiológico do país. Os esforços de capacitação dos profissionais de saúde devem ser mantidos e intensificados e considerar as novas tendências da infeção pelo HIV, que afeta especialmente as meninas.

1. Mapear lacunas de informações e integrar dados de saúde em diferentes centros de saúde.
2. Dar apoio direto ao Ministério da Saúde para expandir o atual sistema de tecnologia da informação e treinar os agentes de saúde sobre o seu uso.

3. Aumentar o apoio financeiro para o estabelecimento de novos centros de saúde em ilhas remotas (para cobrir imunização, SSR, serviços de saúde amigáveis para jovens, atenção ao HIV e prevenção de gravidez em meninas) e fortalecer protocolos para ajudar pessoas com deficiência em novos centros de saúde e em todo o país.
4. Concentrar esforços (nos serviços de saúde amigáveis para jovens) em evitar a gravidez na adolescência e a infecção pelo HIV.
5. Ampliar o âmbito de apoio às campanhas de saúde para considerar os novos e negligenciados desafios de saúde no país (obesidade, problemas cardíacos etc.).

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
4.1.1 Esta recomendação será plenamente considerada durante a fase de preparação do PCP e, em particular, na definição dos produtos e indicadores do PCPD. O campo da saúde em geral e em particular o da saúde mental, nutrição e saúde da criança, adolescente e jovem, são áreas prioritárias para o UNFPA e UNICEF e como tal não podem ficar de fora.	janeiro e fevereiro de 2023	Escritório comum		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 4.2. PROTEÇÃO SOCIAL



Baseado na: Conclusão 3

Prioridade: Curto prazo

Destinado a: Equipa de portfólio de crescimento inclusivo e partes interessadas nacionais

O PCP deve aumentar o apoio para dar coerência aos benefícios de proteção social disponíveis para os mais vulneráveis, torná-los mais integrados e melhorar a cobertura, especialmente nas áreas rurais. O apoio a uma fundamentação reforçada para os benefícios de proteção social deve ajudar a aumentar os benefícios para as mulheres que muitas vezes são negligenciadas devido à sua menor participação no mercado de trabalho. Além disso, o PCP deve intensificar os esforços para construir um sistema integrado funcional para monitorar e avaliar o programa de proteção social, com disposições especiais para as necessidades das crianças.

1. Rever os atuais benefícios de proteção social visando integrar os serviços num único quadro, que considere as vulnerabilidades ao longo do ciclo de vida, especialmente considerando as lacunas nas áreas rurais e as necessidades específicas das mulheres.
2. Elaborar uma estrutura de monitoramento e avaliação para o programa de proteção social e treinar o pessoal para sua implementação.
3. Promover mesas redondas técnicas envolvendo Governo, academia e sociedade civil para discutir o quadro de proteção social e o sistema de M&A.

Resposta da gestão: De acordo 				
Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
4.2.1 O Governo de Cabo Verde estabeleceu como prioridade para os próximos cinco anos (até 2026) a completa erradicação da pobreza extrema e a redução substancial da pobreza absoluta e das disparidades. Essas prioridades, aliadas à inovação, à digitalização e à transição energética, entre outros domínios, serão devidamente consideradas na formulação das produtos e indicadores do PCP 2023–2027.	janeiro e fevereiro de 2023	Escritório comum		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 4.3. EDUCAÇÃO

Baseado na: Conclusão 3

Prioridade: Curto prazo

Destinado a: Equipa de portfólio de educação e partes interessadas nacionais

O PCP deve aumentar o apoio ao sistema educacional. O escritório comum deverá apoiar a implementação de novas políticas de educação pré-escolar, educação para crianças com necessidades especiais e protecção da criança, intensificar esforços para ajudar a aumentar as matrículas escolares na educação pré-escolar e básica, tendo em conta a necessidade de manter os rapazes na escola, apoiar capacitação de professores da educação básica e promover o acesso a novas tecnologias de aprendizagem.

1. Auxiliar o Ministério da Educação a planear a implementação das novas políticas de educação pré-escolar, educação para crianças com necessidades especiais e proteção infantil, considerando a ampla divulgação aos grupos-alvo.

2. Planear campanhas específicas para as famílias sobre a importância de manter meninas e rapazes na escola, ajudando as famílias a considerar os potenciais benefícios a longo prazo.
3. Explorar parcerias com o setor privado, consórcios internacionais e outros parceiros académicos para financiar e desenvolver novas tecnologias para aprimorar o aprendizado na educação básica.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
4.3.1 Esta recomendação será totalmente absorvida durante a fase de formulação do PCPD 2023–2027 e particularmente na definição dos produtos e indicadores do PCP. O campo da educação, particularmente a implementação de novas políticas para a pré-escola, qualidade da educação, inclusão de crianças com necessidades específicas são áreas prioritárias para o UNICEF e UNFPA. A proteção das crianças, com foco no combate ao abuso sexual e à exploração de crianças, também será uma das 2023-2027.	janeiro e fevereiro de 2023	Escritório comum		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 5.



Baseado na: Conclusão 4

Prioridade: Médio prazo

Destinado a: O escritório comum em todos os resultados, especialmente o portfólio de meio ambiente, energia e mudanças climáticas, e aqueles que fortalecem o governo local e as partes interessadas nacionais.

O PCP deve integrar as metas ambientais nacionais e municipais em todos os portfólios/resultados, explorando as vantagens comparativas das três agências. Além disso, deve alinhar o portfólio de meio ambiente com as metas de economia azul descritas no PEDS e na NDC. Isso deve estar alinhado com o novo portfólio financiado pelo GEF, por meio da inclusão do governo local, sociedade civil, comunidades e setor privado na gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, para atender às metas tangíveis de conservação (proteção efetiva), bem como às metas sociais e econômicas (uso sustentável de recursos).

O PCP deve direcionar melhor o SGP do GEF para complementar o financiamento de outros doadores menores (ONGs internacionais) e atores multilaterais e bilaterais. Isso permitirá que as limitações impostas pela rigidez das regras do GEF SPG sejam superadas, permitindo assim que os destinatários aproveitem ao máximo a flexibilidade do financiamento externo.

1. Sob o novo portfólio de projetos financiados pelo GEF, engajar-se com as autoridades locais para melhorar os serviços ambientais municipais (gestão de resíduos, saneamento) e aumentar a conscientização e a participação na gestão da biodiversidade, incluindo a gestão de áreas protegidas.
2. Envolver-se com o setor privado para aumentar a conscientização sobre os benefícios socioeconômicos e oportunidades de negócios da conservação, por exemplo, por meio de atividades ligadas ao turismo sustentável.
3. Envolver-se com ONGs ambientais e sociais para garantir a complementaridade das doações do GEF SPG com o programa regular do escritório comum e atividades financiadas por outros doadores.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
5.1 As questões ambientais continuarão a ser uma área prioritária no programa 2023–2027, com ênfase nas alterações climáticas, preservação da biodiversidade e redução dos riscos de desastres naturais. No entanto, tendo em conta a limitação de recursos financeiros, as intervenções serão concentradas ao nível central, através das estruturas governamentais, que por sua vez farão a necessária articulação com os municípios.	Outubro 2022	Escritório comum		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 6.



Baseado na: Conclusão 5

Prioridade: Médio Prazo

Destinado a: Equipa de portfólio de crescimento inclusivo, INE e partes interessadas nacionais

O PCP deve aumentar o apoio para promover a transformação económica e o crescimento sustentável e inclusivo. O escritório comum deverá consolidar progressivamente a tendência actual de reforço do seu trabalho e presença a nível local, à medida que vai adquirindo mais experiência. A PCP deve investir ainda mais em apoio técnico para a produção e uso de dados pelos ministérios setoriais. Deve acompanhar a implementação dos Planos de Desenvolvimento Local, ajudando os municípios a identificar fontes alternativas de financiamento. O PCP deve garantir clareza e adesão de diferentes parceiros em termos de divisão de responsabilidades para instituições a nível nacional e local e fortalecer o diálogo com as OSC.

1. Rever a estratégia de trabalho com o INE para incluir a capacitação dos ministérios sectoriais na produção e utilização de dados.
2. Mapear o estatuto de implementação dos Planos de Desenvolvimento Local, para identificar desafios e possíveis áreas de apoio, que devem incluir capacitação para captação de recursos.
3. Rever a estratégia de implementação dos projetos de emprego jovem com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Direção Nacional do Emprego, Estágios e Formação Profissional.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
6.1 O crescimento económico sustentável e inclusivo é uma prioridade para o Governo de Cabo Verde e, como tal, o escritório comum absorve integralmente esta recomendação, considerando esta área como uma prioridade do PCPD 2023–2027. No entanto, sua plena implementação exigirá recursos financeiros substanciais. Assim, o escritório comum precisará definir estratégias eficazes para a mobilização de recursos, com forte apoio dos pontos focais responsáveis pela parceria e mobilização de recursos dos escritórios e sedes regionais do PNUD, UNFPA e UNICEF.	Outubro 2022	Escritório comum		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 7.



Baseado na: Conclusão 6

Prioridade: Médio Prazo

Destinado a: Escritório Comum (portfólio de Governação Democrática, equipa do Accelerator Lab, Unidade de Política Estratégica, equipa do projeto Pro-PALOP) e partes interessadas nacionais

O PCP deve continuar a apoiar a governação democrática, o estado de direito e os direitos humanos para aumentar a contribuição do programa e a sustentabilidade dos resultados. O

PCP deve apoiar o desenvolvimento da estrutura institucional dos direitos humanos para garantir a sua independência conforme os Princípios de Paris. Deve ser dado apoio ao setor da justiça do lado da procura através de uma abordagem preventiva com aumento de campanhas de comunicação e reforço dos mecanismos de comunicação entre o sistema de justiça e a população (por exemplo, através do site existente e do sistema interativo).

A PCP deverá continuar a apoiar o planeamento regional e local dos ODS, a governação económica e a gestão das finanças públicas, com contributos comprovados até à data, que devem ser reforçados no próximo ciclo do programa. As três agências devem desenvolver programas para apoiar soluções inovadoras para acelerar a realização dos ODS relevantes para as lacunas e prioridades do país, incluindo financiamento inovador e sustentável, para o próximo ciclo do programa.

1. Apoiar o desenvolvimento do quadro institucional de direitos humanos para garantir a independência de acordo com os Princípios de Paris.
2. Apoiar o setor da justiça do lado da procura através de uma abordagem preventiva com aumento das campanhas e reforço dos mecanismos de comunicação entre o sistema de justiça e a população (por exemplo, através do site existente e do sistema interativo). Apoiar a capacidade das OSC que trabalham em questões de justiça a nível comunitário e no desenvolvimento de serviços de conciliação e mediação.
3. Explorar o potencial de apoio ao novo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses de Cabo Verde.
4. Continuar a apoiar o planeamento regional e local para os ODS, governação económica e gestão das finanças públicas, dadas as contribuições comprovadas que devem ser reforçadas no próximo ciclo de programação.
5. Explorar o potencial de apoio ao país para enfrentar os desafios no campo da identificação digital e segurança cibernética.
6. Fortalecer o M&A do uso e manutenção das ferramentas tecnológicas fornecidas às administrações públicas e melhorar a comunicação pública para fomentar o uso de novas ferramentas administrativas eletrónicas.
7. Fortalecer as intervenções do Accelerator Lab iniciadas neste PCP e comprovadamente adequadas ao contexto de desenvolvimento do país. Desenvolver um trabalho mais integrado e ágil nos diferentes portfólios do escritório comum.

8. O Escritório comum deve prosseguir o desenvolvimento do INFF em Cabo Verde, uma vez que está posicionado para se tornar uma componente estratégica integral para todas as Nações Unidas, incluindo o Escritório Comum, a mobilização de recursos e as atividades de financiamento relativas à Ambição 2030, PEDS II, UNSDCF e PCP.

Resposta da gestão: **De acordo**



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
7.1 Através do PCPD 2023–2027, o escritório comum continuará a apoiar o processo de consolidação da democracia e boa governação em Cabo Verde. As áreas de promoção dos direitos humanos e igualdade de género serão consideradas transversais e serão refletidas em todos os resultados do programa.	Outubro 2022	Escritório comum		Aceito e iniciado

RECOMENDAÇÃO 8.



Baseado na: Conclusão 6

Prioridade: Médio prazo

Destinado a: Escritório Comum (portfólio de Governação Democrática, equipa do Accelerator Lab, Unidade de Política Estratégica, equipa do projeto Pro-PALOP) e partes interessadas nacionais)

Fomentar o trabalho e o pensamento de longo prazo para além do governo, para envolver comunidades, OSC, setor privado e organizações académicas, melhorar a demanda e capacidade, assim como garantir a participação e propriedade ativa e significativa das partes interessadas.

O PCP deve promover o desenvolvimento de líderes comunitários e membros da sociedade civil como um elemento para proporcionar sustentabilidade às intervenções. Desenvolver uma forte estratégia comum para mobilizar as comunidades para aumentar a sua capacidade de demandar serviços e direitos que possam levar a uma melhor implementação dos programas. Isso foi abordado até certo ponto através da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local, mas é preciso fazer mais para fortalecer a capacidade das OSC e o envolvimento de atores privados para mobilizar e contribuir para o desenvolvimento de longo prazo do país. Existe o contexto certo para aprofundar a parceria com essas organizações, muitas vezes muito familiarizadas com o contexto local, incluindo jovens beneficiados por outras iniciativas do escritório comum. Essa abordagem de intervenção e envolvimento ajudará a abordar as causas profundas das desigualdades para alcançar resultados transformadores em matéria de género.

1. Desenvolver uma forte estratégia comum para mobilizar as comunidades para aumentar a sua capacidade de demandar serviços e direitos que possam levar a uma melhor implementação dos programas.
2. Fomentar o trabalho e o pensamento de longo prazo além do governo, envolvendo comunidades, organizações da sociedade civil, setor privado e organizações académicas para melhorar a demanda e a capacidade, garantindo a participação e adequação ativa e significativa das partes interessadas.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
8.1 O escritório comum aceita integralmente esta recomendação. Já existem iniciativas em curso neste domínio e a mais recente decorreu nos dias 26 e 27 de maio em São Vicente: “Jornadas de Desenvolvimento Sustentável” que contou com a presença de altos responsáveis governamentais, agentes do setor privado e atores da sociedade civil. Esses tipos de iniciativas se multiplicarão durante a preparação e implementação do PCP 2023–2027.	Outubro 2022	Escritório comum		Aceito e iniciado

3.2.3 Recomendações de mobilização de recursos

RECOMENDAÇÃO 9.



Baseado nas: Conclusões 9 e 10

Prioridade: Longo prazo

Destinado a: Gestão do escritório comum

Tendo em vista o estatuto de país de rendimento médio de Cabo Verde, com o apoio dos escritórios regionais das agências, o escritório comum deve explorar novas oportunidades de mobilização de recursos, para diversificar as fontes de financiamento. Explorar novas parcerias com doadores e no contexto da cooperação Sul-Sul, parcerias triangulares e iniciativas de países PEID.

1. Desenvolva uma estratégia conjunta de mobilização de recursos do escritório, para reforçar algumas estratégias já discutidas:
 - Estabelecer um mecanismo e sistema de coordenação interna eficaz para gestão de parcerias, mobilização e gestão de recursos e relatórios dos doadores;
 - Comunicar eficazmente para posicionar o escritório comum das Nações Unidas de Cabo Verde como um líder de pensamento nos canais de mídia internacionais e dar visibilidade ao escritório comum e aos parceiros sobre os resultados e o impacto do trabalho conjunto em Cabo Verde.
2. Fortalecer as relações existentes com parceiros tradicionais e explorar novas parcerias com doadores tradicionais e no contexto da cooperação Sul-Sul e parcerias triangulares. Nesse sentido, algumas áreas que podem ser exploradas são:
 - **Proteção social:** apoio para aumentar a base de dados do registo único e alargar a sua utilização para combater a pobreza extrema e implementar um sistema de M&A eficaz.
 - **Energias renováveis:** aumentar o acesso ao Fundo Climático Verde, em apoio a iniciativas nacionais e do Banco Mundial, Luxemburgo e UNIDO.
 - **Ambiente:** buscar financiamento adicional, por exemplo, do Fundo de Adaptação, para a melhoria da gestão ambiental a nível municipal (água, saneamento e gestão de resíduos).
 - **Planos de desenvolvimento local:** apoiar a implementação de projetos locais para fomentar a capacidade dos municípios e outros atores privados.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
9.1 Como parte da preparação do PCPD 2023–2027, o escritório comum, em estreita consulta com os escritórios regionais das três agências, preparará um documento estratégico para fortalecer parcerias, comunicação e mobilização de recursos para cobrir todo o período de implementação do PCP 2023–2027.	Janeiro Fevereiro de 2023	Escritório comum Escritórios regionais do PNUD/ UNFPA/ UNICEF		Aceito e iniciado

3.2.4 Recomendações transversais

RECOMENDAÇÃO 10.



Baseado na: Conclusão 7

Prioridade: Médio prazo

Destinado a: Gestão de escritório comum, Cometé de Género e GHRWG

O escritório comum precisa fortalecer a integração programática das principais questões transversais e aceleradores de desenvolvimento. O escritório comum deve fortalecer o seu trabalho em matéria de género e torná-lo mais transformador por meio da concepção e implementação de novas iniciativas que integrem questões temáticas e de género.

A integração programática deve promover a GEWE por meio da identificação de comportamentos e normas sociais que mantenham a desigualdade de género, de modo a realizar mudanças institucionais e sistémicas. O Escritório conjunto deverá trabalhar com o Governo de Cabo Verde para acelerar a implementação do GEWE, focando os mais vulneráveis como sujeitos ativos de políticas e programas em todos os setores, incluindo situações de emergência, e igualdade de grupos vulneráveis, incluindo migrantes.

Considerando o estatuto de PRM e PEID de Cabo Verde, um índice de pobreza multidimensional deve ser desenvolvido como uma ferramenta para integrar as políticas que favorecem os mais pobres em todas as áreas temáticas. Isso poderia complementar as medidas tradicionais de pobreza monetária, capturando privações agudas e simultâneas em saúde, educação e padrões de vida.

1. Continuar a apoiar a integração de análises, indicadores e instrumentos de monitoramento sensíveis ao género na legislação, políticas e programas nacionais.
2. Elaborar um plano de desenvolvimento de capacidades para garantir uma compreensão clara em todos os níveis do programa, incluindo parceiros de implementação, da diferença entre intervenções sensíveis ao género, transformadoras ao género e orientadas para o género.
3. Criar uma ferramenta de lista de verificação para determinar as condições ideais para a transição do trabalho sensível ao género para o trabalho transformador ao género, para uma melhor formulação do projeto.
4. Revisar e atualizar a Estratégia de Género do escritório comum de acordo com o ToC revisado.
5. Rever as políticas para educação pré-escolar, educação especial e outras orientações apoiadas pelo escritório comum para garantir que a igualdade de género seja abordada adequadamente.
6. Impulsionar as estratégias integradas do princípio LNOB para chegar primeiro aos mais desfavorecidos no próximo ciclo do programa, alargando o âmbito das atividades dirigidas a grupos populacionais como os jovens que não estudam, trabalham ou não seguem formação, os que vivem na pobreza, as pessoas com deficiência e os idosos, e especificamente relacionados a problemas com crianças e jovens com deficiência, gravidez na adolescência e/ou violência sexual.
7. Desenvolver um índice de pobreza multidimensional como ferramenta para integrar políticas que favorecem os mais pobres em todas as áreas temáticas.

8. Inclua um indicador pró-pobres e um pró-género para cada resultado do PCP.
9. Manter o apoio à promoção dos direitos humanos e construir novas capacidades para implementar as recomendações dos mecanismos de direitos humanos.

Resposta da gestão: De acordo



Principais ações	Data de conclusão	Unidade(s) responsável(eis)	Rastreamento*	
			Comentários	Estado
10.1 O escritório comum absorve esta recomendação e garantirá que o PCP 2023–2027 assegure a plena integração das questões transversais nos programas. O GHRWG, liderado pelo escritório comum, terá um papel importante neste processo. O desenvolvimento de aceleradores será tratado pelos portfólios de programas em estreita consulta com a Unidade de Planeamento Estratégico e o programa Accelerator Labs do PNUD.	Janeiro Fevereiro de 2023	Escritório comum		Aceito e iniciado

* O estado da implementação é rastreado eletronicamente na base de dados do Centro de Recursos de Avaliação.

ANEXOS



Os anexos do relatório (listados abaixo) estão disponíveis no site do Escritório Independente de Avaliação em: <https://erc.undp.org/evaluation/evaluations/detail/13383>

Anexo 1. Termos de referencia

Anexo 2. Matriz de avaliação

Anexo 3. Pessoas consultadas

Anexo 4. Documentos consultados

Anexo 5. Lista de projectos considerados para revisão

Anexo 6. Estatuto da matriz de resultados e produtos do PCP

Anexo 7. Teoria da Mudança

Anexo 8. Análise detalhada da eficácia: níveis de produtos e resultados

Anexo 9. Inquérito aos parceiros nacionais

Anexo 10. Cronograma do PCP

Anexo 11. Ferramentas de planeamento utilizadas pelas três agências no escritório comum

Anexo 12. Nota técnica ao referencial teórico

Anexo 13. Avaliação do desempenho financeiro e da mobilização de recursos do PCP



IEO | Independent
Evaluation
Office
United Nations Development Programme



unicef 
for every child

Escritório Independente de Avaliação
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento

One UN Plaza, DC1-20th Floor
New York, NY 10017, USA
Tel. +1(646) 781 4200

 undp.org/evaluation

 [UNDP_Evaluation](https://twitter.com/UNDP_Evaluation)

 [/indep-evaluation-office](https://www.linkedin.com/company/indep-evaluation-office)

 [/evaluationoffice](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Escritório de Avaliação
Fundo das Nações Unidas
para a População

605 Third Avenue
New York, NY 10158, USA

 unfpa.org/evaluation

 [unfpa_eval](https://twitter.com/unfpa_eval)

 [/UNFPA Evaluation Office](https://www.youtube.com/channel/UC...)

 evaluation.office@unfpa.org

Escritório de Avaliação
Fundo das Nações Unidas
para a Infância

Three United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA

 unicef.org/evaluation

 [/UNICEF-Evaluation](https://www.linkedin.com/company/unicef-evaluation)

 evalhelp@unicef.org